

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA PONTA PORÃ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**SISTEMAS PRODUTIVOS**

**LUCIMARA INACIO DO PRADO DA SILVA**

**ECONOMIA, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A**  
**ATUAÇÃO DO BANCO PIRÊ EM DOURADOS (2006-2016).**

**PONTA PORÃ – MS**

**2017**

**LUCIMARA INÁCIO DO PRADO DA SILVA**

**ECONOMIA, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A  
ATUAÇÃO DO BANCO PIRÊ EM DOURADOS (2006-2016).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosele Marques Vieira.

**PONTA PORÃ – MS**

**2017**

S581e Silva, Lucimara Inácio do Prado da

Economia, finanças solidárias e desenvolvimento local: A atuação do Banco Pirê em Dourados (2006-2016) / Lucimara Inácio do Prado da Silva – Ponta Porã, MS: UEMS, 2017.

136p.; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Rosele Marques Vieira.

1. Desenvolvimento Local 2. Finanças Solidárias 3. Economia Solidária  
I. Título

CDD 23.ed. - 334

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **ECONOMIA, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A ATUAÇÃO DO BANCO PIRÊ EM DOURADOS (2006-2016).**

**LUCIMARA INÁCIO DO PRADO DA SILVA**

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Banca Examinadora:

---

Professora Doutora Rosele Marques Vieira – UEMS

---

Professora Doutora Célia Maria Foster Silvestre - UEMS

---

Professora Doutora Marisa de Fátima Lomba de Farias - UFGD

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

"Fiat justitia, et pereat mundus" (faça-se a justiça, ainda que pereça o mundo) (**Amartya Sen**)

“Entendemos por Desenvolvimento Solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e das fruições dos resultados da mesma”. (**Paul Singer**)

‘Eu não acredito em caridade, eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical: vai de cima pra baixo. Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa e aprende com o outro. A maioria de nós tem muito que aprender com as outras pessoas’.  
(**Eduardo Galeano**)

## **DEDICATÓRIA**

Ao Marcos, meu esposo, pelo companheirismo e dedicação.

Ao João Vitor, meu filho, minha fonte de esperança em dias melhores.

A todos aqueles que acreditam e lutam, diariamente, por um mundo mais justo e solidário.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelas oportunidades, pela minha saúde, família e amigos (as);

Ao meu esposo e companheiro de todos os dias, Marcos Antonio da Silva e meu filho João Vitor pela paciência e carinho que demonstraram ao longo desses meses de estudos, agradeço a ambos pela dedicação em cuidar de nosso lar nos momentos em que não pude estar presente;

Aos meus pais (in memoriam) Hortência e Bergildo, que foram grandes exemplos em minha vida e, embora tenham partido tão cedo, continuam presente nos meus sonhos e realizações diárias;

À Associação Mulheres em Movimento, em especial a Neide Castilho e Neusa Gripa pelo carinho, atenção e tempo dedicado a minha pesquisa, as reuniões prazerosas com vocês e aos novos amigos e amigas da ONG;

Agradeço a oportunidade de conhecer e participar de encontros e reuniões do Banco Pirê, Rede de economia solidária e Conselho de economia solidária, cujos encontros sempre ricos na troca de saberes, na amizade e compromisso com um mundo melhor contribuíram para a compreensão da importância do movimento para o desenvolvimento das pessoas, do bairro e cidade;

A minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dra. Rosele Marques, por ter acreditado em mim para realização deste desafio, pela motivação, orientação, e, sobretudo, por sua contribuição para minha formação na pós-graduação;

Agradeço as professoras da banca Célia Foster e Marisa Lomba pelas observações e contribuições na qualificação e agora na defesa da dissertação;

Agradeço a todos os docentes do programa pelo conhecimento compartilhado e pela disposição em concretizar a implantação deste mestrado em Ponta Porã e a todo corpo técnico administrativo, em especial ao Edson Ferreira, secretário do Programa, por atender tão prontamente as demandas para o funcionamento do mestrado;

Aos meus colegas da segunda turma, que considero amigos e amigas, Estevão, Juliano, Kaully, Paulo, Raquel, Gianetti, Silvana, Jorceli e Simone, que sempre estiveram juntos nos momentos difíceis do curso, nas alegrias das festas e nas conversas do cafezinho, contribuindo para tornar essa caminhada mais leve e agradável;

A minha amiga Simone pela parceria na estrada, nas viagens e trabalhos que nasceram nas aulas de mestrado e que, direta ou indiretamente, contribuiu para a concretização deste sonho.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a atuação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê no município de Dourados, entre 2006 e 2016, na promoção da economia solidária e o desenvolvimento local. Para tanto, foi utilizada a metodologia de estudo de caso com uma abordagem quali-quantitativa das informações e dados coletados. Para isto, discute a noção de economia solidária, sua relação com as finanças solidárias e os bancos comunitários de desenvolvimento. Em seguida, apresenta o desenvolvimento de tais práticas no Brasil, no Mato Grosso do Sul e em Dourados, destacando a emergência e a importância dos empreendimentos solidários. Sendo assim, considerando os princípios da economia solidária e as diversas modalidades de financiamento, constata que o banco atendeu 366 empreendimentos com R\$ 387.351,11 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e onze centavos), em três linhas de crédito e estimulou o uso de uma moeda social solidária (Pirapirê). Tal atuação foi importante para o desenvolvimento local, impulsionando a produção e comércio, embora tenha sido limitada pela ausência de marco legal, pela limitação de fundos e, principalmente, de uma política pública efetiva.

**PALAVRAS-CHAVES:** Desenvolvimento Local; Finanças Solidárias; Atuação; Banco Pirê.



## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the performance of the Pirê Community Development Bank in the municipality of Dourados, between 2006 and 2016, in the promotion of solidarity economy and local development. For that, the methodology of case study was used with a qualitative-quantitative approach of the information and data collected. For this, it discusses the notion of solidarity economy, its relation with solidary finance and community development banks. It then presents the development of such practices in Brazil, in Mato Grosso do Sul and Dourados, highlighting the emergence and importance of solidarity projects. Accordingly, considering the principles of the solidarity economy and the various financing modalities, it finds that the bank assisted 366 ventures with three hundred and eighty-seven thousand, three hundred and fifty-one reais and eleven centavos (R \$ 387,351.11) in three Lines of credit and stimulated the use of a solidary social currency (Pirapirê). Such action was important for local development, boosting production and trade, although it was limited by the absence of a legal framework, by the limitation of funds, and especially by an effective public policy.

**KEY WORDS:** Local Development; Solidary Finance; Performance; Pirê bank.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras

Figura 1 – Mapa dos bancos comunitários de desenvolvimento (2013) .....	65
Figura 2 – Distribuição dos empreendimentos solidários em Dourados (2008) .....	85

### Quadros

Quadro 1 – Modelos de Bancos .....	49
Quadro 2 – Políticas e linhas de crédito.....	97
Quadro 3 – Finalidades de financiamentos do Banco Pirê (2006-2016) .....	106

### Gráficos

Gráfico 1 – Demonstrativo dos empreendimentos solidários no Brasil (2007) .....	60
Gráfico 2 – Demonstrativo dos empreendimentos solidários no Brasil (2013) .....	60
Gráfico 3 – Demonstrativo dos empreendimentos solidários no MS (2007) .....	72
Gráfico 4 – Demonstrativo dos empreendimentos solidários no MS (2013) .....	73
Gráfico 5 – Distribuição dos EES de Dourados – loja do centro de Dourados (março/2016).	88
Gráfico 6 – Distribuição dos EES de Dourados – loja shopping Av.Center (março/2016) ...	90
Gráfico 7 – Distribuição de valores financiados pelo Banco Pirê (2006-2016) .....	101
Gráfico 8 – Empreendimentos que acessaram o Banco Pirê (2006-2016) .....	103
Gráfico 9 – Liquidez dos financiamentos do Banco Pirê (2006-2016) .....	104
Gráfico 10 – Distribuição dos financiamentos por grupo (2006-2016) .....	107
Gráfico 11 – Financiamentos por setor (2006-2016) .....	108

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ACI</b>	Aliança Cooperativa Internacional.
<b>ADS/CUT</b>	Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores.
<b>ANTEAG</b>	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão.
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
<b>BASA</b>	Banco da Amazônia.
<b>BB</b>	Banco do Brasil.
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil.
<b>BCD</b>	Banco Comunitário de Desenvolvimento.
<b>BRI</b>	Bank Rakyat (Banco Rakyat).
<b>CAC</b>	Comitê de Análise de Crédito.
<b>CADSOL</b>	Cadastro Solidário.
<b>CAIXA</b>	Caixa Econômica Federal.
<b>CE</b>	Ceará.
<b>CEBI</b>	Centro de Estudos Bíblicos.
<b>CEBs</b>	Comunidades Eclesiais de Base.
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.
<b>CGAP</b>	Consultative Group to Assist the Poor. (Grupo Consultivo para Ajudar os Pobres).
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
<b>COPE/UFRJ</b>	Centro de Pós Graduação em Engenharia da Universidade Federal Rio de Janeiro.
<b>CPF</b>	Cadastro de Pessoa Física.
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra.

<b>CRIDA</b>	Centre de Recherche et D'Information sur La Democratie et L'Autonomie. (Centro de Investigação e Informa�o sobre a Democracia e a Autonomia).
<b>CUT</b>	Central única dos Trabalhadores.
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos.
<b>DRT</b>	Delegacia Regional do Trabalho.
<b>ECOSOL</b>	Economia Solidária.
<b>EES</b>	Empreendimentos Econômicos Solidários.
<b>EGE</b>	Equipe Gestora Estadual.
<b>FBES</b>	Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
<b>FEES</b>	Fórum Estadual de Economia Solidária.
<b>FIOCRUZ</b>	Funda�o Oswaldo Cruz.
<b>FMES</b>	Fórum Municipal de Economia Solidária.
<b>FUNTRAB</b>	Funda�o do Trabalho de Mato Grosso do Sul.
<b>GEOR</b>	Gerenciamento Estratégico Orientado para Resultado.
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho.
<b>IBASE</b>	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IDH</b>	�ndice de Desenvolvimento Humano.
<b>IFIL</b>	Instituto de Filosofia da Liberta�o.
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
<b>ITCP</b>	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.
<b>MS</b>	Mato Grosso do Sul.
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
<b>MTE</b>	Ministério de Trabalho e Emprego.

<b>NESOL</b>	Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo.
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental.
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas.
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
<b>PACs</b>	Programas Alternativos Comunitários.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto.
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores.
<b>RECMA</b>	Revue Internationale de L'Économie Sociale (Revista Internacional de Economia Social).
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
<b>SEMASES</b>	Secretária Municipal de Assistência Social e Economia Solidária.
<b>SENAES</b>	Secretária Nacional de Economia Solidária.
<b>SIES</b>	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde.
<b>SUSEP</b>	Superintendência de Seguros Privados.
<b>UCDB</b>	Universidade Católica Dom Bosco.
<b>UEMS</b>	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
<b>UFGD</b>	Universidade Federal da Grande Dourados.
<b>UFMS</b>	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
<b>UNISOL</b>	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.
<b>UNITRABALHO</b>	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>08</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>09</b>
<b>ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>10</b>
<b>ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPITULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E BANCOS COMUNITÁRIOS: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>22</b>
1.1. Economia solidária e o Capitalismo Contemporâneo.....	22
1.2. Economia e Finanças Solidárias: Cooperação e microcrédito solidário.....	36
1.3. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Local.....	44
<b>CAPITULO 2 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL: EMERGENCIA, DINAMICA E DESAFIOS.....</b>	<b>54</b>
2.1. Economia Solidária no Brasil: Origens e História Recente.....	54
2.1.1. A emergência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD): finanças e microcrédito.....	62
2.2. Economia Solidária no Mato Grosso do Sul: Construção e Desafios.....	68
2.2.1. A emergência de alternativas a sustentação dos empreendimentos solidários.....	77
2.3. Economia Solidária em Dourados: Origens e Desenvolvimento.....	78
<b>CAPITULO 3 – O BANCO PIRÊ: UM INSTRUMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>92</b>
3.1. Banco Pirê: História e Organização Institucional.....	92
3.2. Banco Pirê: Uma ferramenta para o desenvolvimento local.....	100
3.3. Banco Pirê e a Economia Solidária em Dourados: Impactos e desafios.....	109
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, em meio às crises sistêmicas e o espectro do desemprego estrutural e da desigualdade, diversos setores da sociedade buscam, cada vez mais, formas alternativas para garantir a geração de trabalho e renda. Desta forma, inúmeros grupos têm encontrado na cooperação e nos elementos da economia solidária uma alternativa viável que através da solidariedade, justiça e valorização do conhecimento tem se constituído numa fonte de geração de trabalho e renda.

Neste sentido, a Economia Solidária se desenvolveu, de forma intensa, na última década enquanto movimento e organização ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas em relação a sua inserção em cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno. Com isto desenvolveram-se ou se fortaleceram cooperativas, associações, bancos comunitários e clubes de troca que, com o apoio dos movimentos sociais, passam a estruturar-se e a estabelecer regras e princípios de maneira a ser reconhecidos dentro do sistema econômico atual.

Tal Movimento se ampliou tendo como princípios norteadores a valorização do trabalho social, uma relação econômica fundada na solidariedade, uma busca constante de intercâmbio respeitoso com a natureza e a valorização do ser humano de forma integral (SINGER, 2002). Além disto, vale destacar que, no Brasil (assim como em outros países), a economia solidária ou sócioeconomia solidária tem atuado para além de empreendimentos de produção ou comercialização, agindo também na promoção da solidariedade na área monetária, não sendo o acesso ao dinheiro a única opção existente.

Essas experiências também se destacam pela forma como se desenvolvem as relações financeiras, diferenciando-se das formas tradicionais, pois se caracterizam pelas relações de proximidade e derivam da participação recíproca dos atores envolvidos e de ajuda mútua que reatam e fortalecem os laços comunitários. Além disto, a concessão de crédito e a oferta dos demais serviços financeiros vem acompanhada de atividades de formação e capacitação. Desta forma a inclusão social é potencializada e qualificada, com destaque para a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento que oferecem o microcrédito aos pequenos empreendimentos e, em alguns casos, estimulam a circulação de uma moeda social, propiciando a inclusão financeira na tentativa de promover o desenvolvimento local.

Muitos empreendimentos de finanças solidárias basearam-se na experiência do El Grameen Bank, fundado nos anos 90 em Bangladesh, considerado o primeiro banco a desenvolver a prática do microcrédito como instrumento para erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento local, pois seu principal objetivo foi aumentar o incentivo ao micro empreendedorismo de populações em condições socioeconômicas vulneráveis. Tal modelo se difundiu para outros países, em especial nos países em desenvolvimento (GÓES, 2009; SERVET, 2009).

Na cidade de Dourados (MS), a experiência da economia solidária ganha visibilidade nos anos 2000, através da atuação dos movimentos sociais como a ONG Mulheres em Movimento, Cáritas, MST e as universidades públicas e privadas (UEMS, UFMS, UFGD e UCDB), dentre outras. Tal experiência também se destacou pela atuação na qualificação profissional conseguindo articular os trabalhadores (as) desempregados para desenvolver suas potencialidades enquanto empreendedores solidários, motivando-os a organizarem-se em grupos, famílias ou mesmo individual para produzirem dentro dos princípios da economia solidária.

A partir disto, ocorreu a formação da Rede de Economia Solidária que contou com o envolvimento de organizações não-governamentais (ONGs) que contribuíram para consolidação da economia solidária na cidade. No entanto, o principal desafio, em termos econômicos, emergiu relacionado à criação de mecanismos financeiros que possibilitassem o acesso dos excluídos ao mercado financeiro (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003).

Esse processo culminou com a fundação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê em Dourados - MS, em 2006<sup>1</sup> que promoveu uma nova dinâmica com a circulação da moeda social Pirapirê, que traz consigo a inovação e a proposta de criação de modelos sustentáveis de desenvolvimento e erradicação da pobreza, no âmbito da Economia Solidária. O que para Joaquim Melo Neto do Banco Palmas (2016), além do viés econômico, a moeda cumpre um importante papel social ao aumentar os laços de cooperação entre os moradores, uma vez que tais novos modelos são criados e administrados pelos próprios, que atuam segundo a vontade política da comunidade.

Entende-se que o objetivo fundamental de criação do banco foi o fomento e apoio aos empreendimentos de economia solidária na cidade, integrando-o a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Neste sentido, emerge a questão fundamental que orienta este trabalho: Quais

---

<sup>1</sup> Fonte: Banco Pirê. Disponível em: [www.bancopire.org.br](http://www.bancopire.org.br) (Acesso em 25/11/2015).



os impactos da atuação do Banco Pirê na geração de trabalho e renda e qual sua contribuição para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários em Dourados?

Sendo assim, o objetivo principal desta dissertação é analisar os impactos da atuação do Banco Pirê na geração de trabalho e renda dos atores envolvidos, observar e discutir a quantidade de recursos movimentados e para qual fim, bem como o perfil do público que buscou tais recursos e quais os efeitos nas relações econômicas locais e impactos no desenvolvimento local.

Além deste, constituem objetivos específicos a análise do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, considerando os bancos comunitários; a compreensão da relação entre economia solidária, finanças solidárias e desenvolvimento; e, finalmente, a análise dos volumes de microcrédito solidário acessado pelos empreendimentos e como foram aplicados.

Neste sentido, a pesquisa baseia-se na hipótese de que a atuação do Banco Pirê é um instrumento de fomento e apoio aos empreendimentos solidários e que através de suas ações promove a geração de trabalho e renda com impacto positivo na economia local.

Para tanto, será analisada a atuação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê, definindo-se como um estudo de caso, pois, segundo Yin (2015), este é usado em muitas situações para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos. Desta forma, se constitui em coleta de evidências, mas numa possibilidade de aprofundamento e compreensão do objeto de estudo, caracterizando-se como estudo intensivo de uma situação ou contexto específico.

O método utilizado para realização desta dissertação parte da premissa do diálogo crítico com a realidade, em sentido teórico e prático (GRESSLER, 2003). Desta forma, foi necessário um conjunto de procedimentos ou métodos, tanto intelectuais quanto técnicos que, segundo Gil (1999), são necessários para que se consiga atingir os objetivos.

Sendo assim, Hegenberg (1976) destaca que o método é o caminho escolhido para se chegar a um determinado resultado, mesmo que esse caminho não possua um planejamento ou escolha de antemão. Da mesma forma, como apontam Cervo e Bervian (1978):

Em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade (MORESI, 2003 apud CERVO e BERVIAN, 1978, p. 17).

A partir disto, utilizou-se uma metodologia indutiva, com uma abordagem quali-quantitativa que, segundo Koche (2000), tem uma objetividade muito superficial e limitada por estar relacionada à vivência, à ação e à percepção orientadas pelo interesse prático imediatista e pelas crenças pessoais. Para tanto, apresenta-se na sequência a descrição de ambas no intuito de contribuir para o entendimento da construção desse trabalho.

Na análise quantitativa buscou-se uma medição objetiva e a quantificação dos dados observados. Para tanto foi construída uma base de dados, relacionada ao período 2006 a 2016, a partir do material coletado junto ao banco como relatórios e contratos de financiamentos de microcrédito. Tal base procurou apresentar, de forma clara e objetiva, os valores financiados e sua finalidade, o nível de liquidez, a quantidade de empreendimentos beneficiados, como estavam distribuídos e quais os setores produtivos.

Na análise qualitativa considerou-se a relação dinâmica entre a comunidade e o que está sendo estudado, ou seja, analisou-se para além do objeto quantificável, pois considera-se necessário compreender a subjetividade nessa dinâmica, compreender, até certo ponto, o que não é quantificável. Para isto, houve um diálogo permanente com a gestão do banco, com entrevistas para compreensão de sua dinâmica geral e em questões pontuais, houve a participação em reuniões da Associação Mulheres em Movimento, do Banco Pirê e do Fundo Solidário durante a realização desta pesquisa.

E foram realizadas a leitura e análise de folders, cartilhas, banners, jornais, dentre outros documentos, o que resultou em diálogos com os atores envolvidos que contribuíram para o aprofundamento histórico do movimento e da atuação do banco na cidade.

Nessa perspectiva de análise, buscou-se mensurar a relação entre o objeto no caso o Banco Pirê, e os empreendimentos solidários em Dourados, considerando os dados primários e secundários que foram coletados e delineados ao longo desse trabalho na busca pela resposta para o problema proposto. Para tanto, o trabalho se fundamentou na análise de três variáveis: Economia Solidária, Mecanismos Financeiros e a de Desenvolvimento Local.

No que se refere a variável de **Economia Solidária** foram considerados os seguintes elementos: conhecimento dos princípios de economia solidária e o desenvolvimento da autogestão, a valorização do trabalho humano, a criatividade, novas tecnologias e a participação na rede de economia solidária local.

Na variável relacionada a **Mecanismos Financeiros**, considerou-se a utilização do microcrédito, da moeda social e digital, do fundo solidário, com destaque para os aspectos relativos a gestão participativa, as formas de circulação, critérios de acesso, liquidez, finalidades dos financiamentos, setores beneficiados, bem como a eficiência dos instrumentos destinados ao funcionamento do banco.

E na variável de **Desenvolvimento Local** foram observados os elementos relacionados à incorporação pelos trabalhadores (as) das suas habilidades empreendedoras, considerou-se os aspectos relacionados a atividades de formação, as relações interpessoais para produção e comercialização, a manutenção e melhoria da infraestrutura da economia solidária, a participação da coletividade na gestão e formação do banco, na melhora da autoestima no âmbito individual e coletivo. E se houve participação da comunidade nas modalidades ofertadas pelo banco.

Para o desenvolvimento da análise dos dados primários foi executada uma pesquisa documental, nos contratos de financiamentos, que contribuiu para a construção de uma base de dados e das análises das variáveis estabelecidas. Além disto, houve estudos dos documentos contábeis internos do banco, os quais delimitam os critérios e as normas de funcionamento, assim como cartilhas e documentos organizados em pastas que contam a história do movimento na cidade, nesta contendo, fotos, folders, relatórios, depoimentos, recortes de jornais entre outros.

Os elementos relativos aos dados secundários, ou seja, os bibliográficos coletados em livros, revistas, jornais e internet, dentre outros, os quais são importantes para a construção da análise, tornando-se um referencial teórico crítico. Na tentativa de não considera-lo meramente instrumental, de maneira que contribua para novas formas de conhecimento com um diálogo entre pesquisador e pesquisado e destes com o conhecimento bibliográfico (LAKATOS e MARCONI, 1993; THIOLENT, 1984).

Para alcançar seus objetivos a dissertação está estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo é desenvolvida a revisão bibliográfica sobre economia solidária enquanto novo modo de produção e sua relação com finanças solidárias, microcrédito e bancos comunitários, demonstrando a importância da inclusão financeira de atores excluídos do sistema financeiro.

E buscou-se resgatar as características históricas das desigualdades provocadas pelo processo acumulação capitalista e o quanto esta interfere no desenvolvimento social, com destaque o processo da revolução industrial e o aprimoramento de modelos que mantinham (e mantém) os trabalhadores (as) reféns da miséria e da pobreza. Foram apresentados autores como Myrdal e Hirschman que discutem sobre a importância de considerar fatores como qualificação, empreendedorismo como algumas das condições para amenizar tais desigualdades, mas sem romper com o paradigma explorador/explorado. Além disto, discutiram-se autores que abordam o desenvolvimento, para além da dimensão econômica, entre estes pensadores Amartya Sen e Paul Singer, que vislumbram a ideia da promoção de melhores condições para os trabalhadores (as) para que possam desenvolver habilidades empreendedoras ou outras habilidades, mas com liberdade.

Além disto, buscou-se apresentar as novas formas de organização baseadas na solidariedade, com as discussões teóricas acerca do surgimento e conceito do pensamento da economia solidária, foram feitas leituras de autores como Lechat, Singer e Mance, dentre outros, os quais destacam a importância da economia solidária dentro do sistema capitalista, como forma de resistência ao processo de exploração dos trabalhadores (as), promovendo e gerando trabalho e renda de maneira solidária, mas dentro do sistema imposto. Finalmente, sobre o desenvolvimento local, apresentam-se novos paradigmas e modalidades capazes de promover a geração de trabalho e renda, em que a autogestão e a reciprocidade, bem como a solidariedade atuam coletivamente em prol de uma comunidade, território ou local.

No segundo capítulo se discute o desenvolvimento recente da economia solidária no Brasil e no estado e como se caracteriza tal movimento em Dourados, MS, pois no Brasil a economia solidária surge como resposta ao crescente desemprego, do início dos anos 90, e se fortalece no período do governo popular (governo Lula), organizando-se em redes de produção, consumo, finanças, entre outros; no Mato Grosso do Sul, o processo de nascimento e fortalecimento ocorre em muito pelas demandas dos empreendimentos locais e demandas do governo central. Dourados acompanha tal processo, pois o movimento de economia solidária nasce e se fortalece em meio ao aumento do desemprego no município e por incentivos a políticas públicas no âmbito da geração de trabalho e renda, desenvolvida nos bairros mais pobres pela prefeitura em parceria com movimentos sociais locais, ações fundamentadas nos princípios da economia solidária.

Para tanto buscou-se analisar o processo histórico da economia solidária nacional e estadual, bem como as relações com os empreendimentos, o poder público, os movimentos sociais e os demais atores de tal processo, bem como sua dinâmica e desafios. Com destaque para o processo de surgimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com ênfase no Banco Pirê. Além disto, foi analisada a emergência dos Bancos Comunitários, para tanto se observou documentos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e os dois mapeamentos de economia solidária, ocorridos em 2007 e 2013.

No terceiro capítulo se desenvolve a descrição dos dados coletados, apresentando os mecanismos e as ferramentas que são utilizadas na gestão e administração do banco, na tentativa de compreender sua importância enquanto instrumento de desenvolvimento local. Por fim, é realizada a análise de tal atuação, considerando os dados e a bibliografia, procurando compreender seus impactos na geração de trabalho, renda e desenvolvimento dos grupos envolvidos.

## **CAPITULO 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA, FINANÇAS E BANCOS COMUNITÁRIOS: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO.**

A economia solidária, tanto em termos conceituais como em atividades empíricas, tem adquirido uma relevância crescente nas últimas décadas tanto no Brasil quanto no restante do planeta. Desta forma, ampliaram-se os debates para a definição de sua natureza na sociedade contemporânea, bem como sua relevância para a construção de alternativas ao modelo econômico vigente no que tange ao modo de produção. Sendo assim, este primeiro capítulo apresenta os conceitos fundamentais para a compreensão de sua dinâmica, discutindo os elementos que permeiam a noção de economia solidária, de finanças solidárias e bancos comunitários de desenvolvimento, procurando destacar suas interfaces com o desenvolvimento local e a participação feminina, considerando que aportes estão relacionados ao objeto de estudo deste trabalho.

### **1.1. Economia Solidária e o Capitalismo Contemporâneo.**

As transformações ocorridas ao longo dos anos, após o advento da Revolução Industrial, provocaram mudanças nas relações produtivas que afetaram diretamente o mercado de trabalho, principalmente devido à substituição do trabalhador por máquina e equipamentos, tornou-se, predominantemente, uma economia de mercado, em que o sistema social baseia-se na produção, distribuição, circulação e consumo de bens e serviços, sendo os fatores de produção os responsáveis pela reprodução do capital, ou seja, o capital torna-se hegemônico (CATTANI, 2009).

Essas transformações conduziram ao fortalecimento de tal modelo, que geraram outro modo de trabalho e de vida, baseados na precarização das relações de trabalho e a emergência de um desemprego estrutural, exigências do processo de financeirização da economia, o que para Sennett (1999) é uma nova fase do capitalismo contemporâneo, denominado de acumulação flexível. Essa precarização tem obrigado inúmeros trabalhadores (as) a buscar alternativas para a geração de renda, substituindo o trabalho contratado e estável por diversas formas, como o “empreendedorismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico” (ANTUNES, 2007, p. 17).

Deste o início, a lógica reprodutiva do capital esteve relacionada ao fato de que o capital tende a reproduzir-se continuamente através de investimentos em máquinas e em

equipamentos. E quanto mais investimentos houver no capital industrial, mais o capital irá se reproduzir, sem que haja um limite natural para esse processo (PIKETTY, 2015). O capitalista não se preocupava com os trabalhadores (as) que manuseavam suas máquinas, o capital humano não possuía valor, pois poderia ser substituído por outro trabalhador (a) pelo mesmo valor ou até menos, somente o capital iria se reproduzir e o processo de acumulação pelos industriais iria ocorrer sem interferência.

Neste sentido, Marx (1974) apontava, em seus estudos sobre a chamada acumulação primitiva, que o capital apropria-se da força de trabalho, tornando o trabalhador uma mercadoria, retirando dele a apropriação sobre os meios de produção, o que faz os trabalhadores se sujeitarem ao trabalho exaustivo para garantir sua subsistência. Essa relação destaca uma sociedade organizada na propriedade privada sendo a expressão de um modo de produção caracterizado por duas classes antagônicas: capitalista (burguesia) e trabalhadores (proletariado), que passam a travar lutas sob o sistema capitalista, a chamada ‘luta de classes’ (GERMER, 2005). Vale destacar que mesmo com o passar dos anos o modo de produção baseado nessas duas classes manteve-se e, apesar de suas transformações recentes, continua reproduzindo tal lógica, ainda que de forma mais complexa e ampliada no mundo contemporâneo.

Nos modelos fordista e taylorista<sup>2</sup>, surge um conjunto de aportes tecnológicos que consegue automatizar grande parte dos processos produtivos, aumenta os níveis de produção, reduzindo a importância dos trabalhadores. Esses modelos trouxeram uma maior flexibilização da organização do trabalho e das relações trabalhistas que, segundo Antunes e Pochmann (2007), pode ser entendido como:

[...] liberdade para empresa, pois a mesma tem a liberdade para desempregar trabalhadores, sem sofrer penalidade por isso, pode reduzir o horário de trabalho ou exigir mais horas de trabalho; pode ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade do trabalho exige; subdividir a jornada de trabalho em dias ou semanas segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho; elevação dos níveis de desemprego, emergindo o desemprego estrutural (ANTUNES e POCHMANN, 2007, p. 202-205).

Tais modelos não trouxeram benefícios para os trabalhadores e, segundo Schefer (2006), constituíram características que tem se destacado como um dos traços mais evidentes do capitalismo contemporâneo atingindo tanto os países desenvolvidos como os em

---

<sup>2</sup> No livro “A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo”, o autor analisa os processos de produção do século XX para explicitar como a reestruturação produtiva afetou diretamente as condições de trabalho da classe operária (PINTO, 2010).

desenvolvimento, marcados pela precarização, concentração e ampliação das desigualdades. Embora tais impactos variem conforme o nível de organização estatal e a força de movimentos sociais ou sindicais.

Myrdal (1960) e Hirschman (1961) já apontavam a preocupação com a existência dessas desigualdades provocadas pelas relações no modo de produção, visto que esta afetava o desenvolvimento, e afirmavam que seria necessário considerar os fatores de natureza não-econômica, como a qualificação dos trabalhadores e o investimento em empreendedorismo, como mecanismos para atenuar essas desigualdades.

Para tais autores não há mudanças na essência do capitalismo, apenas mecanismos atenuantes dessa relação conflitante entre capital/trabalho. Desta forma, propõem a busca de alternativas que dinamizem os processos de incentivo para mobilizar o maior número possível de recursos, como capital e atividade empreendedora, e que assim possam viabilizar empreendimentos em regiões determinadas, que iriam desempenhar o papel de promover economias de escala e com seus efeitos para frente e para trás promoveriam o desenvolvimento da região (CAVALCANTE, 2011).

Para ambos ao fornecer condições, como capital e investimentos em empreendedorismo, o desenvolvimento aconteceria naturalmente melhorando as condições econômicas e sociais de uma dada região, o para eles iria atenuar as desigualdades locais e os conflitos de classes, mas a lógica capitalista capital/trabalho não seria alterada. Neste sentido, para diminuir ou mesmo eliminar tais desigualdades, a maneira como ocorre o desenvolvimento econômico deve passar pelo “modo de produção” que deve ser compreendido como uma forma específica de organizar a atividade produtiva e de repartir o resultado entre os participantes (SINGER, 1999). Assim, não somente, oportunizar-lhes condições mas também repartir seus resultados.

Até então não havia uma preocupação em distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois ainda não estava consolidada a divisão entre poucas nações desenvolvidas, ricas por conta da industrialização, e os países subdesenvolvidos, com pouca ou nenhuma industrialização. Foi somente no início dos anos 1960 que, com o crescimento ocorrido na década anterior, percebeu-se que o desenvolvimento não se traduzia, necessariamente, em um maior acesso da população aos bens materiais e culturais, como ocorrera nos países desenvolvidos, a começar pelo acesso a saúde e educação (VEIGA, 2005).



A partir dessa constatação deu-se início a um intenso debate internacional sobre a importância de pensar a economia, também pelo viés do desenvolvimento, mas foi somente com a criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que estudos analisam este índice e passou a afirmar-se enquanto indicador de desenvolvimento, surgindo autores que passam a discutir a economia com um olhar voltado à importância do ser humano neste processo, na tentativa de amenizar as desigualdades provocadas pelo crescimento econômico (MARINHO, LINHARES e CAPELO, 2011).

Para Amartya Sen (2010) o desenvolvimento econômico e social está relacionado a necessidade da manutenção das liberdades individuais geradas pelo acesso a saúde, educação, segurança entre outros, de maneira que o ser humano tenha condições mínimas de ir em busca do necessário para viver com qualidade e assim possa trabalhar ou mesmo empreender dentro do sistema econômico. Nessa análise podemos perceber que fornecendo condições sociais para a população, esta irá promover o desenvolvimento, o que demonstra uma relação entre o desenvolvimento e a redução das desigualdades, isso significa que ambos estão entrelaçados.

Nota-se que o desenvolvimento não promove o rompimento com modelo gerador dessas desigualdades, apenas busca a melhora das condições para a reprodução da força de trabalho e melhora de vida das populações, pois a falta desta limita a atuação livre dos cidadãos e dificulta o processo de acumulação do capital, para tanto é necessário que o trabalhador se alimente dignamente, tenha acesso à saúde, educação e a outras disposições econômicas e sociais. Tais condições podem impulsionar o desenvolvimento, pois segundo Amartya Sen (2010), “o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 2010, p. 18).

Portanto, pode-se levantar a possibilidade de pensar o desenvolvimento econômico pela lógica do desenvolvimento humano e ampliar sua perspectiva, ao considerar o bem-estar populacional, superando assim a relação (limitada) de desenvolvimento com crescimento do PIB e da renda. Desta forma, apesar de considerar na economia os fatores não-econômicos (saúde, educação, entre outros), o desenvolvimento poderá continuar promovendo (ou não) o aparecimento do desemprego, de crises financeiras e ao aumento das desigualdades sociais.

Diante desse debate, é preciso considerar que, como destaca Sen “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social” (SEN, 2010, p. 23) e que, na sociedade moderna, certos grupos tendem a ser mais vulneráveis diante de tal privação. Neste

sentido, pode-se observar que, apesar de inúmeras pessoas sofrerem privação de liberdade econômica e social ao redor do mundo, certos segmentos associados à questão de gênero e raça (e inúmeras outras) são mais atingidos. Convém destacar que, nas sociedades contemporâneas, a dominação patriarcal ainda é recorrente, tanto no seio familiar quanto no campo econômico, pois boa parte das ocupações destinadas às mulheres pelo sistema está relacionada ao mercado de trabalho informal ou em atividades em que o capitalismo não tem interesse em explorar, como o trabalho doméstico (BRASIL, 2007 apud SAFFIOTI, 1987).

Neste sentido, Narciso e Henriques (2008) apontam que é possível encontrar na literatura diferentes classificações relativas ao papel das mulheres no desenvolvimento local e descrevem três tipos fundamentais: primeiro, o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres, que é a reprodução biológica, depois a reprodução geracional que é cuidar dos filhos mais velhos e ainda a reprodução diária que inclui a manutenção da casa dando suporte ao homem para outros trabalhos; em segundo lugar, destacam o trabalho produtivo, aquele que se refere a produção para o consumo doméstico e atividades geradoras de rendimentos; e por fim, o terceiro que é o trabalho voluntário, dedicado às atividades coletivas. Assim as mulheres desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico, atuando em três níveis para diminuição das desigualdades (SOUZA e SANTOS, 2016).

Como aponta Veiga (2005), o desenvolvimento econômico deve ser percebido por uma ótica multidimensional, amparando-se na constatação de que o desenvolvimento local em que engloba “desenvolvimento econômico, social, cultural, político e institucional” (Veiga, 2005, p. 33) e que se converte em qualidade de vida no local e movimenta a economia.

Ainda Veiga (2005) pressupõe a existência de quatro pilares fundamentais para que ocorra o desenvolvimento local: vida longa e saudável; educação com instrução; acesso aos recursos necessários para uma vida digna; e participação na vida da comunidade. Assim o local passa a ser algo sócioterritorial, sem possuir restrições fronteiriças.

Neste mesmo sentido, podemos apontar que tal dinâmica envolve o empoderamento dos cidadãos daquele local, pois como destaca Peruzzo (2006): a "participação popular ativa com poder de controle e de decisão nos processos sociais (políticas públicas relacionadas a educação, saúde, transporte, questões de gênero, geração de renda)"(PERUZZO, 2006, P. 10, apud BARBOSA e SANTOS, 2015).

Pochmann (2002) destaca que se a exclusão é parte do sistema capitalista devido à forma que se organiza, gerando desequilíbrio social e econômico no mundo, então é necessário, e importante, considerar a atuação dos indivíduos na sua capacidade de expandir-se.

A classe operária reage de maneira distinta aos avanços do capitalismo, com reações próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social, ou seja, via sindicalismo, ou de organização de produção e distribuição, via cooperativismo, ou outros nomes distintos (SINGER, 1999).

Dentre as reações, pode-se considerar na atuação dos trabalhadores a imersão de experiências de grupos que se unem para desenvolver uma atividade produtiva coletivamente, em sentido contrário ao processo de exclusão (SACHS e VIEIRA, 2007).

Neste pensamento, Singer (2002) aponta que, ainda no princípio do capitalismo contemporâneo em 1817, surgem as primeiras experiências de algumas aldeias que trabalhavam de forma cooperada, de maneira a atenuar os impactos da crise britânica. Em tal experiência, conhecida como Pioneiros de Rochdale, as pessoas trabalhavam, produziam para sua própria subsistência e trocavam seu excedente com outras aldeias, tendo como base a solidariedade, pois:

A Revolução Francesa provocou um longo ciclo de guerras na Europa, e se encerrou apenas em 1815, após a vitória Britânica sobre Napoleão em Waterloo. Logo em seguida a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Ele diagnosticou corretamente que a depressão era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários a condição da guerra. Com a perda do trabalho e da renda dos que estavam ocupados na produção bélica, o mercado para indústria civil também se contraiu. Para reverter essa situação era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que aliviaria o mercado para outros produtores. Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo Britânico para que os fundos de sustento aos pobres, cujo número estava multiplicando, 20 em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construções de aldeias cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas, trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre aldeias. Com os cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois, os pobres seriam reinseridos na produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados (SINGER, 2002, p. 25).

Outras formas de organização parecidas foram surgindo com instrumentos que visavam garantir condições de vida digna para as populações excluídas, o cooperativismo e o associativismo emergem inspirados pela experiência de Rochdale e proliferam nas diversas

práticas socioeconômicas, dentre elas a economia solidária, com pressuposto em suas ações de que a solidariedade pode ser uma alternativa para amenizar as desigualdades.

Embora não exista uma definição unânime e um marco fundamental de tais experiências pode-se considerar que o conceito de Economia Solidária foi criado na França, no início dos anos 90, e emerge como:

[...] fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no CRIDA (Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 109).

Assim considera-se que, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, quando as relações de trabalho passam do corporativo para o concorrencial, emergiram balcões alimentícios e cooperativas de produção e cooperativas agrícolas e de poupança, estas eram consideradas como soluções e alternativas de sobrevivência dos pequenos produtores (LAVILLE, ROUSTANG, 1999).

Da mesma forma, tal dinâmica continuou a desenvolver-se em outros tempos de crise e recessão, pois como descreve Lechat (2002):

A depressão econômica dos anos 1929-32, provocada por uma crise da regulação concorrencial, fez aparecer as cooperativas de consumo e de habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe, o desemprego e o fechamento de empresas, o que fez surgir a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 85 foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores em toda a Europa (DEFOURNV, 2001 apud LECHAT, 2002 p. 5)

A solidariedade está colocada como requisito fundamental para definirmos a economia solidária, entretanto tal dimensão se apresenta em outros conceitos de economia, como a economia social e embora comungue de alguns traços comuns possuem ações distintas, tais como a filantropia. Assim para Laville e Roustang (1999), a noção de economia solidária confunde-se com o conceito de economia social e encontram-se presentes nas relações entrelaçadas entre o econômico, o social e o político, sendo este um elemento fundamental.

Já Lechat (2002) descreve as diferenças entre economia social e economia solidária, apontando que:

Solidariedade vem da palavra latina *solidum* que, para os romanos significava a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo (*in solidum*), ou seja, a solidariedade é uma preocupação com o outro. Charles Gide no fim do século XIX escreve que a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso

se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral). O dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma situação de desigualdade. Deste ponto de vista, **a economia solidária apoia-se numa economia de sujeitos desiguais**, enquanto que a economia social é, pelos seus princípios e regras, uma economia de iguais. Se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira. Por outro lado, a economia social não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades; mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da economia solidária, uma forma de permitir aos “beneficiários” da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. (LECHAT 2002, editorial, Revista RECMA).

Assim a solidariedade pode ser o ponto inicial para a superação das desigualdades, pois parte do pressuposto que aqueles que a compõem são diferentes e essas diferenças são superadas através da participação solidária, ou seja, sujeitos desiguais que estão dispostos a buscar uma nova economia, voltada a solidariedade e que os trabalhadores (as) possam assumi-la voluntariamente.

Sendo assim, projetos e práticas de economia solidária emergiram em diversos continentes e sua concepção tem variações de acordo com as ideias de solidariedade em contraste com o individualismo utilitarista<sup>3</sup> que caracteriza o comportamento econômico predominante das sociedades de mercado. Sendo que a Economia Solidária se fundamenta no princípio da solidariedade entre seus membros, estabelecendo laços de reciprocidade com os fundamentos da cooperação.

Por isto Laville e Gaiger (2009) destacam que há dois sentidos na essência da economia solidária, o primeiro refere-se à economia capitalista, no qual o econômico é um fim em si mesmo, mantendo-se a ideia de escassez econômica, ou seja, ela deve gerar além do trabalho, renda para o sustento desses trabalhadores (as); e, no segundo, deve primar as relações dos trabalhadores (as) entre si e com os agentes sociais, a relação com a natureza e na busca pela subsistência. Na economia solidária não se pode pensar somente nos ganhos ou na lucratividade, mas nas pessoas que formam essa economia, os agentes sociais e suas relações e interrelações.

Para tanto, Wellen (2008) aponta que, apesar da economia solidária apresentar elementos positivos para a sociedade, sua atuação plena e efetiva somente ocorrerá quando a

---

<sup>3</sup> Segundo Caillé: “Para gran parte de los economistas, los hombres son o deben ser considerados como individuos, separados y mutuamente indiferentes, sin poder, por naturaleza, buscar algo más allá de su propia felicidad o de su propio interés; que es bueno y legítimo que así lo sea, pues esse es el único objetivo racional ofrecido a los seres humanos; en fin, que los individuos buscan esa satisfacción de su propio interés o deberían buscarla racionalmente, maximizando sus placeres, o aún, su utilidad, sus preferencias” (CAILLÉ, 2009, p. 33)

dicotomia entre capital e desenvolvimento solidário, que são a fonte das desigualdades, for superada, pois enquanto alguns conseguem acumular capital outros acumulam prejuízos:

[...] enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam 'inempregáveis', o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc, entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais. (SINGER, 2002, p. 8–9)

Desta maneira, somente a ruptura do processo de acumulação do capital conseguiria pôr fim às desigualdades sociais, por isso a Economia Solidária torna-se um movimento que serve de instrumento para amenizar essas ações particulares inerentes ao capitalismo, inserindo o indivíduo numa relação de autonomia na organização social com potencial para a emancipação humana, eleva o trabalho como mecanismo de solidariedade coletiva e promove uma maneira de viver em comum e em cooperação (HINTZE, 2010; WELLEN, 2008).

Sendo assim, experiências econômicas com traços de solidariedade começaram a surgir em diversos lugares do mundo e Lechat (2002) destaca que, no Brasil, o conceito aparece pela primeira vez em 1993, no livro “Economia de solidariedade e organização popular” organizado por Gadotti, em que Luis Razetto (1993) a define como:

[...] é uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p. 40)

Além dele, Alves destaca que: “[...] a Economia Solidária é uma alternativa ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza” (ALVES, 2004, p. 6). Tal definição consegue conjugar solidariedade e geração de renda, quando envolve atores locais visto que são normalmente pequenos empreendimentos que atuam no bairro ou na cidade incentiva a autoestima das pessoas e promove troca de saberes.

Desta forma, pode-se observar que, como alternativa de desenvolvimento, com traços de solidariedade e mutualismo, essas organizações possuem pouca chance de competir com as empresas capitalistas, pois são empreendimentos pequenos, com uso intensivo de mão de obra e normalmente de produtos artesanais. Isto faz com que a economia solidária atue em áreas limitadas, com consumidores diferenciados, os quais possuem uma consciência cidadã, que

foge a massificação do consumo e suas preferências são pautadas no respeito à natureza e ao ser humano.

Além disto, tal conceito se fundamenta na noção de autogestão, que se trata de uma solidariedade que é praticada entre os grupos de mesma base socioeconômica desenvolvendo novas relações produtivas em que se nega a figura imediata do proprietário, para se obter algum tipo de renda ou inclusão no meio econômico dominante (BENINI e BENINI, 2015), empoderando os trabalhadores (as) envolvidos no planejamento e na gestão de atividades econômicas, pois como Nascimento (2004):

A reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”. Por sua vez, a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção (NASCIMENTO, 2004, p. 2)

Para Gaiger (1998) o caráter alternativo dessas experiências de autogestão e cooperação econômica se refere ao potencial de ruptura nas relações de produção capitalista, o que demonstra a necessidade de se buscar novas alternativas na maneira de organizar o trabalho e as relações econômicas. Surge a Economia Solidária como uma dessas novas alternativas, pois ela por si só não rompe com as relações de produção capitalista, mas resgata a possibilidade de que através de seus princípios os trabalhadores (as) busquem e promovam ações contraditórias ao capitalismo, através da solidariedade e da autogestão e passam a gerar trabalho e renda, sendo este um novo modelo social de produção.

Neste sentido, Arruda (1996) aponta que a utilização da autogestão pelos empreendimentos solidários é uma estratégia importante para o desenvolvimento, pois a economia solidária é construída a partir da diversidade, é conduzida por homens, mulheres, operários (as) de chão de fábrica, artesãos (ãs), mecânicos (as) e tantos outros e outras que permitem uma interação mais complexa, de maneira que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional” (ARRUDA, 1996, p. 27).

Além disto, aponta:

É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade

humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócioeconomia na nova era que se anuncia (ARRUDA, 1996, p. 4).

Ainda Arruda (1996) em seu texto comenta a importância de se colocar o associativismo e cooperativismo autogestionários na pauta de um projeto de desenvolvimento em que as relações de troca entre os agentes se baseie na solidariedade.

E ao considerar seu potencial e seus traços distintivos da tradicional economia de mercado, Guélin (1998) destaca que na economia solidária há organismos produtores de bens e serviços, conforme a regra capitalista, porém a participação dos indivíduos resulta de sua livre vontade, o poder não tem origem na detenção do capital e, finalmente, a detenção do capital não se fundamenta na aplicação dos lucros.

Portanto, mesmo que não pretenda substituir a economia de mercado ou a economia de estado, reconhece a existência de outros princípios que regulam e regem a ação econômica no dia a dia a qual a economia solidária também é colocada, relacionadas às ações econômicas não monetárias (as relações humanas) que se articulam na busca de vantagens na economia monetária em que consigam acumular para serem reconhecidas pelo mercado e conseguirem ter condições de efetuar trocas que as insira na sociedade capitalista (HINTZE, 2010; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Sendo assim, essa articulação das relações humanas ou ações econômicas não monetárias, tem por base o princípio da cooperação e este se constitui num importante elo para promoção do desenvolvimento, Frantz (2003) já apontava que as organizações de cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação dos trabalhadores (as) que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. Desta forma, contêm elementos sociais, culturais e políticos, incorporados ao seu sentido econômico que influencia o processo de desenvolvimento e a natureza da organização cooperativa, como expressão dos interesses e das necessidades de seus associados.

Para Franco (2004) o processo de desenvolvimento passa pela capacidade dos trabalhadores (as) em autogerir-se, que pode vir via o cooperativismo, pois somente assim poderão ser criadas novas oportunidades para que eles/elas possam colocar em prática seu lado empreendedor, mas para isso é necessário despertar suas habilidades e empoderá-los (as),



criar ambientes favoráveis ao aparecimento de novos negócios para que tenham coragem de empreender. O desenvolvimento é realizado por aqueles (as) que desejam fazer alguma coisa para mudar a realidade dos locais onde vivem, e está intimamente ligado ao crescimento das habilidades, conhecimentos e competências das pessoas, o capital humano, que interfere diretamente em tal processo (PAULA, 2008).

Para tanto, num modelo baseado na solidariedade, mutualismo e cooperação estimula-se a produção e o consumo solidário, de maneira que os valores econômicos gerados passam a realimentar o processo, desencadeando um efeito multiplicador de desenvolvimento, amenizando as desigualdades locais, pois como destaca Mance (2009):

Essas práticas de economia solidária provocam a difusão do consumo e do labor solidários, em laços de realimentação, que permitem que os valores econômicos gerados pelo trabalho possam realimentar o processo de produção e consumo, gerando um bem viver das coletividades e o seu desenvolvimento (MANCE, 2009, p. 27).

Assim a economia solidária pode se constituir num instrumento de desenvolvimento, visto que, se distingue pelo consumo responsável e pela construção, vivência da cidadania desde sua produção, pela inclusão econômica dos produtores e outros atores que comercializam seus produtos em rede ou pelo aprendizado dos potenciais adquirentes de produtos e serviços, que buscam um consumo mais consciente.

Por isto, Gaiger (2007) ressalta que, enquanto na economia de mercado o que importa é o mercado e sua lógica baseada no lucro e acumulação, os empreendimentos solidários se diferenciam de tal lógica, inserindo-se de forma marginal na economia de mercado, pois apresentam traços de uma economia de sobrevivência destinada aos mais pobres, cumprindo sua função social de redução da marginalidade e de pouco resultado econômico, pois:

Adentrando a natureza dos empreendimentos de economia solidária, a conclusão essencial está no fato de que eles propiciam, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas, fundamentais para a vida dos pobres e para os indivíduos que vivem do seu trabalho, atenuando assim sua sujeição à economia dominante e conjurando o exclusivismo das relações assalariadas, portanto de subordinação e expropriação, a eles reservadas como via de integração social (GAIGER, 2004c, p. 394 apud GAIGER, 2007).

Sendo assim, Laville e Gaiger (2009) destacam que a economia solidária tem potencial de dinamizar redes de interação participativa com conteúdo político para a inserção das populações locais e suas iniciativas, ampliando seu entorno para as práticas de autogestão, o

que promove sistemas amplos de reciprocidade entre as pessoas, onde todos os envolvidos alcançam ganhos econômicos e sociais, distinto da lógica do mercado e da exclusão.

Nesse contexto de dinamização de redes de interação, em Cunha (2003) a Economia Solidária pode ser relacionada ao terceiro setor<sup>4</sup> pela ausência de acumulação do capital dos envolvidos ou por ser distinta de uma lógica gerida pelo Estado e pela inserção das populações locais e suas iniciativas. Neste sentido, afirma:

[...] a economia solidária se reconhece como setor econômico, portanto formado por empresas – empresas onde a dimensão social importa tanto quanto a dimensão econômica, empresas orientadas por valores distintos do capitalismo, mais ainda assim empresas. (CUNHA, 2003, p. 64)

Desta forma, as organizações de cooperação envolvem muitas pessoas com os mesmos objetivos pautados na solidariedade, elas tem a racionalidade para além do campo econômico e são capazes de identificar as oportunidades de novas combinações produtivas, movidas pela vontade de mudança que vai além do lucrar (CASTELLS, 1999).

É possível encontrar novas combinações produtivas nas diversas experiências de economia solidária que, como aponta Singer (2002), incluem desde as iniciativas pessoais, familiares, associativas, comunitárias e até as que se traduzem em organizações de base econômica popular como redes econômicas, associação de produtores e cooperativas, finanças solidárias e bancos comunitários de desenvolvimento.

Considerando o debate sobre desenvolvimento, realizado anteriormente, pode-se destacar que, apesar de fundamentos e perspectivas distintos, autores como Marx (1974), Myrdal (1960), Hirschman (1961) e Sen (2010) comungam da ideia de que se fossem oferecidas as condições necessárias aos cidadãos, os mesmos criariam condições para promover o desenvolvimento de maneira a atenuar as desigualdades sociais. Porém é preciso destacar que se em Marx (1974) a luta de classes faz com que os trabalhadores (as) tenham que organizar-se para buscar alternativas e romper com os laços de exploração criados pelo capitalista caso queiram acabar com as desigualdades, os demais autores procuram apresentar alternativas para que o desenvolvimento aconteça com redução das desigualdades sociais, mas mantendo a dicotomia capital/trabalho existente no capitalismo (FURTADO, 1964).

---

<sup>4</sup> É o que congrega as organizações que, embora prestem serviços públicos, produzam e comercializem bens e serviços, não são estatais, nem visam lucro financeiro com os empreendimentos efetivados, estando incluídas aqui, portanto, as associações, sociedades sem fins lucrativos e fundações. Disponível em: <http://terceiro-setor.info/o-que-e-terceiro-setor.html> (Acesso em 28/09/2016).

Além disto, a emergência da economia solidária no mundo contemporâneo se relaciona também a construção tanto de alternativas das relações de trabalho como de promoção do desenvolvimento, possibilitando a redução das desigualdades sociais. Para tanto, os autores mencionados (Singer (2000), Laville (1994), Lechat (2004) e Mance (2000), dentre outros) demonstram que tal prática emerge tendo como fundamento as relações de solidariedade na geração de valores econômicos vinculados ao trabalho coletivo e que isso realimenta o processo de produção e consumo, trazendo um bem viver para a coletividade e o seu desenvolvimento.

Além disto, pode-se destacar que, para Gaiger (2006), a economia solidária insere-se de forma marginal na economia de mercado promovendo uma ruptura nas relações de produção capitalista, quando utiliza a autogestão como ferramenta, enquanto que para Guélin (1998) apesar da existência de organismos produtores de bens e serviços conforme a regra capitalista, a participação livre e autônoma dos indivíduos diferencia-os de trabalhadores assalariados tradicionais e insere uma nova lógica nas relações de produção.

Isto também se relaciona a definição apresentada por Laville (1994) e as duas lógicas que perpassam a economia solidária, a lógica econômica tradicional e a lógica que se diferencia desta por estar associada à subsistência (não ao lucro), ao respeito à natureza (não a sua utilização indiscriminada) e aos seres humanos (não sua exploração). Disto, emerge o que, como destaca Singer (2000), sua condição originária como resistência ao avanço do capital (e seus efeitos perversos), bem como seu potencial transformador e desenvolvimento de uma lógica anticapitalista.

Assim entende-se que a economia solidária deve conter traços de solidariedade, autogestão e pautar-se na ajuda mútua e que, mesmo inserida no sistema capitalista, contém mecanismos que a diferem da lógica do mercado tradicional e pode potencializar ações anticapitalistas, promovendo o desenvolvimento e redução das desigualdades através do compromisso e de práticas coletivas.

Diante disto, o aprofundamento dessas experiências é necessário para entender esse novo modelo de economia, capaz de envolver desde o pequeno produtor até o consumidor constituindo redes de cooperação e comercialização que conseguem amenizar a exclusão social e econômica de diversos grupos.

Dentre essas experiências, as finanças solidárias ocupam um papel fundamental na relação entre o produtor e consumidor, pois a necessidade de recursos e acesso ao crédito podem ser fatores determinantes para a emergência e o desenvolvimento da economia solidária numa região, desta forma, a próxima seção analisa o papel das finanças solidárias como política fundamental para acesso ao crédito e parte constitutiva desta nova prática.

## **1.2. Economia e Finanças Solidárias: cooperação e microcrédito solidário.**

O desenvolvimento da economia solidária é marcado por um amplo espectro de atividades, envolvendo produção e consumo, que procuram enfrentar os desafios da organização cooperativa e de uma lógica inclusiva e solidária como destacamos anteriormente. Sendo assim, um dos principais desafios que os empreendimentos solidários enfrentam, em todo planeta, relaciona-se as finanças e ao crédito solidário.

Desta forma, tais empreendimentos precisam superar um sistema que, segundo Coelho (2003), é tradicionalmente operado pelo sistema bancário e normatiza as transações de concessão de garantia de crédito, disponibiliza serviços bancários, realiza investimentos e promove a circulação de moeda, excluindo os atores, a intermediação e seus objetivos.

Gitman (1997) também aponta que finanças podem ser definidas como a arte e a ciência de administrar fundos, pois toda pessoa obtém receitas, investe ou gasta. Assim as finanças ocupam-se do processo das relações entre instituições e mercados, utilizando-se de instrumentos que envolvam as transferências de fundos ou receitas para as pessoas, empresas ou governos. Ou seja, tratam de aspectos fundamentais que promovem e regulam a utilização dos recursos escassos ao longo do tempo. E em tal processo, a prática solidária, embora necessária, ainda é incipiente.

Os primeiros trabalhos sobre finanças foram escritos entre 1900 a 1950, por teóricos como Bachelier (1900), Fisher (1935), Hicks (1938), Kaldor (1939) e Keynes (1946) e baseavam-se na precificação de ativos através de expectativas e contra-expectativas de ganhos de capital, período este conhecido como finanças tradicionais (CEPA, 2009, apud MOREIRA e PACHECO, 2011).

Nas finanças tradicionais o objetivo das relações monetárias era conseguir um retorno cada vez maior, através sempre da perspectiva de que através de portfólios que rendessem além da média do mercado, perspectiva essa nem sempre confirmada, pois dependiam dos preços e esses variavam constantemente, pois como aponta Macedo Junior (2003):

As finanças tradicionais nasceram no dia-a-dia do mercado, com homens de mercado. Segundo os críticos, ela carece de uma estrutura teórica consistente. Não existe método de aplicação financeira que possa ser aplicado e que de forma sistemática gere uma rentabilidade superior à média do mercado. Com base neste fato, as finanças modernas recomendam que os investidores não tentem obter uma rentabilidade superior à do mercado e sim que procurem uma rentabilidade igual à do mercado ou uma rentabilidade de acordo com o nível de risco que o investidor esteja disposto a suportar. (MACEDO JUNIOR, 2003, p. 29)

Desta forma, o conceito de finanças é definido a partir da dimensão monetária, tornando-se uma concepção apenas funcional. Esta visão somente é superada com o surgimento da microfinança, que é uma alternativa para a população sem acesso ao sistema bancário tradicional, pois cria condições para que essa população excluída adquira produtos que respondam às suas necessidades, ou seja, procura democratizar os recursos financeiros (COELHO, 2003). Assim:

A microfinança ou o microcrédito se define como um pequeno crédito concedido em larga escala por entidade financeira a pessoas físicas ou jurídicas cuja principal fonte de renda sejam as vendas provenientes da realização de atividades empresariais de produção de bens e serviços (COELHO, 2003, p. 3).

Apesar de sua importância, Coelho (2003) destaca que a microfinança tem uma atuação limitada, pois se restringe a um sistema de pequenos créditos e atinge um número limitado de indivíduos.

A partir da observância dessa limitação, emerge o conceito de finanças solidárias, ampliando a noção de crédito e incorporando a perspectiva de democratizar as relações econômicas e o mercado, podendo contribuir para o surgimento de novas relações de poder nas inter-relações e nas relações de força que se estabelecem entre os sujeitos individuais e coletivos, públicos ou privados, formais ou informais, que estão em diferentes lugares na estrutura econômica, tanto na produção como na distribuição de bens e serviços.

Passos (2007) considera que a diferença fundamental entre os dois conceitos está no fato de que as finanças solidárias se inserem como elo final no processo de crédito a rede de consumidores e produtores que estão presentes em um território, atingindo um coletivo e não apenas uma pessoa como agente de crédito. Visto que, tais experiências consistem nas relações de proximidade entre os cidadãos, pois “[...] elas derivam de sistemas de reciprocidade, de ajuda-mútua e de auto confiança. [...] baseiam-se em tentativas para reatar laços comunitários” (HENDERSON, 1996, p. 234).

Coelho (2003) destaca que as finanças solidárias servem como instrumento para democratizar o acesso ao sistema financeiro e seus produtos, pois:

Finanças solidárias se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema financeiro tradicional, constituindo-se um elo de ligação e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, constituída sobre a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável (COELHO, 2003, p. 153).

Sendo assim, para além dos debates conceituais, emergiram, nos últimos anos, inúmeras experiências de finanças solidárias. Como destaca Muñoz (2009) tal prática surge como resposta à lógica da impessoalidade, comum no trato com o dinheiro, pois as finanças se referem à utilização do dinheiro, seu preço, seus rendimentos em geral a todas as atividades que movimentam um fluxo de entradas e saídas de recursos ao longo do tempo.

Além disto, França Filho (2010) destaca que o conceito de finanças solidárias refere-se a iniciativas com diferentes denominações como microcrédito, poupança solidária, micro finanças ou finanças de proximidade que, de um modo ou de outro, participam da construção de uma outra relação com o dinheiro.

Ainda para França Filho (2004), mais que democratizarem o acesso ao crédito, as finanças solidárias se orientam também pela utilização social do investimento financeiro, pois seu objetivo principal é o uso ético do dinheiro, em que se articula também a preocupação contra a exclusão, com a preocupação ambiental, com o desenvolvimento local, dentre outros.

Desta forma, surge uma nova maneira de se relacionar com o mercado financeiro, que está em democratizar o acesso ao crédito para os atores locais, que procuram viabilizar seus empreendimentos, gerando renda para os seus integrantes, com o uso dos recursos financeiros de maneira democrática, sempre analisando e problematizando as principais funções financeiras.

Em todo mundo surgiram, nas últimas décadas, inúmeras iniciativas de finanças solidárias, destacando-se o caso da França, que possui um clube de investidores para uma gestão alternativa e local da poupança, sendo este organizado em rede, onde as associações mobilizam uma poupança de proximidade a partir dos seus associados, que é investido em projetos locais, com o propósito de reforçar e criar pequenas empresas regionais.

Há ainda experiências de bancos solidários como o Caisse Solidaire de Roubaix, que foi constituído como banco em 1999, a primeira iniciativa no país com vocação inteiramente solidária. E outras experiências com bancos solidários proliferaram na Alemanha, Suíça, Bélgica, Inglaterra e Holanda, dentre outros (FRANÇA FILHO e GARIBE, 2008).

Nos anos 80, o próprio Banco Mundial propôs e investiu em ações voltadas ao oferecimento de crédito para populações pobres, com base na ideia de que com o incentivo a capacidade empreendedora, tais setores poderiam superar a pobreza (ALVES e SOARES, 2006).

Da mesma forma, a ONU e outros organismos internacionais passaram a difundir ações de microcrédito com mesmo intuito, realizando investimentos em instituições para a oferta de serviços de microfinanças em países pobres, o que criou uma “verdadeira indústria do microcrédito”. Desta forma, grandes instituições internacionais têm atuado em diversos países utilizando o mesmo princípio de funcionamento, seguindo a lógica da eficiência econômica (NESOL/USP, 2013, p. 109).

Tais iniciativas de acesso ao microcrédito, apesar de importantes, mostraram-se limitadas pela manutenção da lógica do mercado e da eficiência econômica, conduzindo a emergência de, como aponta Barone (2002), alternativas de acesso ao crédito, de maneira não-competitiva e não-individualista, constituindo-se no campo das finanças solidárias, como um instrumento de geração de trabalho e renda, tendo como foco o microcrédito e o desenvolvimento de valores associados a cooperação e solidariedade.

Sendo assim, para superar a lógica existente no microcrédito tradicional, entende-se que o microcrédito ou crédito popular é importante, pois se transforma num instrumento potencial de rompimento da pobreza e promoção de oportunidades nas melhorias das condições de vida dos mais pobres com oportunidade de aprendizado, pois, geralmente, está associada a um processo de capacitação empreendedora que amplia o conhecimento dos envolvidos e propicia a adoção de novas práticas (POCHMANN, 2002).

Neste sentido, Muñoz (2009) destaca que tais experiências possuem uma lógica distinta da eficiência econômica e, embora se encontrem em um estado prematuro, apresentam diversas modalidades financeiras com origens e enfoques heterogêneos. Sendo assim, aponta que os traços comuns a estas cooperativas de poupança e crédito, referem-se a sua base elementar, com uma composição estruturada em sócios-proprietários, que são, ao mesmo tempo, credores e devedores entre si, funcionando de maneira democrática e que se fundamentam nos princípios da Aliança Cooperativa Internacional<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A Aliança Cooperativa Internacional foi fundada em Londres, Inglaterra, em 19 de agosto de 1895 durante o 1º Co-operative Congresso. Estiveram presentes delegados de cooperativas da Argentina, Austrália, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, França, Alemanha, Holanda, Índia, Itália, Suíça, Sérvia, e dos EUA. Este estabeleceu os

Tal modelo de cooperativa pode variar quanto a sua forma legal e regulatória, dependendo do marco regulatório de cada país, sendo mais comum encontrar bancos cooperativos, cooperativas de poupança e crédito, casas cooperativas de poupança e crédito. Algumas são consideradas fechadas, pois trabalham somente com o aporte dos sócios, não tendo acesso a nenhum fundo público; outras cooperativas já são consideradas abertas, pois além de acessarem recursos públicos, também são integradas em outras redes ou organizações. Assim as que mais se aproximam de finanças solidárias são as casas de crédito e os bancos cooperativos (MUNÓZ, 2009).

Para Muñoz (2009), essa modalidade financeira se originou durante a revolução industrial alemã com os artesãos, pequenas empresas e camponeses, que formaram as primeiras cooperativas de desenvolvimento e crédito, emergindo deste modo as casas populares ou casas de crédito.

A segunda modalidade financeira, encontrada nas finanças solidárias, é a microfinança ou serviços financeiros dirigidos a unidades socioeconômicas pequenas, que se mantem através da multiplicidade de regras institucionais, baseadas na relação de proximidade, com uma operacionalidade que utiliza mecanismos sem valores monetários, tal como a moeda social, para manter taxas de retorno e dar suporte à administração da liquidez e dos riscos de atender uma unidade socioeconômica e estabelece relações duradouras com o empreendimento (MUÑOZ, 2009).

Da mesma forma, para Rocha e Mello (2004) uma das mais antigas experiências do oferecimento de serviços financeiros para população de baixa renda foi o “Irish Loan Funds” da Irlanda, criado durante o período da grande fome, que ocorreu em 1800, causada pela perda repetida da cultura básica de batata, provocou um impacto devastador sobre o povo da Irlanda e sobre os fundos de empréstimo. O índice de mortalidade foi estimado em 13% e a emigração em 12%, levando a um declínio súbito de cerca de um quarto da população. Fundada pelo escritor Dean Jonathan Swift, tal fundo emprestava o recurso com apenas com dois (2) fiadores (em geral, um vizinho) e quando o mesmo não efetuava o pagamento, estes seriam cobrados. Apesar de aparentemente intimidador, o resultado psicológico imediato era que o prestador não deixava que os vizinhos pagassem pela sua conta, visto que sua

---

objetivos da Aliança para fornecer informações, definir e defender os princípios cooperativos e o desenvolvimento do comércio internacional. A Aliança foi uma das únicas organizações internacionais a sobreviver a Primeira e Segunda Guerra Mundial, superando todas as diferenças políticas entre seus membros, por estar comprometida com a paz, a democracia, e permanecendo politicamente neutra. Fonte: Alianza Cooperativa Internacional (ACI), <http://www.ica.coop> (Acesso em 21/09/2016).



imagem que ficaria destruída, ou seja, o efeito moral da regra surtia efeito. Esta experiência antecede as cooperativas de crédito da Alemanha e Itália (HOLLIS e SWEETMAN, 2003).

Porém, foi nos anos 90, que a microfinança, com o objetivo de inclusão financeira, passou a ganhar impulso e destaque, com experiências como a do El Grameen Bank, em Bangladesh. O idealizador da proposta, o professor Muhammad Yunus, iniciou sua experiência fornecendo 47 empréstimos de apenas U\$ 27, valor irrisório, mas com grande impacto para uma sociedade pobre, que chegou em 2006 a possuir mais de seis (6) milhões de clientes, 97% eram mulheres que buscaram tais empréstimos para alimentar seus filhos e fornecer educação, conseguindo quitar suas dívidas sozinhas com pequenos trabalhos manuais, de maneira que o banco atingiu uma liquidez de 99% de seus empréstimos. Tal empreendimento é considerado o primeiro a utilizar a prática do microcrédito como instrumento para erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento local, aumentando o microempreendedorismo e fornecendo crédito a populações economicamente carentes para geração de trabalho e renda (ANJOS, 2009; SERVET, 2009).

Importa destacar ainda que as primeiras instituições de microfinanças enfrentaram problemas em relação aos subsídios e ajuste da taxa de juros, por não possuírem papel de poupança, devido à escala de operação e aos limites de empréstimos para os pobres e, em relação ao conhecimento do tomador, as diferenças culturais e escalas de atuação e, finalmente, ao tamanho do território ou comunidade de atuação. Tais problemas continuam presentes, de uma ou outra forma, nas instituições de finanças solidárias atuais, pois como aponta Coelho (2003):

[...] que com a experiência do Grameen Bank que instituiu no seus princípios metodológicos a cobrança de juros reais, busca de manutenção de uma relação personalizada com o cliente; garantias baseadas na formação de "grupos solidários"; captação de poupança dos usuários e oferta de créditos renovados e escalonáveis, com prazos curtos de amortização. (COELHO, 2003, p. 5)

O sucesso desse modelo começou a difundir-se massivamente, a partir de então, emergem experiências como Bancosol<sup>6</sup> (na Bolívia), o Bank Rakyat<sup>7</sup> (Indonésia) e o Banco

---

<sup>6</sup> Como informa o Bancosol: “En 1984, un grupo de empresarios bolivianos ligados al sector microempresarial procedió a constituir una institución sin fines de lucro para apoyar el desarrollo de microempresas en el país. El 17 de Noviembre de 1986, inversores internacionales y bolivianos posibilitaron el inicio de actividades de intermediación crediticia a través de una Fundación estructurada como Organización No Gubernamental (ONG). La existencia de una gran demanda insatisfecha por servicios financieros fueron las principales razones que permitieron tomar la decisión de expandir sus actividades al encuentro de la demanda de créditos en el creciente sector de las microempresas”. Fonte: <https://www.bancosol.com.bo/secciones/quienes-somos> (Acesso em 24/09/2016).

Ética<sup>8</sup> (Itália), dentre outras, apresentando-se com um novo modelo de políticas de crédito subsidiado para permitir o acesso ao crédito à população excluída do sistema financeiro formal (MUÑOZ, 2009).

Os valores que, normalmente, giram em torno do sistema financeiro tradicional vão muito além dos movimentados em microfinanças, pois o termo “micro” sugere que os recursos que irão circular nesse âmbito serão menores, não havendo a especulação, cujos efeitos são uma concentração de capital na mão de poucos (COELHO, 2003; MUÑOZ, 2009).

Outro aspecto relevante de tais experiências refere-se à inversão ao cálculo de riscos, pois, enquanto nas finanças tradicionais estão associadas a renda e riqueza, nesta tal atributo funciona sob outra lógica, pois os mais pobres são o principal grupo visado e como apontam Menezes e Crocco:

[...] do cálculo de risco feito pelos bancos em suas decisões de operações. Como as instituições financeiras assumem que o risco de prejuízo ou inadimplência é inversamente proporcional à renda e à riqueza de seus clientes, ocorre que, espacialmente, a oferta de serviços é menor em locais economicamente mais atrasados e para indivíduos desprovidos. (MENEZES E CROCCO, 2009, p. 4)

Desta forma, as finanças solidárias emergem com o objetivo de combater tal exclusão promovendo, por meio das organizações financeiras não bancárias, o alcance do financiamento para aqueles que, segundo o sistema financeiro tradicional oferece um risco elevado, construindo para isso, como destacam Dias e Seltzer (2009), novas metodologias, estratégias e serviços que sejam adequados a essa população.

Para além da questão financeira, estudos apontam que essa exclusão é também um entrave para o desenvolvimento, sendo que o conceito utilizado é o de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que envolve aspectos sociais, culturais e políticos, além da dimensão econômica (PNUD, 2016).

Essa exclusão é provocado pela blindagem do sistema financeiro contra os pobres pois como indica Prandini (2016):

Também consentem a maioria dos autores quanto ao perfil atroz, perverso, “ditatorial” e “virulento” do sistema financeiro contemporâneo: pode fazer sucumbir décadas de lutas e esforços de desenvolvimento de povos, países, pelo simples movimentar das riquezas por meio de trânsito cibernético dos valores; expolia

---

<sup>7</sup>Bank Rakyat (BRI) surgiu em 1895 na gestão de fundos de uma pequena mesquita, passou em 1946 à condição de primeiro banco público do país e é hoje uma instituição de grande porte (WOCHLER, 2009).

<sup>8</sup> Como aponta: “Abbiamo avviato l'attività nel 1999, la nostra storia parte dal basso, grazie all'impegno di tante persone ed organizzazioni che si sono attivate per costituire un istituto di credito ispirato alla Finanza Etica”. Fonte: <http://www.bancaetica.it/chi-siamo> (Acesso em 24/09/2016).

populações inteiras, principalmente aquelas de culturas ancestrais, pela imposição da queda dos valores de seus produtos (PRANDINI<sup>9</sup>, 2016).

Entende-se que promover a inclusão financeira através de mecanismos, tais como as finanças solidárias, pode ser importante quando se trata do desenvolvimento, pois a ausência desta inclusão pode repercutir no bem-estar dos indivíduos e se fundamentar num processo circular vicioso de aumento ou manutenção dos excluídos, pois:

Sem esse acesso, a conduta da vida cotidiana numa sociedade capitalista contemporânea é bastante problemática. Assim sendo, a exclusão financeira gera um processo circular vicioso, já que a falta de acesso aos serviços bancários entrava o desenvolvimento, o que por sua vez leva a uma posição ainda mais reticente por parte do sistema financeiro. O resultado é a exclusão não apenas financeira, mas também social e econômica. (MENEZES E CROCCO, 2009, p. 5)

Assim para superar este círculo vicioso é necessário o desenvolvimento de novas práticas financeiras, como destaca Prandini (2016), que estariam relacionadas à emergência de ações relativas à: dar um novo tratamento a temática da poupança propiciando novas finalidades, pensar novas opções de investimentos e novos tratamentos para o problema dos riscos de crédito, permitindo assim que os pobres acessem recursos para melhorar seus padrões de desenvolvimento humano e, finalmente, no trato com a moeda transformá-la numa ferramenta de convivência e não num mecanismo de espoliação.

Além destes, é fundamental superar os limites relativos à manutenção da identidade dos empreendimentos solidários visto que, apesar de partirem da premissa do compromisso com a mudança social, tais empreendimentos se deparam com os efeitos perversos de cálculos monetários, taxas e a busca constante da manutenção do equilíbrio financeiro da organização, colocando-os no bojo da exclusão financeira (PRANDINI, 2016).

Pensar as finanças solidárias requer pensar nos desafios relativos aos recursos humanos, que vão desde a busca por trabalhadores (as) que possuam a competência técnica associada à ética e à sensibilidade social, bem como a utilização de instrumentos tecnológicos de controle. Neste sentido, pode-se ainda falar no desafio de articular as organizações de finanças solidárias com redes de economia solidária para facilitar o diálogo e a ajuda mútua. E ainda, promover a interlocução entre finanças solidárias e os governos no sentido de assegurar o direcionamento de recursos financeiros para este fim (PRANDINI, 2016; SINGER, 2009).

Para tanto, uma das estratégias utilizadas pelas finanças solidárias é a formação dos Bancos Sociais, visto que, com modelos de experiências já consolidadas na oferta informal de

---

<sup>9</sup> Fonte: PRANDINI, Edmar Roberto. Blog de Microfinanças e finanças solidárias. Disponível em: <https://edmarrp.wordpress.com/financas-solidarias/financas-solidarias-ii> (Acesso em 04/10/2016).

microcrédito, sua constituição representa um passo fundamental no processo de envolvimento de novos atores, excluídos do sistema financeiro vigente. Para atrair esse público, os bancos sociais utilizam a captação de depósitos, poupança e concessão de empréstimos.

A partir disto, procuramos, a seguir, ampliar o debate sobre a importância dos bancos comunitários, sua contribuição para o desenvolvimento local e sua atuação como instrumento de inclusão social.

### **1.3. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Local.**

Como apontamos anteriormente, a economia solidária envolve diversas áreas de produção e comercialização e dentre os inúmeros desafios que enfrenta destaca-se a necessidade de desenvolvimento de um modelo de geração de trabalho e renda com inclusão financeira desses atores. Iniciativas de ações de finanças solidárias poderiam servir tanto para a superação da exclusão financeira e social como também como impulso ao desenvolvimento local, possibilitando a emergência de uma efetiva rede de empreendimentos solidários.

Neste sentido, emergiram os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) que, segundo França Filho e Silva Junior (2009), podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias que serve de apoio às economias populares que existem nos territórios com baixo índice de desenvolvimento humano e são organizados a partir das dinâmicas associativas locais.

Da mesma forma, Segundo e Magalhães (2009) procuram definir a natureza, o papel e a atuação desses bancos comunitários apontando que:

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p. 1)

E a partir das dinâmicas locais, algumas ações desenvolvidas pelo BCD são fundamentais para que possa ocorrer o desenvolvimento, entre elas a existência de um fundo de crédito solidário, a circulação de uma moeda social, espaços de comercialização, entre eles as feiras de produtores locais e a capacitação permanente dos envolvidos em economia solidária.

Sendo assim, vale destacar que as práticas dos BCDs se diferenciam das práticas convencionais de financiamento de microcrédito, pois as microfinanças tradicionais tem uma visão minimalista, baseada na oferta exclusiva de serviços para a população de baixa renda, enquanto que as finanças solidárias desenvolvem instrumentos financeiros que procuram promover o desenvolvimento integrado dos territórios, possuem um efeito multiplicador, pois os recursos geralmente são investidos e reinvestidos na comunidade local (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009).

Desta forma, o desenvolvimento almejado ocorre via os instrumentos da economia solidária, que envolve toda a comunidade e não apenas alguns membros, pois segundo Singer: “o investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela” (SINGER, 2008, p. 58).

Para isto, os BCDs investem nas capacidades produtivas, na geração de serviços e no consumo territorial, com capacitações que envolvem a comunidade local com o intuito de promover as relações solidárias e o desenvolvimento da mesma, financiando novos empreendimentos sócio-econômicos que possam prestar serviços naquele local com o objetivo de formação de redes locais de economia solidária, Como aponta Mance:

É uma estratégia de organização pautada, em especial, no consumo solidário. Sendo a célula (unidade produtiva) a unidade básica da rede, cada uma se conecta à outra, em movimentos de produção e consumo, articulando-se em laços de realimentação, buscando o fortalecimento mútuo (MANCE, 2000, p. 28-31).

As mesmas são denominadas de “rede de prossumidores”<sup>10</sup>, em que produtores e consumidores locais estabelecem canais e circuitos específicos de relacionamento e trocas solidárias, rompendo com a dicotomia clássica entre produção e consumo (MANCE, 2004; SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009).

Com a formação dessas redes cria-se a possibilidade de materializar outra economia no território, fortalecendo as economias locais e promovendo assim outro modelo de desenvolvimento (ALBUQUERQUE e ZAPATA, 2008). Tal conceito não possui um único sentido, este se desdobra num território, ou seja, a ação não pretende ter apenas um fim localizado (um cliente), mas sim articular moradores, instituições locais e comerciantes (MELO NETO SEGUNDO, 2006).

---

<sup>10</sup> Os prossumidores são a junção das palavras profissional, produtor e consumidor e diferencia-se do consumidor comum (MANCE, 2009).

Além disto, é preciso considerar , como destacam Junior, Gonçalves, Calou (2007), que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento conseguem promover a formação de redes prossumidores, devido ao fato de que possuem características próprias, tais como: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema de integração dos atores locais, o que possibilita o crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo; e, finalmente, a circulação de uma Moeda Social local, complementar à moeda oficial, que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro, o que cria um mercado solidário e alternativo entre as famílias.

Para tanto, uma das condições indispensáveis para criação de um BCD é a mobilização de recursos endógenos do território, ou seja, sua constituição deve partir do anseio da comunidade, ainda que haja motivação e processo de estímulos por parte dos agentes externos, e que possa atender a alguns requisitos como: disponibilidade de capital financeiro para um fundo de crédito, recursos financeiros para manutenção das operações do banco, uma organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc...) para encarregar-se da gestão do banco, pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito, gerente de crédito e assessoramento para que a comunidade entenda e se aproxime dessa tecnologia (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009).

Segundo e Magalhães (2009) apontam que tais bancos devem estar vigilantes aos aspectos relativos ao funcionamento diferenciado, bem como à existência de garantias e controles que se baseiam nas relações de proximidade e de confiança mútua. As relações entre o agente de crédito que representa o banco e aqueles que buscam seus serviços são pautadas pelos princípios da economia solidária, por exemplo, quando alguém requer empréstimo o agente do banco irá consultar a rede de relações da pessoa (a comunidade), que irá avaliar (ou não) o empréstimo do vizinho do bairro. Tal prática envolve a comunidade em um processo de controle social, em que os próprios vizinhos do local exercem um mecanismo de pressão moral sobre os demais.

Em França Filho e Silva Junior (2009), é destacado que existem características específicas para definir os BCDs e que essas podem se diferenciar conforme o local, no caso brasileiro segue as linhas da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, conforme descrevem abaixo:

[...] son cuatro las características que destacan los específicos de los BCDs si nos referimos a experiencias de finanzas solidarias según la propia visión de la red brasileña de BCD, éstas son: a) la coordinación del banco y la gestión de los

recursos son efectuadas por uma organización comunitária; b) las líneas de microcrédito para la producción y el consumo local se basan em tasas de interés justas, que posibilitan la generación de ingreso y oportunidad de trabajo a toda la comunidade; c) la concesión y el cobro de los préstamos se basan em las relaciones de los vecinos y em las relaciones domésticas, imponiendo um control mucho más social que económico; y d) la creación de instrumentos alternativos de incentivo al consumo local – tarjeta de crédito y moneda social circulante local – es reconocida por produtores, comerciantes y consumidores como médio eficaz para la dinámica de la economía local. (FRANÇA FILHO E SILVA JUNIOR, 2009, p. 50)

Assim entende-se que a comunidade exerce o papel principal em todas as ações desempenhadas pelo banco, com momentos em que contribui junto com o coletivo para gestão, irá avalizar ou não a solicitação de empréstimos dos seus vizinhos e em outros momentos ele irá requerer tal serviço, o que torna está uma relação pautada pela reciprocidade e confiança mútua. Ainda as linhas de crédito e os critérios de acesso existentes no banco, foram baseados nas necessidades da comunidade, sendo responsável pela sua manutenção e ainda o uso da moeda social provoca um novo dinamismo na economia local.

Mesmo com todas estas características, os BCDs ainda precisam desenvolver uma série de serviços financeiros para tornarem-se atrativos enquanto um banco para que, além dos envolvidos com empreendimentos de economia solidária, tenham acesso outros atores esquecidos pelo sistema convencional financeiro. Pois o que ocorre no momento é que em virtude das restrições legais e normativas que acabam por dificultar novas formas de financiamento e o dilema da auto-sustentação, os obriga a firmar parcerias que contribuam tanto para sua manutenção como na divulgação, entre elas com os bancos públicos, que se utilizam da infraestrutura da organização para oferecer seus serviços (modelo parecido com das lotéricas), e atrai os mais variados clientes em busca de tais serviços e, por consequência, conhecem as linhas de crédito do Banco Comunitário de Desenvolvimento (SINGER, 2005).

Desta forma, deve emergir, segundo França Filho (2007), uma relação de hibridação de princípios econômicos, pois suas fontes são bastante diversificadas de geração e captação de recursos, tendo no seu interior princípios mercantis, não-mercantis e não-monetários. Neste sentido, aponta que:

A economia mercantil, fundada no princípio do mercado auto-regulado, marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro utilitário. Nos Bancos Comunitários assistimos este princípio em alguns empréstimos para produção ou no uso da moeda social para compra de bilhetes de passagens para o transporte coletivo. A economia não-mercantil, movido pelo princípio da redistribuição, sendo a verticalização da relação de troca seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los a população na forma de serviços públicos. Nos Bancos Comunitários este princípio se materializa por meio de uma atuação redistributiva, quando emprestam a juros subsidiados ou quando se propõem

a executar ações de cunho mais assistencial. E a economia não-monetária – Bancos comunitários, aqui há uma hibridação de princípios econômicos fundada sobretudo na reciprocidade, trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais, através de uma relação que privilegia a domesticidade, a vizinhança e o valor do laço em detrimento do valor do bem. Encontra-se esta economia, identificada no Banco Comunitários, através do seu modelo de garantia e controle social nos empréstimos ou no uso da moeda social fundamentada nas relações de confiança (JUNIOR 2007 apud FRANÇA FILHO, 2007, p.1-18).

A partir de tal caracterização, podemos destacar que, apesar da existência de diversas e complexas formas de práticas cooperativas entre os setores marginalizados da população brasileira, a constituição e a proliferação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento é algo incipiente e recente no Brasil.

A primeira experiência significativa, na perspectiva da economia solidária, de um BCD foi o Banco Palmas, que iniciou seus trabalhos em 1998, a partir de uma associação de moradores do bairro Palmeiras (em Fortaleza/CE), partindo de um capital inicial de R\$ 2.000,00 aportados por organizações não-governamentais internacionais que doaram tal aporte, a fundo perdido, o que foi fundamental para a criação de novos instrumentos financeiros para fomentar a economia local através do microcrédito para produção e consumo (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009).

Tal ideia surgiu, a partir da percepção dos moradores locais que viviam um momento de crescente desemprego e exclusão social, para a capacidade de empreender, mas faltavam recursos, e como não conseguiam acesso ao crédito dos bancos convencionais, o Banco Palmas surgiu como uma oportunidade, visto que, os mecanismos de empréstimos baseavam-se nas relações de proximidade e confiança mútua.

A partir da repercussão das ações do Banco Palmas, sua metodologia foi-se replicando em várias regiões do país apoiado pelo governo federal da época, com a orientação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), entendeu-se que essas ações poderiam ser compreendidas como um vetor catalizador de ações de desenvolvimento territorial, articulando simultaneamente produção, comercialização, financiamentos e formação cidadã.

Neste sentido, em 2005, a SENAES investiu num projeto de apoio de implantação e consolidação dos Bancos Comunitários, proposto pelo Instituto Palmas, tornando-o interlocutor para consolidar a metodologia utilizada em política nacional de incentivo ao crédito e a produção (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009).



Tal metodologia fundamenta-se na diferenciação entre um banco convencional e um banco comunitário de desenvolvimento, conforme os princípios da economia solidária, e pode ser percebida no seguinte quadro:

**Quadro 1** - Modelos de bancos.

<b>Banco Convencional</b>	<b>Banco Comunitário de Desenvolvimento</b>
Há um dono ou acionistas	Quem é dono é a comunidade
Gera Lucro	Desenvolve a comunidade
A economia controla o banco	A sociedade controla o banco
O dinheiro é o centro	A vida é o centro
Tem dono: propriedade individual	Não tem dono: a propriedade é coletiva, de toda a comunidade.
Se justifica com o lucro	Se justifica pela utilidade social
Promove a concorrência, a competição e a disputa	Promove a colaboração, a cooperação e a solidariedade
Acredita nas garantias (renda, patrimônio, fiador)	Acredita nas pessoas (confiança)
Promove a disputa entre os empreendimentos do território	Reorganiza as economias locais
Centralizado, grande, poderoso, distante das pessoas	Descentralizado, pequeno, perto das pessoas
Decisão centralizada	Decisão coletiva da comunidade (autogestão)

Fonte: NESOL/USP, 2013, p. 16.

O quadro demonstra que, dentre as principais diferenças, encontra-se a gestão de maneira coletiva, já que o BCD é gerido e administrado pela população local, que estimula esses atores a buscarem soluções alternativas para os problemas locais, gerando esperança de mudanças das condições precárias de vida e trabalho.

Para tanto, os BCDs oferecem uma gama ampla e variada de serviços: créditos para financiamentos de empreendimentos solidários; crédito para consumo pessoal e familiar sem juros; cartão de crédito popular solidário; abertura e extrato de conta corrente; depósitos em conta corrente; saque avulso ou com cartão magnético; recebimento de títulos; recebimento de contas (água, luz, telefone, entre outros); e, finalmente, pagamento de subvenções e aposentadorias (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p. 4).

Importa observar que a concessão do crédito possui critérios estabelecidos, podendo variar de região para região e que apresentam como elemento fundamental o fato de: “dar crédito a mais do que uma pessoa possa pagar não é ajuda-la e sim atrapalhá-la, além de atrapalhar a comunidade como um todo (que está fazendo fila para acessar o crédito)”. Desta forma, quando ocorre a inadimplência, esta afeta o valor dos próximos empréstimos, diminui seu valor e a capacidade de atuação de tais bancos, atingindo toda a comunidade (NESOL/USP, 2013, p. 29).

Sendo assim, o BCD procura funcionar como uma rede que, para além da questão creditícia, onde envolve a pessoa numa rede da qual possa participar e desenvolver outras atividades e ações como cursos de aprimoramento profissional, gerenciamento de suas próprias finanças, empreendedorismo, aulas de artesanatos ou outra atividade formativa e necessária para o sua autonomia e desenvolvimento (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009).

Para que o processo funcione adequadamente, dados pessoais do tomador do crédito são requeridos, tais como: renda da família, gastos mensais e o saldo familiar, bem como as referências pessoais, fornecidas pelos vizinhos. Já para que os empreendimentos acessem tais créditos é necessário conhecer sua origem e história, demonstrar as despesas fixas do negócio, a infraestrutura instalada, as compras de insumos, o histórico de vendas semanal, a sazonalidade do seu negócio e a margem de ganho sobre os produtos vendidos. Como tal análise supera o crédito, procura-se demonstrar a série de responsabilidades da qual os atores envolvidos devem assumir (SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009). Desta forma, o BCD pode influir positivamente no desenvolvimento local (BARQUERO, 2001).

Tal metodologia, no que se refere à capacitação para acessar o crédito, provocou um grande efeito na ampliação dos BCDs, gerando uma nova tecnologia social para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios, pois como apontam França Filho e Silva Junior:

[...] el proyecto funciona como um amplificador de sociedades y como catalizador de esfuerzos para convertir a los bancos comunitarios em una referencia de la política de incentivo a la generación de trabajo e ingreso para la población excluida socialmente. (FRANÇA FILHO, SILVA JUNIOR, 2009, p. 54)

Desta forma, os BCDs afirmam sua condição de benefício social, em que de certa maneira impulsiona a dimensão comunitária e dinamiza a organização, movidos pela autogestão e a reciprocidade, o que o diferencia do padrão tradicional.

Porém para alcançar tal benefício social, Júnior (2007) destaca que metodologicamente, em tal experiência a implantação ocorreu por etapas, facilitando o sucesso posterior. Neste sentido, inicialmente ocorreu um seminário de sensibilização sobre desenvolvimento territorial e economia solidária para os futuros gestores e agentes de crédito, em que participaram também os moradores e as lideranças comunitárias, e, em seguida, foram realizadas capacitações massivas para os moradores, produtores e lideranças.

Assim as ações dessa experiência de implantação de um BCD, ocorreram a partir de debates públicos em espaços associativos, num exercício de democracia local, em que os próprios moradores planejaram e decidiram sobre a oferta de produtos e serviços ou se iriam criar outras atividades socioeconômicas em função das demandas que os mesmos identificaram no local. O estímulo fornecido por esses debates locais acabou se convertendo em ideias e propostas de ações futuras (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009).

Essas ações conjuntas, de oferta e demanda, promovidas por esses debates, são características fundamentais da economia solidária, estimulada pelos Bancos Comunitários e supõe-se que possa ocorrer uma articulação socioeconômica e sociopolítica, ou seja, as atividades sócio-produtivas tornam-se uma forma de ação pública. Esse processo é coerente com o objetivo do Banco Comunitário como um vetor de desenvolvimento socioeconômico de uma rede, se enquadrando numa dinâmica associativa local e promovendo a ideia de espaços públicos de proximidade (LAVILLE, 1994).

Além disto, pensar em ações nos territórios que envolvam os atores locais para promover valores que irão além da inclusão financeira, pois como destaca Rafestin (1993):

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFESTIN, 1993, p. 14)

Tornar as iniciativas de BCDs uma forma de espaço público dentro do local pode modificar tanto as relações socioeconômicas quanto sociopolíticas, o que implica no enraizamento e na propagação de uma concepção integral de desenvolvimento, o desenvolvimento econômico e social. Tal aspecto também é ressaltado por Mance (2009) ao enfatizar que tal ação se insere nas relações diversas que se integram dentro de uma rede, na

potencialidade de transformação de cada membro pela sua relação com os demais e no conjunto dos fluxos que circulam, gerando um bem-viver da coletividade num dado território.

Neste sentido, o envolvimento dos moradores locais nos mecanismos de finanças solidárias através dos BCDs pode fortalecer suas ações, bem como definir estratégias que coloquem tais ações em consonância com o que desejam e precisa o público local e pode promover o desenvolvimento integral, pois:

Nesse processo, é a construção do desenvolvimento local como perspectiva consciente para os atores diretamente envolvidos, e não como característica que um observador externo atribui a determinadas ações. Ou seja, mais do que ver “um quê de desenvolvimento local” em tal ou qual projeto, trata-se de reconhecer que os próprios participantes passam a perceber como ativamente envolvidos em dinâmicas nomeadas como desenvolvimento local ou territorial (SILVEIRA, 2008, p. 53).

Assim os Bancos Comunitários podem assumir o caráter de agente de desenvolvimento local, tendo o microcrédito como ferramenta para desenvolver novas atividades produtivas, constituir uma rede produtiva, fundamentada em ações coletivas e de solidariedade.

Neste sentido, a análise desenvolvida neste capítulo destacou que o processo de exclusão social intrínseco a produção e reprodução do capital é um dado característico das sociedades capitalistas, materializada no desemprego, na pobreza e na desigualdade social. Para superar tal condição, em diversos períodos históricos existiram arranjos cooperativos de setores marginalizados que, nos últimos anos, adquiriram um novo impulso, teórico e prático, através da emergência de diversas formas de Economia Solidária, fundamentada nos princípios de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que procura desenvolver uma nova racionalidade não-competitiva, coletiva e não-excludente. Desta forma, combinando diversas práticas, tanto em atividades relacionadas à produção como a distribuição, tornou-se um paradigma inovador e uma alternativa, ainda em consolidação, para o desenvolvimento local.

Neste sentido, embora possa abranger uma ampla diversidade de experiências econômicas, atividades e setores, procurou-se destacar que, um dos elementos fundamentais para a sua proliferação, relaciona-se a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Para tanto as finanças solidárias, constituem-se numa alternativa para inclusão financeira de pessoas e territórios marginalizados pelo sistema financeiro tradicional. A utilização de ações como o microcrédito possibilita o financiamento de pequenos

empreendimentos solidários como uma das opções para amenizar o processo de exclusão social e financeira. Desta forma, o acesso ao microcrédito constitui-se numa importante alternativa para investir nas capacidades produtivas, geração de serviços, consumo territorial e financiamento de novos empreendimentos socioeconômicos locais, podendo promover um desenvolvimento efetivo, integral e superar a visão minimalista de tal fenômeno.

No próximo capítulo procura-se apresentar o desenvolvimento recente da economia solidária em nosso país e região, discutindo a proliferação de práticas e empreendimentos solidários para compreender sua natureza, dinâmica e perspectivas, principalmente aquelas relativas às finanças solidárias e seu desenvolvimento no estado.

## **CAPITULO 2 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL: EMERGÊNCIA, DINÂMICA E DESAFIOS.**

Considerando a importância da Economia Solidária como mecanismo de promoção de desenvolvimento, este capítulo apresenta um panorama geral de sua origem e dinâmica recente no país, bem como apresentar a necessidade das finanças solidárias, através de mecanismos como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Em seguida apresenta-se tal dinâmica no Mato Grosso do Sul e em Dourados, analisando a origem e o desenvolvimento das práticas de econômica solidária na região até a emergência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê.

### **2.1. A Economia Solidária no Brasil: Origens e história recente.**

A Economia Solidária no Brasil emerge, como afirmamos anteriormente, na década de 80, como resultado do fortalecimento dos movimentos sociais e da grave crise econômica que assolava o país. Tal crise era derivada em Sallun Junior e Kugelmas (1991) como:

[...] longo processo de transição política dos anos 70 e 80, da agonia do regime autoritário de base militar e da transição democrática que determinaram um conjunto de crises, tanto em sua natureza como em seus impasses. Estão em crise o padrão anterior de articulação entre capitais locais — privado e estatal — e o capital internacional; a forma existente de agregação e a representação de interesses econômico-sociais gerados em uma sociedade cada vez mais complexa; e a relação entre setor público e privado no processo de desenvolvimento capitalista (SALLUM JR, KUGELMAS, 1991, p. 147).

O que por sua vez, produzia inflação, baixo crescimento e elevados níveis de desemprego.

Nesse período, ocorreram vultosas entradas de capital estrangeiro, como em investimentos diretos, a maior parte direcionada para o setor de serviços e, em grande medida para as privatizações. A política econômica seguia uma tendência mundial de liberalização comercial e financeira, movimento que resultou em um ajustamento baseado, preponderantemente, na redução de pessoal e no aumento das compras de produtos intermediários, tanto interna quanto externamente (BIELSCHOWSKY, 1994; apud ANPEC, 2003).

É preciso considerar que, dentro desse contexto de crise e de democratização, também se desenvolvia uma intensa mobilização social, ancorada pela proliferação de inúmeros movimentos sociais, que demandavam num processo de democratização do mundo do trabalho e da política. Diante desse cenário e dos inúmeros desafios que emergiam, a economia solidária aparece, não sob a forma de “outra economia sob o capitalismo”, mas sim

como instrumento de resistência e de luta da classe trabalhadora, com uma relação com os movimentos sociais latino-americanos, pois esse cenário também ocorria, sob dinâmica distinta, em outros países da região. Fruto da onda neoliberal, que associou a reestruturação tecnológica com a abertura do mercado e deixou a mostra um cenário de desemprego, provocando o agravamento dos problemas sociais e econômicos (ZART e VAILANT, 2014; SÁ, 2005).

Desta forma, emerge como uma alternativa na geração de trabalho e renda, com modelos diferenciados de empreendedorismo e enfatizando o aspecto coletivo, com princípios de solidariedade, reciprocidade<sup>11</sup>, confiança e respeito ao outro, autonomia, tais práticas tenderam, inicialmente, a enfatizar, como aponta Albuquerque (2003), os elementos que reforçavam a necessidade de superar a lógica do mercado, fundada no desejo exclusivo do lucro.

Além disto, vale considerar que, como aponta Singer (2000), tal prática tornava-se fundamental para amenizar os efeitos do (crescente) desemprego e instaurar um novo horizonte de organização econômica, pois:

Novo é o tema de economia solidária como opção válida e viável de organizar a economia ou ao menos parte dela e não unicamente como remédio para o desemprego e a exclusão social. Começa a se firmar o ponto de vista de que empreendimentos solidários não precisam ser de pessoas pobres, podendo prosperar também em mercados que exigem proficiência técnica e administrativa. O exemplo de Mondragón, ao lado de muitos outros, mostra que isso é perfeitamente possível. É que o cooperativismo oferece um modo de organizar a produção que é democrático e igualitário, em contraste com o capitalista, que é autoritário (só o capitalista manda) e desigualitário (quem mais tem mais lucros ganha) (SINGER, 2000, p. 132).

No entanto, apesar desta pretensão, os empreendimentos solidários precisavam comercializar e comprar os insumos do mercado tradicional, se inserindo nesse mesmo mercado para produzirem ou comercializarem seus produtos, mesmo que a maneira que gerem a produção ou comercialização de seus produtos seja diferente, com princípios solidários e autogestionários. Com essa percepção de “novos trabalhadores” o processo de formação, tanto em áreas técnicas quanto administrativas, passou a ser fundamental. Desta forma, entra em cena um leque de apoiadores, dentre os quais se destacam os movimentos sociais, sindicatos, universidades e outras entidades que passam a oferecer e desenvolver

---

<sup>11</sup> É um dos princípios de comportamento econômico que operam na sociedade, segundo Polanyi, que correspondem à relação estabelecida entre os grupos ou pessoas a partir de doações ou préstimos mútuos, cujo sentido está na vontade de manifestar um liame social entre as partes envolvidas (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 32-33).

ferramentas para incentivar práticas de autogestão e a formação de empreendimentos solidários (PEREIRA, 2007).

Assim a economia solidária emerge como estratégia de desenvolvimento endógeno integrado aos setores produtivos, envolvendo diversas ações em diferentes áreas, dentre as quais se destacam: trabalhadores organizados como produtores associados que podem competir com empresas capitalistas; pequenos produtores do campo e da cidade que se associam para comprar ou vender em conjunto, eliminando intermediários; assalariados que se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo; e, finalmente, pequenos produtores e assalariados que se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permite conceder e obter empréstimos a juros baixos (CULTI, KOYAMA, TRINDADE, 2010).

Essa diversidade de áreas de atuação da economia solidária no Brasil ocorre por determinação dos trabalhadores frente à crise, mas também pelo apoio de entidades e parceiros que contribuíram para o desenvolvimento mais efetivo e organizado deste novo modelo de relações econômicas que, antes mesmo de sua institucionalização como política pública nacional, era elaborado, debatido e praticado por diversas instituições que fundamentaram seus pilares. Dentre estas, convém destacar a Cáritas Brasileira, entidade ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que possuía um conjunto de incubadoras de cooperativas desde os anos 90 e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Cogestão (ANTEAG), criada em 1994, que nasce da iniciativa sindical e apoio do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos – DIEESE, com o intuito de ajudar com assessoria técnica para as experiências já existentes (ARRUDA e QUINTELA, 2000).

Neste sentido, Singer (2000) destaca também a experiência de incubação realizada pela Faculdade de Saúde Pública da FIOCRUZ/RJ, em 1993, que foi inspirada por uma campanha contra fome motivada pelo sociólogo Betinho<sup>12</sup>, tendo como público-alvo pessoas desempregadas e moradores da comunidade no entorno da instituição, e que serviu de inspiração para o nascimento de outras incubadoras universitárias.

---

<sup>12</sup> Hebert José de Souza (1935/1997) foi sociólogo e ativista dos direitos humanos. Criou a ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundada a partir do movimento Ética na Política. Desde a adolescência fez parte de movimentos sociais vinculados à esquerda católica. Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e econômicas - IBASE e militou pela reforma agrária. Além disso, esteve entre os exilados pelo regime militar no país (OLIVEIRA, 2011).



E a partir dessa experiência, consolidou-se a formação da primeira incubadora universitária, em 1995, fundada pelo Centro de Pós-Graduação em Engenharia (COPE/UFRJ) e, no mesmo ano ocorre a formação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), com o intuito de dar suporte à formação e desenvolvimento de empreendimentos solidários. E em 1995 numa delegação com reitores, sindicalistas e pesquisadores foi formada a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO com o objetivo de difundir as experiências e fomentar a transferência de tecnologias e conhecimentos no mundo do trabalho (ARRUDA e QUINTELA, 2000).

No movimento sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desenvolveu dentro de sua estrutura, neste período, três entidades que conjuntamente fomentavam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL/BRASIL) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (ECOSOL). E através dessas entidades congregam milhares de trabalhadores organizados em cooperativas, associações e fábricas recuperadas, atuando em distintas áreas como a produção de alimentos agroecológicos, produtos da indústria pesada, artesanato e crédito solidário, dentre outros (CUT, 2016).

Pode-se destacar que dentro do movimento sindical as práticas que contribuíram para a construção da economia solidária no ambiente urbano e industrial teve sua origem no processo de recuperação de fábricas sob a forma de cooperativas e a formação da ANTEAG foi fundamental, visto que parte dos trabalhadores dessas empresas inauguraram o debate sobre associativismo autogestionário na base dos sindicatos cutistas (SANTOS, 2002; CORREA, 2014).

Dentre as contribuições da igreja na construção da economia solidária, pode-se destacar o trabalho desenvolvido pela Cáritas do Brasil que, na década de 80, criou um programa chamado Programas Alternativos Comunitários (PACs), com recursos arrecadados entre fiéis católicos do Brasil e do exterior, que financiava empreendimentos coletivos e individuais e receberam, na década seguinte, a denominação de Economia Popular Solidária. As influências do pensamento cristão vindas de grupos ligados as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação contribuíram para a concepção de Economia Solidária, tendo entre os seus principais intelectuais, Gaiger, Singer, Arruda, Mance, aproximações com organizações católicas (MASCARELLO, 2012). Tanto que Lechat (2004)

destaca a “importância da igreja católica progressista como um dos fios da trama que sustenta o campo da economia solidária” (LECHAT, 2004, p. 205).

Entre os movimentos sociais o MST teve importante contribuição na construção da economia solidária, com os assentamentos ocorridos nos anos 80, o Movimento no ano de 1983 começa a motivar a construção de cooperativas e com apoio da Cáritas passou a desenvolver agroindústrias nestes locais. Assim eram vários movimentos se organizando em torno de um objetivo em comum (SINGER, 2014).

Na década de 90, também nasce em Curitiba, um novo espaço de discussão e aprofundamento teórico sobre economia solidária, o Instituto da Filosofia da Libertação (IFIL), tendo como um dos fundadores Euclides Mance. Neste Instituto encontravam-se estudantes, professores, representantes de outros movimentos sociais da cidade para contribuir com suas pesquisas e discussões acerca do tema.

Com esse leque de organizações de apoio e fomento, a Economia Solidária, enquanto Movimento, consegue aprofundar em distintos fóruns a fundamentação teórica e a construção de elementos para a constituição de políticas públicas voltadas para o setor, visto que, até aquele momento não havia uma interlocução com o governo central.

Neste sentido, pode-se destacar que o I Fórum Social Mundial, realizado em 2001, constitui-se num divisor de águas para a Economia Solidária, pois até então a mesma era vista utopicamente como um projeto de combate à exclusão social e, a partir de debates e relatos de diversas experiências passou-se a percepção de que a economia solidária era algo difundido e com densidade teórica e prática, inclusive sobre os conceitos fundamentais para compreender a sociedade e a economia contemporânea. Além disto, foram constatadas suas potencialidades, tendências e desafios, sendo observadas a fragilidade dos grupos e as dificuldades de financiamento e continuidade de tais práticas. Finalmente, tal debate contribuiu para a necessidade de construção de uma identidade da economia solidária e do desenvolvimento de políticas públicas consistentes para sua manutenção e expansão, o que conduziu a criação do Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES), que passa a atuar conjuntamente com a SENAES, desdobrando-se em fóruns estaduais e municipais, no intuito de dar maior capilaridade ao movimento (SINGER, 2006).

Pela dimensão continental do Brasil e sua diversidade cultural e econômica entre as diversas regiões, a economia solidária reflete uma diversidade de experiências quanto as

formas de organização, níveis de institucionalização, setores de atuação, origens, contextos territoriais e organizações políticas que trazem inúmeras implicações em seus problemas, desafios e estratégias particulares de desenvolvimento e consolidação (FRANÇA FILHO, 2001).

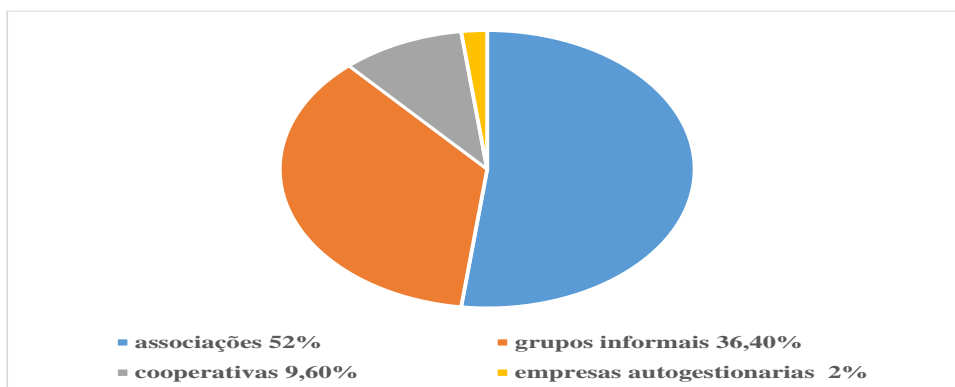
A partir disto, com o advento de uma nova conjuntura política, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (em 2002), e a ascensão de forças políticas simpáticas à causa da economia solidária se intensifica um conjunto de ações para sua estruturação como política pública. Sendo assim, ocorre, em 2003, a fundação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inserida na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como um órgão consultivo e de interlocução entre setores do governo e a sociedade civil, com conselho composto por membros de empreendimentos da economia solidária, governo e entidades não-governamentais de fomento a economia solidária<sup>13</sup>.

Para tanto, além de sua estruturação organizativa, constatou-se a necessidade de um mapeamento minucioso dos empreendimentos de economia solidária do país, considerando sua localização, origem, setor de atuação, características, demandas físicas e financeiras, dentre outras. Neste sentido, foi realizado o primeiro mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil, entre os anos de 2005 e 2007, que, idealizado pelo Fórum Nacional de Economia e Solidária e o Governo Federal, contou com apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. Neste mapeamento constatou-se a existência de 21.859 empreendimentos, em 2.934 municípios do Brasil, o que corresponde a mais de 50% dos municípios, e estavam estruturados da seguinte forma: 52% organizados em associações, 36,4% em grupos informais, 9,6% em cooperativas e 2% em empresas autogestionárias de sociedade mercantil (CULTI, KOYAMA, TRINDADE, 2010).

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria> (Acesso em 14/06/2016).

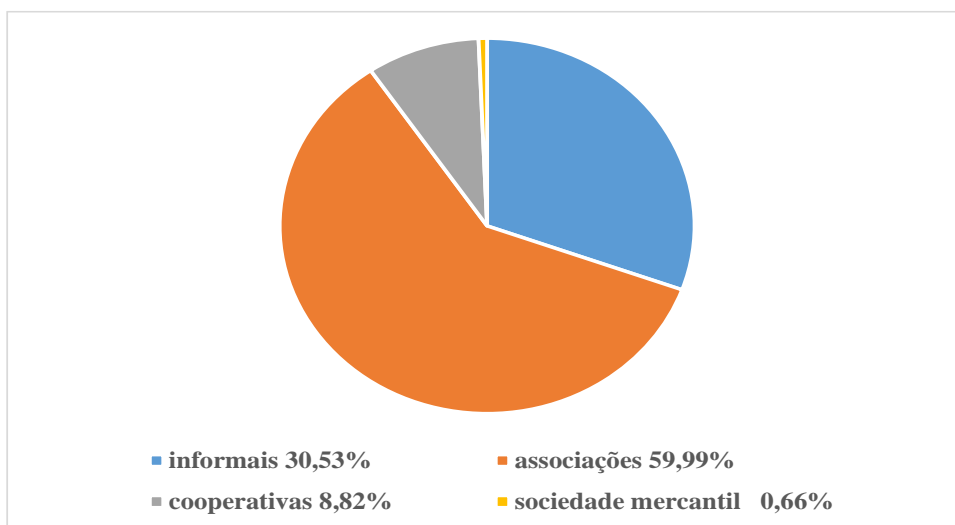
**Gráfico 1** - Demonstrativo dos empreendimentos solidários no Brasil (2007).



Fonte: CULTI, KOYAMA, TRINDADE, 2010 (Elaboração da autora).

E o segundo mapeamento, realizado em 2013, buscou verificar a eficácia das políticas de incentivo aos empreendimentos solidários, com um número de 19.708 empreendimentos, presentes em todos os estados e distribuídos da seguinte forma: 30,53% grupos informais, 59,99% associações e 8,82% cooperativas, 0,66% em sociedade mercantil (ATLAS DIGITAL-SIES, 2013).

**Gráfico 2** - Demonstrativo dos empreendimentos solidários no Brasil (2013).



Fonte: Atlas SIES, mapeamento Nacional de EES ano de 2013 (Elaboração da autora).

Ao comparar os dados do primeiro mapeamento com o segundo, pode-se observar que ocorreu uma redução nos grupos informais, o que demonstra uma preocupação com a formalização desses grupos. Mas, por outro lado, o total de empreendimentos mapeados em 2007 sofre uma redução significativa no segundo mapeamento, o que nas análises da SIES apontam para a dificuldade de encontra-los novamente, ou por já encerrarem suas atividades

ou por mudança de endereço. Outro fato apontado foi em relação ao rigor aplicado no segundo mapeamento, o que deixou empreendimentos que antes eram considerados da economia solidária, no segundo mapeamento não se enquadravam como EES. Quanto aos que encerraram as atividades, a falta de recursos foi o motivo principal para não dar continuidade ao empreendimento.

Os mapeamentos possibilitaram a criação de uma base de dados, denominada de Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), o que permitiu a identificação e a caracterização dos milhares de empreendimentos de forma mais precisa e objetiva, de forma a contribuir para o planejamento de políticas públicas, pesquisas e projetos, bem como para reconhecer e dimensionar uma realidade do mundo do trabalho que até então ignorada (CULTI, KOYAMA, TRINDADE, 2010). Desta forma, foram fundamentais para a visualização e a inclusão da economia solidária no cenário das políticas públicas, mas pouco eficientes em diagnosticar os avanços e retrocessos.

Para além dos mapeamentos, conduzidos pela SENAES, a participação dos apoiadores foi importante para o fortalecimento e desenvolvimento da economia solidária com ações, via instituições de fomento ou outros organismos, com o desenvolvimento de assessorias técnica e científica nas mais diversas áreas. Tal apoio envolveu aspectos relacionados ao financiamento e a formação profissional e educacional, com destaque para as incubadoras das universidades, que por integrarem elementos de ordem política, pedagógica e técnica forneceram condições e oportunidades do desenvolvimento de soluções inovadoras (NUNES, 2001).

Sendo assim, pode-se observar que a constituição da SENAES e a realização dos mapeamentos possibilitaram uma compreensão ampliada da economia solidária, enquanto um movimento dentro do sistema capitalista, que para sobreviver e se expandir, precisa interagir com o mercado tradicional e receber a mesma atenção que os organismos governamentais fornecem às empresas privadas, em termos de infraestrutura e subsídios, pois se constata que está também contribui, e de forma significativa, para o desenvolvimento local (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010).

Neste sentido, vale destacar o grande número de pessoas e famílias envolvidas com tais empreendimentos, pois, ao considerar o primeiro mapeamento, estima-se o envolvimento de 1 milhão e 700 mil indivíduos, uma média de 78 participantes por empreendimento que

variou para 1 milhão e 500 mil pessoas<sup>14</sup> no mapeamento seguinte; além disto, supõe-se que os envolvidos indiretamente podem chegar à 5 milhões de pessoas. São números consideráveis de pessoas que promovem, acessam e dinamizam economias locais, principalmente em municípios interioranos, e que necessitam de uma ampliação de políticas de crédito e finanças, pois, em sua maioria, possuem dificuldades de adentrar ao sistema tradicional de crédito (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010).

### **2.1.1. A emergência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD): finanças e microcrédito.**

Com um número expressivo de pessoas envolvidas em empreendimentos solidários, informais ou não, o acesso ao crédito passou a ser considerado, também um dos elementos fundamentais para a expansão e consolidação da economia solidária. Isto porque essas liberações de valores eram dificultados pelos limites relacionados para acessar os bancos tradicionais de crédito, pela fragilidade da renda dos atores ou pela falta de legalização do empreendimento.

Singer (2006) já apontava que a economia solidária é desigual, pois nela encontram-se tanto empreendimentos pobres e miseráveis quanto empreendimentos “mais ricos”, por possuírem algum capital mesmo que, em muitos casos, insuficiente. Contudo, de forma geral todos dependem de subsídio e apoio, ainda são carentes de organização, capacitação, formação e financiamento para capital de giro e investimento fixo.

Neste contexto surgem as finanças solidárias, que contribuem com pequenos financiamentos aos empreendimentos para geração de trabalho e renda, dinamizando a produção e comercialização, possibilitam aos empreendimentos solidários concorrerem no mercado comum, apesar das contradições que tal inserção possa gerar (NUNES, 2001).

Da mesma forma, como aponta Brasil (2007) muitos empreendimentos começam com a união de pessoas simples, desempregadas e que nunca foram seus próprios patrões, já no início das atividades são visíveis as dificuldades, que podem ter origem na gestão financeira ou até mesmo a falta de apoio para elaboração de projetos em diversas áreas solicitados pelo sistema tradicional dos bancos, seguida pelas dificuldades das taxas de juros elevadas que impedem que muitos empreendimentos realizem empréstimos bancários por estarem na informalidade, ou por falta de aval e pela burocracia.

---

<sup>14</sup> Fonte: Sistema de Informações da Economia Solidária. Disponível em <http://sies.ecosol.org.br/atlas> (Acesso em 16/10/2016).

As dificuldades encontradas com os mapeamentos, entre elas o encerramento de empreendimentos devido à falta de recursos, já aconteciam anteriormente a tal iniciativa e mostrava-se decorrente ao longo dos anos devido à ausência de políticas consistentes de microcrédito. Desta forma, ao longo dos anos, surgiram alternativas para amenizar tais dificuldades de recursos, no sentido de torná-los mais acessíveis principalmente para os pobres, emergindo as cooperativas de crédito oriundas dos fundos solidários, como uma nova ferramenta de ajuda da economia solidária (NESOL/USP, 2013).

Neste sentido, identificam-se os empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio, que fomentam e atuam com serviços financeiros pautados nos princípios da economia solidária, como finanças solidárias, que para Passos (2007), é um resgate ou ampliação do conceito de microfinanças, pois ambos dão ênfase ao papel da prestação de serviços financeiros à população de baixa renda e se amplia nas finanças solidárias quando acrescenta nessas relações a reciprocidade e a autogestão.

Para tanto, Soares e Sobrinho (2008) destacam a definição utilizada pelo Banco Central do Brasil para explicar as microfinanças:

[...] [a microfinanças é a] prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do Sistema Financeiro Tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados (...) [e com base no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, microcrédito é] o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, que utiliza a metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (SOARES e SOBRINHO, 2008 p. 23 e 24).

Com base no conceito acima, importa perceber as pequenas diferenças entre as microfinanças tradicional e as finanças solidárias, pois se entende que as microfinanças define-se como prestação de serviços financeiros para pessoas de baixa renda excluídas do sistema financeiro tradicional, o que nas finanças solidárias também existem, mas com processos e gestão diferenciados, pois as relações são fundadas na reciprocidade, confiança mútua, ética e solidariedade. Portanto, Coelho (2003) destaca que:

[...] Entendemos por FINANÇAS SOLIDÁRIAS a constituição de formas de democratização do sistema financeiro quando se procura adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável (COELHO, 2003, p. 2).

Isto posto, observou-se que, no final dos anos 90, se desenvolve no país a primeira experiência substancial de finanças solidárias com a fundação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, mencionada anteriormente (NESOL/USP, 2013).

Para Melo Neto Segundo (2009), coordenador do BCD Palmas, os Bancos Comunitários podem ser definidos da seguinte forma:

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores. (MELO NETO SEGUNDO, Bancos Comunitários–Le Monde Diplomatique; 04.01.2009)<sup>15</sup>.

Após o entendimento do que são finanças solidárias, entender os bancos comunitários enquanto seu instrumento é importante, pois ao observar o conceito acima se percebe que os mesmos desempenham muito mais do que fornecer crédito aos excluídos do sistema financeiro tradicional, a formação de redes locais de produção e consumo, valoriza as populações locais e potencializa o seu desenvolvimento. Experiências com bancos comunitários passam a acontecer em vários locais pelo Brasil, dentre eles a cidade de Dourados possui tal iniciativa, desde 2006, com o Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê, que é objeto desse estudo e será analisado no próximo capítulo.

O Banco Palmas é a primeira experiência de banco comunitário no Brasil, importa descrever que, com a criação e atuação desta, o comércio local, no caso o Bairro Palmeiras em Fortaleza/CE se dinamizou, pois a população passou a comprar na própria comunidade, o que ampliou a circulação de recursos e impulsionou o desenvolvimento local. Além disto, os moradores não tinham acesso a serviços financeiros como crédito, conta corrente e cartão de crédito, dentre outros, o que se modificou com a disponibilização destes serviços pelo banco (MELO NETO SEGUNDO, 2009).

Vale ressaltar que o Banco Palmas nasce da mobilização da associação de moradores do conjunto Palmeiras que, observando as potencialidades do bairro e dos moradores, passam

---

<sup>15</sup>Fonte: Jornal Estadão. Entrevista concedida aos jornalistas David Friedlander e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,fabio-barbosa-inclusao-social-podem-serincompativeis> (Acesso em 08/10/2016).



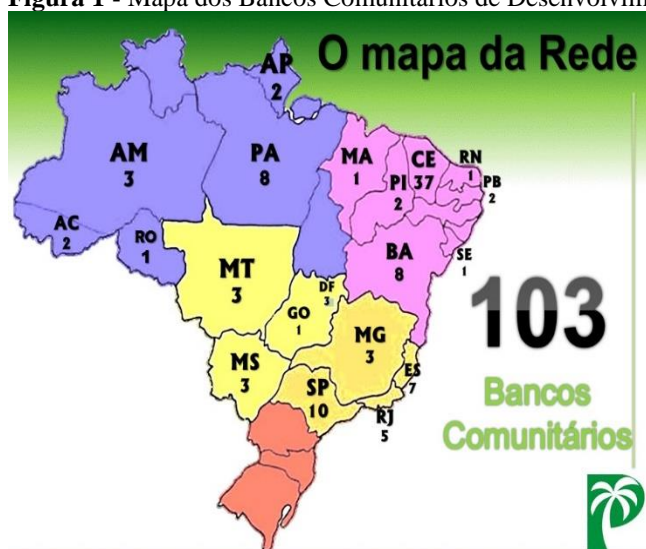
a planejar formas para promover o desenvolvimento do local, através de dinâmicas que envolveram toda a comunidade e foram fundamentais para a sua criação, assim como para o estabelecimento de demandas e objetivos conforme as necessidades locais, dentre eles:

Oferecer um leque de serviços financeiros e bancários para a população mais pobre tendo em vista o desenvolvimento econômico integrado da comunidade; Criar um novo modelo de banco gerido pela própria comunidade e por isso capaz de atender as necessidades dos territórios empobrecidos; Fortalecer o protagonismo da comunidade na proporção de soluções para o seu bairro promovendo o desenvolvimento (NESOL/USP, 2013, p. 8).

A partir dessa experiência, o movimento de economia solidária observa a metodologia utilizada e passa a replicá-la, emergindo novos BCDs em todo o país, já contando com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). Tal apoio resultou na parceria, firmada em 2005, denominada de Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, em que a SENAES disponibilizou cerca de R\$ 300.000,00 ao Instituto Palmas, para que o mesmo promovesse o fomento de novos bancos com este perfil. Desta forma, em pouco tempo, ocorreu a inauguração de dois bancos no Espírito Santo e outros dois no Ceará. Em 2006, um novo repasse propiciou o aparecimento de outros seis bancos sendo três no Ceará, dois na Bahia e o Banco Pirê (FOGUEL, 2009).

Na figura 1 demonstra-se os BCDs existentes no Brasil, em 2013, com destaque para o número de bancos no Ceará (37 bancos), estado da primeira experiência e São Paulo (10 bancos), o que realça sua importância econômica, como se pode observar:

**Figura 1** - Mapa dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (2013)



Fonte: Instituto Banco Palmas, 2013.

Com a formação desses BCDs nasce a Rede Brasileira de Bancos Comunitários<sup>16</sup>, que se constitui através da articulação de todos os Bancos Comunitários criados no Brasil, a partir da experiência e da metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, de acordo com o termo de referência e o marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários. Todos eles recebem uma espécie de “marca de certificação” da Rede que, segundo a SENAES, chegou a ser composta, em 2013, por 103 Bancos e impulsionou uma dinâmica de incorporação de mecanismos do mercado com a lógica e os mecanismos da economia solidária. Surge assim uma nova experiência de economia solidária acessível aos moradores de bairros sem serviços bancários e com oferta de microcrédito voltado para os mais pobres, promovendo a solidariedade na área monetária e a atuação em rede.

Para Mance (2003) a interligação em redes dos grupos de economia solidária é fundamental para a geração de um desenvolvimento integrado de empreendimentos dispersos em uma região, pois se trata de uma articulação entre diversas unidades que trocam elementos entre si podem se fortalecer e ampliar o efeito multiplicador.

A Rede de Bancos Comunitários desenvolve o papel de articulação de todos os BCDs, inclusive aqueles em fase de implantação no território nacional, com o objetivo de reforçar as relações de produção, comércio e consumo entre produtores e consumidores onde atua. Embora os bancos possuam tal apoio, ainda existem casos em que os mesmos enfrentam dificuldades, que vão desde falta de pessoal com experiência na área de finanças até em infraestrutura.

A Rede de Bancos Comunitários possibilita a integração com outras redes e movimentos da economia solidária, fortalece o movimento e promove o diálogo entre os empreendimentos de diversas áreas em diferentes locais do país (FRANÇA FILHO, 2013). Dentro desse processo de integração e também na busca por alternativas para sua manutenção, a Rede tem possibilitado a parceria com instituições públicas, como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para oferta de serviços de correspondente bancário, contribui para a manutenção e atração da comunidade local para conhecer as atividades e ações de economia solidária desenvolvidas pelos Bancos Comunitários.

Tais experiências são importantes, pois se diferenciam nas ações dos bancos tradicionais, se caracterizam pela proximidade, que derivam da participação recíproca dos

---

<sup>16</sup> Fonte: Instituto Banco Palmas, 2016. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/> (Acesso em 05/07/2016).

atores envolvidos e de ajuda mútua que reatam e fortalecem os laços comunitários e propiciam uma formação cidadã. A concessão de crédito e a oferta dos demais serviços financeiros estão, geralmente, associadas à participação em atividades de formação e capacitação (FRANÇA FILHO, SILVA JUNIOR, 2009). Desta forma a inclusão social é potencializada e qualificada.

Além de impulsionar o desenvolvimento local da comunidade, com linhas de microcrédito para empreendimentos e grupos informais, os Bancos Comunitários, em alguns casos, também criam e estimulam a circulação de uma moeda social. Chamada de Moeda Social Local Circulante ou simplesmente circulante local, é uma moeda complementar ao real (moeda nacional), criada pelo BCD, com o objetivo de fazer o dinheiro circular na própria comunidade, amplia o poder de comercialização local, aumenta a riqueza circulante da comunidade, gerando trabalho e renda (BANCO PALMAS, 2005).

Assim promove a circulação do dinheiro na comunidade e, através de parcerias com o comércio local para o recebimento desta moeda, estimula e contribui para a inclusão financeira e o fortalecimento da organização comunitária ao articular, simultaneamente, a produção, a comercialização, o financiamento e a capacitação da comunidade (MUÑOZ, 2009).

Apesar disto, os desafios para a consolidação de Bancos Comunitários continuam presentes, dentre eles se destacam a sustentação financeira dos empreendimentos que limitam o volume de empréstimos e sua devolução o que aumenta a inadimplência, outro desafio está na sua ampliação dos créditos, no momento limita-se a pequenos valores e para poucas pessoas. Desafios estes relacionados diretamente com a ausência de um marco legal, ou seja, o banco ainda é um empreendimento dependente de alguma instituição e seu volume de transação é pequeno, por falta de maiores recursos. E a maioria dos empreendimentos não tem condições de acessar recursos altos, com dificuldades de honrar sua devolução, pela pouca produção ou venda, consequência da informalidade que muitos se encontram.

Sendo assim, as finanças solidárias podem ser capazes de promover troca de saberes entre as pessoas com facilidade, pois os bancos comunitários somam relações de apoio financeiro, através do microcrédito, com a formação cidadã e técnica necessária para a ampliação e formalização dos empreendimentos, com pouca rotatividade nos grupos, os diálogos entre os trabalhadores (as) é comum, o que facilita a identificação de problemas e o envolvimento de todos na busca das soluções (GAIGER, 2009).

Desta forma, esta seção procurou apresentar uma visão da economia solidária no Brasil, para compreensão de sua importância, enquanto novo modelo empreendedor, com destaque para as finanças solidárias como forma de impulsionar o desenvolvimento local. Sendo assim, demonstramos que tal estrutura desenvolve mecanismos que dinamizam a economia local com a aplicação dos princípios da economia solidária, como solidariedade, reciprocidade e confiança no outro, o que os torna diferentes dos outros modelos e, principalmente, impulsiona a produção e o consumo local.

Na próxima seção será apresentado um panorama da origem e do desenvolvimento da economia solidária no Mato Grosso do Sul, considerando suas dinâmicas e desafios, com destaque aos protagonistas desse processo e às ações relacionadas com as finanças solidárias.

## **2.2. Economia solidária no Mato Grosso do Sul: construção e desafios.**

No Mato Grosso do Sul, assim como em todo o Brasil nos anos 80, existiam experiências de economia solidária, de caráter fragmentário, marcadas por iniciativas locais e pessoais e com elementos incipientes.

Vale destacar a atuação do Movimento Sem-Terra (MST) que no estado sua organização remonta a 1982, no município de Taquaruçu, em que um encontro com mais de mil famílias, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizados em grupo e este passou a se organizar de forma autônoma com laços de solidariedade entre eles. No entanto, sua primeira ocupação ocorre, em 1984, no latifúndio de Santa Idalina, no município de Ivinhema, o qual foi duramente reprimido e com o despejo das famílias, que foram acolhidas em um pequeno terreno em Glória de Dourados. Neste organizaram um acampamento e formaram várias comissões (mulheres, saúde, jovens, educação, entre outros), constituindo-se em uma das experiências de trabalho coletivo solidário no movimento dos sem terras no Estado. Finalmente, essas famílias foram assentados em Nioaque, formando o assentamento Padroeira do Brasil (WANDERLEY, 1996; VEIRA, 2005).

A economia solidária aparece nesses assentamentos, como na formação de associações e cooperativas, escolas nos assentamentos com uma formação mais solidária são exemplos relevantes dessas experiências no Estado. Nas cidades as experiências com economia solidária também começaram a ganhar visibilidade, a Cáritas nos anos 80 e 90 promoveu diversos projetos que conciliavam assistencialismo e inclusão social e as Incubadoras Tecnológicas de

Cooperativas Populares (ITCPs) passam a apoiar e a promover o fomento da economia solidária (FERLA, 2008; VIEIRA, 2005; VILPOUX e LEITE, 2016).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) através da incubadora ELOS/ITCP – Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares procura apoiar grupos que queiram formar um empreendimento como cooperativas ou associações, no ano de 2007 assumiu o trabalho de mapear os empreendimentos solidários do Estado no I Mapeamento (FERNANDES, 2010).

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), através da ITESS contribuiu com a construção da economia solidária no Estado, com várias ações em assentamentos de reforma agrária, desenvolveu ações com as mulheres quilombolas na comunidade de Picadinha, com as mulheres artesãs do Assentamento Lagoa Grande, arte com fibra, ambos do município de Dourados – MS, além de ações com mulheres nos assentamentos Guaçu, Santa Rosa em Itaquiraí – MS e São Judas em Rio Brilhante - MS. Todas tendo como objetivo promover a solidariedade entre os grupos e a sua inclusão produtiva das mesmas (MORETTI e LOMBA DE FARIAS, 2015; FERNANDES, 2010).

E a UNISOL Brasil, contribuiu através de ações de construção e fortalecimento da cadeia produtiva do algodão, que organizou 41 agricultores em sete cidades do estado para a produção de algodão agroecológico, incluindo-os na cadeia produtiva do algodão solidário. Além disto, forneceu apoio ao setor hortigranjeiro para a produção livre de agrotóxicos em sete empreendimentos rurais. E finalmente, contribuiu para a criação da Rede Estadual das Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis (UNISOL, 2016).

Importa destacar que diversas entidades, entre elas a Cáritas, CPT, universidades particulares, como UCDB e Anhanguera, também contribuíram na construção da economia solidária no Estado através de ações voltadas para pequenos grupos produtivos, associações e cooperativas (FERNANDES, 2010).

Quanto ao poder público, sua participação e seu apoio na construção de políticas públicas e desenvolvimento da economia solidária, somente se intensifica após 2003, com a criação da SENAES-MTE, que nasce com o objetivo de promover o fomento e a manutenção de empreendimentos solidários, contribuindo para o seu crescimento e fortalecimento.

Essas ações e iniciativas articuladas com os empreendimentos locais contribuíram para que a economia solidária no estado tomasse impulso e visibilidade. A DRT no Estado passou

a desenvolver o papel de interlocução, articulação e apoio na construção de políticas públicas voltadas para a economia solidária. E com a criação da Fundação do Trabalho do Mato Grosso do Sul (FUNTRAB) em 2003, passou a estimular juntamente com o Fórum a discussão e organização dos empreendimentos através de Redes de Cooperação e Grupos de Trabalho, o que intensificou as ações e possibilitou que os empreendimentos participassem em eventos, seminários, cursos de capacitação, encontros temáticos, palestras, feiras, entre outros. Sendo estes os atributos da FUNTRAB:

Art. 14. À Coordenadoria de Economia Solidária compete:

I - promover a política de economia solidária no Estado de Mato Grosso do Sul, baseada na organização da autogestão, da democracia, da participação, do igualitarismo, da cooperação, da auto-sustentação, do desenvolvimento humano e da responsabilidade social;

II - apoiar a organização de empreendimentos solidários, como cooperativas ou associações, assessorando e acompanhando grupos populares;

III - organizar forte capital social local que garanta capacidade endógena de promoção do desenvolvimento econômico local;

IV - articular-se com redes de parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais, para a implementação das políticas de: planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio, agricultura e outras;

V - criar fóruns permanentes de debates sobre desenvolvimento local;

VI - manter intercâmbio com instituições de apoio em organizações públicas e privadas que dão assistência nas áreas de marketing, técnico-operacional, gerenciamento, financeira, e para o sistema de cooperação e programas com a presença de organismos voltados para o estímulo à exportação;

VII - promover formação e qualificação profissional, com cursos para a gestão de empreendimentos, gestão de crédito, gestão de mercado, novas tecnologias, novos produtos e serviços;

VIII - realizar estudos de mercados e planos de negócios para a inserção dos produtos em novos mercados em condições econômicas favoráveis;

IX - estabelecer parceria com organizações populares de créditos e cooperativas de créditos, para financiamento de empreendimentos solidários;

X - fortalecer o conceito do desenvolvimento sustentável como um processo de melhoria da qualidade de vida de toda a população, que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e longo prazos;

XI - estabelecer fortes laços de cooperação entre os agentes locais, para apoio e manutenção dos projetos. (PAULON, Decreto 11082, 2008).

Tal legislação fortalece o movimento de economia solidária enquanto política pública de apoio e incentivo aos empreendimentos solidários. Como aponta Sá (2005), a participação dos empreendimentos no I Seminário Estadual Economia Solidária, realizado em maio de 2004 em Campo Grande - MS, com a participação de 167 empreendimentos além de

entidades de apoio e fomento, universidades, representantes do poder público, igrejas, foi importante para conhecerem os planos de ação da SENAES para o movimento, bem como discutir as experiências e concepções sobre economia solidária, neste seminário foram propostas algumas linhas de ação para o fortalecimento dos empreendimentos do Estado, o que culminou com a formação da Rede de Empreendimentos Solidários, com os seguintes grupos: quilombolas, organizações religiosas, indígenas, empreendimentos rurais e urbanos e representantes do poder público. Com essa articulação foi formada a primeira equipe gestora estadual (EGE):

[...] a partir do levantamento de parcerias institucionais e integrada pela DRT, Universidade Católica Dom Bosco, Coordenadoria de Economia Solidária da Fundação do Trabalho/Governo do Estado de MS, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) (SÁ 2005, p. 29).

O objetivo de tal equipe era conseguir visibilizar aos conceitos, princípios e as práticas de economia solidária para a sociedade, impulsionando a organização de novos empreendimentos solidários ou a consolidação daqueles já existentes.

Logo após este evento, em junho do mesmo ano, ocorre o I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária em Aquidauana - MS, que contou com a presença de 114 participantes representando os grupos: quilombolas, organizações religiosas, indígenas, empreendimentos rurais e urbanos, se debateu a importância da criação de uma entidade que representasse o movimento de economia solidária no Estado. Desta forma, surge o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES) com representantes de empreendimentos e do poder público, além de entidades de apoio (FEES, 2016).

A partir da existência da SENAES-MTE, outras ações passam a ocorrer no estado, desenvolvidas pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) em parceria com o Governo do Estado e Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), tornando-se um espaço de articulação e diálogo entre os diversos atores e movimentos sociais, empreendimentos solidários e gestores públicos (SÁ, 2005; FERLA, 2008).

E a partir disto, a maioria das ações desenvolvidas para o fortalecimento da economia solidária, entre 2005 e 2011, passam a receber ou serem impulsionadas pelo aporte financeiro da SENAES/MTE, que desenvolveu parcerias com prefeituras, universidades e fundações locais, para desenvolver projetos em vários municípios que foram desde formação cidadã, desenvolvendo o entendimento dos princípios de economia solidária, até formação técnica, que se relacionava a constituição de cooperativas e associações, gestão entre outros. Neste

sentido, houve o repasse de aproximadamente R\$ 18.706.270,58 aplicados na construção de políticas públicas e fortalecimento da economia solidária no estado (SÁ, 2005).

Esse volume é considerável e demonstra a importância da economia solidária para o desenvolvimento local, visto que os empreendimentos são capazes de promover a geração de trabalho e renda, o que dinamiza a economia local. Confirmando sua importância em 2005, os empreendimentos passam a contar com uma legislação criada com o intuito de fortalecer o movimento, com a publicação da Lei<sup>17</sup> do Programa Estadual de Fomento à Economia Solidária de Mato Grosso do Sul, ligado a Fundação de Trabalho e Qualificação Profissional e Mato Grosso do Sul (FUNTRAB).

Essa lei de fomento a economia solidária, possuía o objetivo de estimular a formação de organizações econômicas solidárias de autogestão na produção, comercialização, consumo, serviços, compras comunitárias e sistemas de trocas, possibilita o fortalecimento dos grupos solidários de baixa renda já existentes e promove a integração desses grupos além de criar políticas de finanças solidárias, dentre outros objetivos.

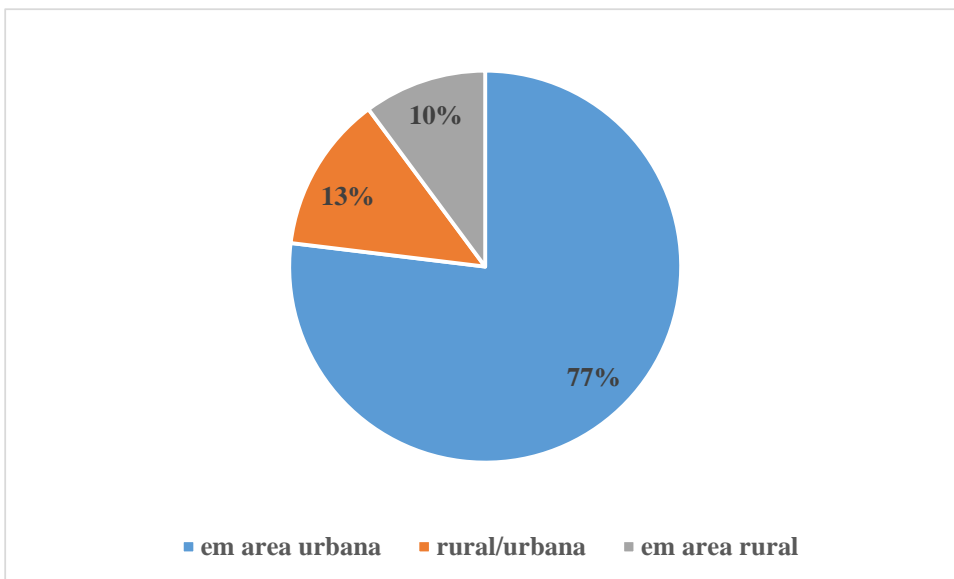
Além destes avanços, em termos de financiamento e legislação, pode-se ressaltar que, a realização do 1º mapeamento de Economia Solidária em 2007, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que já havia sido iniciado, em 2005, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), possibilitou conhecer os avanços e carências dos empreendimentos no Estado, neste foram mapeados 325 empreendimentos, distribuídos conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 3** - Demonstrativo dos empreendimentos solidários no MS (2007)

---

<sup>17</sup> Lei 3039 de 05 de julho de 2005, publicado no Diário Oficial nº 6.520 de 06 de julho de 2005. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/estado-do-mato-grosso-do-sul-lei-pefes.pdf>. (Acesso em 22/10/2016).



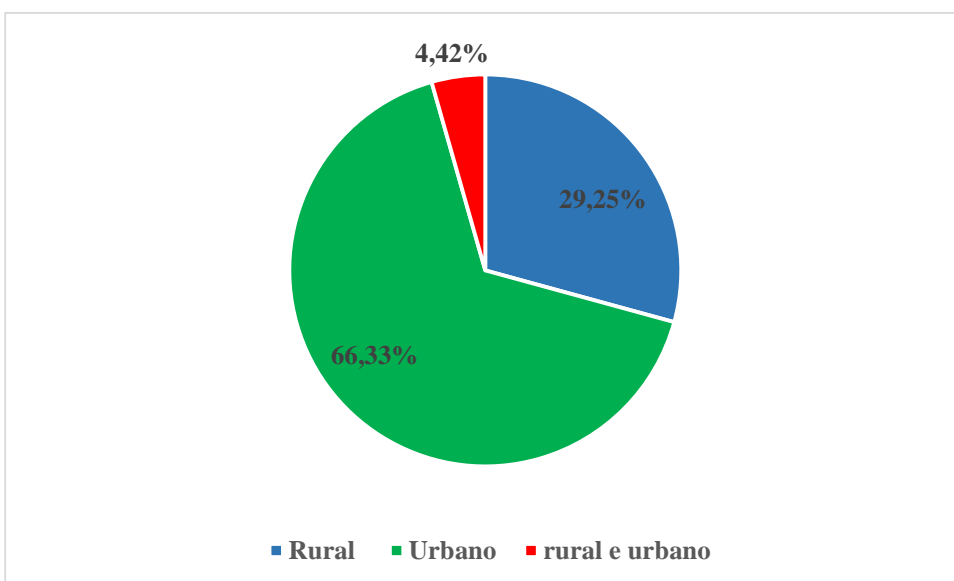


Fonte: CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010. (Elaboração da autora).

O gráfico acima apresenta a distribuição dos empreendimentos por áreas, na área urbana concentra-se a maior parte deles e na maioria informais, já na área rural/urbana concentra-se cooperativas e associações tanto da área rural quanto da urbana e na área rural encontram-se associações que funcionam somente no meio rural (CULTI, KOYAMA, TRINDADE, 2010).

Já o segundo mapeamento, divulgado em 2013, aponta a existência de 294 empreendimentos no estado, em 35 municípios, distribuídos da seguinte forma:

**Gráfico 4** - Demonstrativo dos empreendimentos solidários no MS (2013).



Fonte: SIES, 2013. (Elaboração da autora).

Seguindo a mesma lógica do gráfico de 2007, este demonstra os empreendimentos levantados no II mapeamento, percebe-se que os grupos da área urbana, ou seja, os informais continuam a maioria, seguidos pelas associações que compõem a área rural e a área rural/urbana que é composta por cooperativas e associações, esta que mais sofreu diminuição de um mapeamento para outro. No geral houve uma redução no número de empreendimentos entre os anos de 2007 a 2013, razões foram apontadas no sentido de que o ponto de partida do II mapeamento era o de fazer uma revisita aos empreendimentos do I mapeamento, com o objetivo de detectar sua evolução nesse intervalo de tempo, porém grande parte dos EES do I mapeamento não foi encontrada, alguns por motivos de mudança de endereço, outros por encerrarem suas atividades por falta de recursos ou má gestão (IPEA, 2016).

Apesar das dificuldades encontradas nesses mapeamentos, ambos foram importantes para sinalizar alguns problemas pertinentes a esses grupos, entre eles a manutenção financeira, um problema com tendência nacional. Neste sentido, pode-se destacar que no Mato Grosso do Sul, o mapeamento propiciou um quadro mais preciso destes empreendimentos (e suas dificuldades) e impulsionou a articulação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES) e a mobilização e sensibilização dos órgãos do governo do estado para a implantação de um fundo com recursos públicos e a criação de um fundo próprio, este alimentado por 5% do total das vendas na Central de Comercialização em Campo Grande - MS (fundada em 2006 e reinaugurada em 2013), com o objetivo de contribuir para a sustentação destes e a ampliação do movimento no estado, que mesmo com a rede de economia solidária estadual que atendia 78 empreendimentos de 39 municípios, a sustentação dos empreendimentos ainda era difícil. (CAMPOGRANDENEWS, 2014).

Nos anos seguintes, as entidades de apoio continuaram desenvolvendo trabalhos de assessoramento a empreendimentos solidários, e a partir de 2003, também com o apoio do poder público, para juntos incentivarem o engajamento dos empreendimentos em redes solidárias. Neste sentido, destaca-se o projeto “MS Solidário: A economia solidária contribuindo para a superação da extrema pobreza no Mato Grosso do Sul”, desenvolvido em 2011, por meio de um convênio entre MTE/SENAES, o governo do Estado e em parceria com o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), buscava promover ações integradas de economia solidária através da mobilização, sensibilização, formação e organização de novos empreendimentos, promovendo a geração de trabalho e renda, a inclusão social e produtiva dos grupos (MTE, 2015).

A produção da economia solidária ocorre, geralmente, no bairro ou na região onde moram os próprios produtores, que consomem e comercializam seus produtos em rede, cujo o objetivo é integrar os grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviços em uma mesma organização. A grande parte da produção é de produtos artesanais, que dificilmente podem ser produzidos em larga escala, isso faz com que tenham mais dedicação, carinho e qualidade em cada peça. E os alimentos cultivados através de métodos agroecológicos tem presente o respeito à terra e a natureza. Esses empreendimentos normalmente desenvolvem sua produção em espaços pequenos, com recursos financeiros escassos e utilizam produtos naturais. Essas produções ocorrem de maneira coletiva, estimula a solidariedade e a autogestão e podem utilizar a integração promovida pela Rede para troca de experiências e expansão dos empreendimentos. (FEES, 2016).

Pode-se destacar que, em 2015 a Rede com o objetivo de melhorar as atividades dos empreendimentos solidários no estado, apresentou a SENAES um plano estadual de desenvolvimento da economia solidária, construído com a participação dos atores do movimento, este seria um instrumento de orientação das políticas públicas para os anos seguintes. Tal plano estava organizado em três eixos: a contextualização, com as oportunidades e fragilidades do estado; os objetivos e as estratégias, considerando o contexto acima e as demandas dos empreendimentos; e finalmente, as linhas de ação e diretrizes operacionais, elaboradas a partir dos eixos estratégicos que são: Eixo I- Produção, comercialização e consumo; Eixo II. Financiamento: Crédito e finanças solidárias; Eixo III. Educação e autogestão; Eixo IV. Ambiente institucional (MTE, 2015).

Este plano foi construído a partir da realização das conferências regionais que ocorreram em Campo Grande, Anastácio e Dourados, entre os dias 28 de maio e 03 de junho de 2014, com a participação dos empreendimentos solidários, ONGs, universidades e representantes do poder público. As instituições encaminharam delegados para participarem da Conferencia Estadual de Economia Solidária, ocorrida entre 25 e 26 de junho. Tais conferências públicas foram espaços privilegiados de participação ativa da sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação das políticas públicas (CHAVES, 2014).

A partir das conferências regionais no Estado, o protagonismo feminino na economia solidária aparece por meio de atividades, tais como: artesãs, costureiras, quituteiras, entre outras, elas destacam-se e estão presentes em vários locais e setores, percebeu-se que a maioria dos empreendimentos é composto por mulheres. Na terceira plenária de economia

solidária, realizada em junho de 2003, a participação feminina ganha ainda mais importância, pois houve “[...] o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade”, tornando-se um dos objetivos da Economia Solidária (PAULON, 2010; PAULON, 2015).

Neste sentido, observa-se que, através da Economia Solidária, muitas mulheres encontraram a oportunidade de pensarem sobre suas realidades, trabalhando coletivamente, tomando decisões e decidem sobre seus gastos e o que podem fazer com sua renda e, ainda, encontraram nesses espaços um local para dividir suas frustrações e esperanças, sendo comum encontrar mulheres que estavam doentes (depressão) e junto ao grupo melhoram significativamente sua saúde (BANCO PIRÊ, 2017).

Segundo Paulon (2010; 2015), nas Redes de Economia Solidária, muitas mulheres encontram uma nova vida ainda que as relações no âmbito familiar permaneçam desiguais.

Na Economia Solidária, que se constitui num espaço de construção dialógica e de vivências de produção, distribuição, poupança, crédito e consumo organizada a partir de valores de solidariedade e cooperação, e gerida por princípios éticos-humanitários de primazia do ser-humano - enquanto sujeito coletivo - , as mulheres têm, pois, um campo fecundo para o enfretamento da exclusão e do trabalho precarizado, para a possibilidade de rompimento da lógica da divisão sexual do trabalho, do machismo, da exploração e da dominação de gênero (PAULON, 2010 apud NUNES e COELHO, 2017).

A economia solidária no Mato Grosso do Sul construiu-se junto com os empreendimentos, o apoio de vários atores sociais que através de projetos e ações embasados nos princípios solidários promoveram um diálogo com o poder público, via SENAES. No entanto, os avanços, após a criação da Secretaria de Economia Solidária, ainda são incipientes e instáveis, estão longe de se constituírem numa política pública ampla e efetiva tanto local como nacionalmente e relacionam-se as dificuldades para implementação de uma legislação própria, a criação de centros de comercialização, o acesso e os limites relacionados ao crédito, dentre outros.

Apesar disto, pode-se destacar que a execução dos mapeamentos, a implantação do banco de dados e a constituição de alguns marcos legislativos e órgãos de fomento (apesar do seu caráter temporário) são algumas conquistas ocorridas nesse período. Em suma, apesar de dificuldades, limites e dilemas em relação ao poder público, a Economia Solidária tem se ampliado em todo país e começa a demonstrar a importância da articulação entre os âmbitos social, o econômico e o político para promoção do desenvolvimento local, efetivo e integral.

Além disto, a implantação de Fóruns (nacional, estadual e municipal) com o envolvimento do poder público e a sociedade civil nas discussões e aos rumos da economia solidária foi outro elemento importante para tal desenvolvimento. Isto porque tais fóruns estimularam nos empreendimentos a organização e participação política, fornecendo maior visibilidade as suas demandas e propostas. Apesar disto, é preciso um maior cuidado com a proximidade com o poder público e procurar evitar os riscos relacionados à dependência financeira e política.

### **2.2.1. A emergência de alternativas a sustentação dos empreendimentos solidários.**

Os empreendimentos do estado considerando o desenvolvimento e seus limites locais, ainda encontravam dificuldades de sustentação financeira, portanto, para buscar alternativas a Rede Brasileira de Economia Solidária organizou palestras e encontros promovidos pela Rede Nacional de Bancos Comunitários com o intuito de promover as finanças solidárias no estado.

Com o apoio e assessoria da Rede Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento foram criados, conforme os princípios das finanças solidárias, três bancos no estado: o Banco Pirê na cidade de Dourados, fundado em janeiro de 2006, objeto deste trabalho; o Banco Ita, que nasce em 2012, no Assentamento Itamaraty em Ponta Porã, com assentados ligados ao MST, sendo este o primeiro banco comunitário no Brasil a possuir uma moeda social rural e; o Banco Pantanal, que surge em 2013, em Anastácio, fruto da parceria entre prefeitura, SENAES, FEES e a ONG Ateliê de Ideias. Esses Bancos Comunitários nasceram com o objetivo de promover o microcrédito para os atores locais que desejassem começar uma atividade empreendedora solidária ou para o fortalecimento das já existentes, bem como aproximar a comunidade local das iniciativas de economia solidária (MASCARELLO, 2016; ZART e VAILANT, 2014; FEES, 2016).

Tais bancos, apesar de suas especificidades, enfrentaram dificuldades para sua consolidação, entre elas as relacionadas à ausência de políticas públicas consistentes, além das dificuldades de crédito e os problemas relacionados à dinâmica dos movimentos que lhes deram origem. Desta forma, atualmente, estão em funcionamento, no estado, o Banco Ita no assentamento Itamaraty e o Banco Pirê em Dourados. O Banco Pantanal encerrou suas atividades em 2015, quando finalizou o projeto de apoio dos Bancos Comunitários que o custeava, indicando a dificuldade em agir de forma autônoma e captar recursos (BANCO PIRE, 2016).

Além da oferta do microcrédito, os bancos promovem e estimulam o uso da moeda social como meio de troca, utilizada no comércio conveniado. Essa moeda possui o mesmo valor do real e circula em uma determinada região ou bairro estimulando o consumo local, valoriza o comércio e a produção ali existente, fortalece a economia local e contribui para o seu desenvolvimento.

A denominação da moeda social está, normalmente, vinculada à história ou à geografia do local. Neste sentido, o Banco Pantanal possuía a moeda social chamada de “Pantanal”, com referência a região do pantanal; o Banco Ita possui a moeda social chamada de “Ita”, relacionado ao nome do assentamento em que atua, Itamarati; e, finalmente, o Banco Pirê que possui a moeda social com o nome de “Pirapirê”, que tem sua origem na língua guarani e significa pele de peixe, em uma analogia que remete a textura do papel utilizado na cédula (papel moeda), pira=peixe e pire=casca ou escama de peixe (ASSOCIAÇÃO MULHERES EM MOVIMENTO, 2011).

A partir de tais elementos que nos indicam a emergência, a dinâmica e os dilemas fundamentais enfrentados pela economia solidária no estado, procuramos discutir, a seguir tais aspectos em relação á Dourados e, principalmente, a atuação da ONG ‘Mulheres em Movimento’, fundamental para a constituição e desenvolvimento do Banco Comunitário Pirê.

### **2.3. Economia solidária em Dourados: origens e desenvolvimento.**

Dourados é a segunda maior cidade do estado, possui uma população de 207.498 habitantes<sup>18</sup>, e uma economia centralizada nas atividades relacionadas ao agronegócio, embora o mercado informal tenha relevância e esteja ocupado por muitos grupos sociais, alguns oriundos do campo ou de cidades próximas. Com a estagnação econômica do país e o aumento do desemprego<sup>19</sup> nos anos 80, a cidade sentiu os efeitos e os trabalhadores (as) com pouco estudo ou qualificação foram os que mais perderam seus empregos, nesse contexto esses trabalhadores (as) saíram em busca de alternativas para conseguirem seu sustento e de sua família, muitos entram para o trabalho precário ou informal, o chamado “bico”, outros passam a desenvolver suas aptidões, antes adormecidas e tornam-se artesãos e artesãs. Sem muito conhecimento de como produzir ou comercializar, muitas passam a produzir pequenos artesanatos ou alimentação para vender, ainda de maneira improvisada.

---

<sup>18</sup> Fonte: CENSO IBGE, 2012; (Acesso em 07/04/2017).

<sup>19</sup> Fonte: Jornal da economia solidária. Ano 1 – Edição nº 1. Prefeitura de Dourados, abril de 2005.

No intuito de contribuir para que esses trabalhadores (as), agora pequenos (as) empreendedores (as) pudessem melhorar a renda e sua organização, instituições ligadas a Igreja católica (CEBI, CPT, religiosos e CÁRITAS) e as universidades públicas (UFMS, UEMS), que naquele momento identificavam-se com as lutas dos trabalhadores, intensificaram ações conjuntas voltadas para a qualificação desses trabalhadores. Mas foi somente em 2001 que as ações chamadas de economia solidária, emergiram em Dourados, com a estruturação de 40 empreendimentos produtivos solidários, que visavam fomentar a geração de trabalho e renda por meio de iniciativas coletivas.

Logo em seguida, como apontamos anteriormente, ocorreu uma mudança significativa no cenário nacional, com a ascensão de forças que procuraram estimular as práticas solidárias e sua inserção na agenda pública, com a criação da SENAES, em 2003, que procurou induzir Estados e municípios para o desenvolvimento de políticas de inclusão produtiva, dentre as quais aquelas relacionadas à Economia Solidária.

Neste sentido, conforme Paulon (2008), a economia solidária em Dourados se fortaleceu através da mobilização social e, posteriormente, da atuação da prefeitura que através da SEMASES– Secretária Municipal de Assistência Social e Economia Solidária cria o programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” que buscava atender desempregados e pessoas interessadas em qualificar-se para o mercado de trabalho, oferecendo cursos profissionalizantes e formação empreendedora em economia solidária. A importância dos cursos oferecidos consistia na possibilidade de despertar os trabalhadores (as) desempregados, donas de casa, dentre entre outros, a desenvolverem suas potencialidades empreendedoras, motivando-os a se organizarem em grupos, famílias ou mesmo individualmente para produzirem dentro dos princípios da economia solidária, tais como cooperação; autogestão; atuação econômica; solidariedade e ética; desenvolvimento humano; valorização social do trabalho humano (SINGER e SOUZA, 2000; ZART e VAILANT, 2014).

A partir disto, em 2005 a SENAES destina cerca de R\$ 300.000,00, para que fossem ofertados mais de 60 cursos em sete regiões da cidade e dois distritos, com os seguintes eixos: Qualificação para o trabalho; formação de cidadania e economia solidária (JORNAL DA ECONOMIA SOLIDARIA, 2ª ED., 2005).

Com os cursos realizados houve um crescimento dos empreendimentos em economia solidária na cidade, fato este associado a variedade de cursos de formação e capacitação com destaque para os seguintes segmentos: alimentação, confecção, artesanato, produtos de

limpeza, agricultura familiar, prestação de serviços, agentes ecológicos, grupo de reciclagem, que através destes começam a atuar em grupos ou associações.

Este programa constituiu-se num momento importante para a economia solidária no município ao proporcionar oportunidade para muitos (as), autonomamente, se tornarem empreendedores (as) coletivos dentro dos princípios da economia solidária, gerando trabalho e renda para suas famílias e, por consequência, participarem do processo de construção da rede de economia solidária da cidade.

Em 2001, ocorreu a formação da Rede de Economia Solidária conforme as orientações dos movimentos sociais e da SENAES, considerando todas as regiões da cidade. Tal Rede também foi influenciada pela atuação da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, criada na gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade, nos anos de 2001 a 2008, que procurava desenvolver políticas públicas de apoio à geração de trabalho e renda. Desta forma, a Rede surge com o objetivo de organizar suas ações na busca de inclusão social, em especial as mulheres, já que muitas se encontravam em situação de vulnerabilidade (PAULON, 2010; 2015).

Os e as participantes da Rede possuíam um perfil bastante diversificado, sendo que a maioria não conhecia ou compreendia os objetivos e as finalidades que orientam a economia solidária, muitos (as) participavam apenas para buscar soluções imediatas aos seus problemas financeiros, enquanto outros (as) participavam por não ter expectativas e buscavam, na economia solidária, a única esperança possível de trabalho e renda.

Neste período ocorreu uma ampliação da procura pelos cursos de qualificação para ingresso na Rede de Economia Solidária, emergindo novas demandas, para além da qualificação, já que as pessoas estavam qualificadas, mas não tinham onde exercer seu aprendizado, por falta de oportunidade ou escassez de recursos financeiros, conforme relata Lenita Gripa:

Chegando ao final dos cursos, o pessoal falava assim: 'E agora? A gente quer produzir, mas a gente não tem espaço, a gente não tem máquina, a gente não tem nada.' E com isso a gente foi pensando: 'O que fazer?' E daí a Prefeitura podia dar os cursos, mas não podia dar o equipamento. Porque ele não tem verba prá isso. E tudo é licitação. É complicado. Aí nós resolvemos fundar essa ONG Mulheres em Movimento. Ela nasceu exatamente prá trabalhar como microcrédito ou microfinança prá montar os empreendimentos. E daí começa: compra máquina de costura, compra forno, monta o empreendimento com esse dinheiro que a gente empresta. E eles vão devolvendo e a gente reempresta... (Entrevista concedida em 04/05/2007 de Lenita Gripa apud PAULON, 2010).



Nesse contexto percebe-se que o poder público, mesmo tendo um papel importante para o surgimento da Rede de Economia Solidária na cidade, não conseguia responder às novas demandas que surgiam relacionadas às necessidades físicas e financeiras dos grupos pertencentes à rede.

Assim, se gesta, por parte de alguns militantes da economia solidária, a ideia de criação de uma ONG que pudesse dar o devido encaminhamento a estas e outras demandas, realizando um trabalho complementar à rede de economia solidária e à prefeitura municipal. Isto porque havia uma consciência da necessidade de autonomia destes grupos em relação ao poder público.

Desta forma, foi organizada a Organização Não-Governamental ‘Mulheres em Movimento’ que passou a atuar em parceria com a prefeitura, fornecendo a qualificação aos/as trabalhadores (as), realizando investimentos no aluguel das lojas para comercialização dos produtos da economia solidária e, principalmente, procurando atuar no financiamento de equipamentos e matéria-prima, necessários para os empreendimentos. Para que tal ação se tornasse viável, foram recebidos recursos financeiros, primeiramente oriundos de doação de uma missionária das Irmãs Carmelitas Catequistas identificada com o movimento de economia solidária e que compõe o grupo de pessoas fundadoras da ONG e, em seguida, tais recursos passaram a ser captados através de doações da sociedade em geral, evitando o financiamento público.

Formada por pessoas vindas dos movimentos sociais, representantes dos empreendimentos e religiosas, a ONG Mulheres em Movimento tem sua sede no Bairro São Brás, juntamente com a sede do Banco Pirê. Suas reuniões normalmente são pautadas por assuntos relacionados ao funcionamento da ONG e do Banco Pirê, bem como assuntos pertinentes ao movimento de economia solidária na cidade, visto que, espaços locados para comercializar produtos do movimento, são contratados via entidade e ainda as representações nas estâncias como Fórum Municipal de Economia Solidária, Rede e Conselho de Economia Solidária demandam representantes em suas reuniões e as discussões políticas necessárias para tal participação são deliberadas via encontros e assembleias. Hoje a entidade conta com os serviços de uma pessoa, Neide Castilho e mais uma religiosa da Congregação das Irmãs Carmelitas Catequistas.

Assim no período de 2006 a 2016, a ONG proporcionava a possibilidade de acesso ao crédito para compra de equipamentos e matéria-prima para os empreendimentos, através de

empréstimos de pequenos valores parcelados e sem a adição de juros e parcelados, e assim que o recurso retornava ao caixa era disponibilizado para ser reutilizado por outro empreendimento. Além disto, vale destacar que, para viabilizar os financiamentos, foram adotados critérios condizentes com os princípios da economia solidária que estavam relacionados á obrigatoriedade da participação nas atividades da rede e do programa de qualificação da prefeitura, a apresentação de um projeto elaborado pelos próprios empreendimentos destacando como e onde seria utilizado e, finalmente, o compromisso efetivo do grupo com sua devolução, de forma mais breve possível (JORNAL DA ECONOMIA SOLIDARIA, 2ª ED., 2005).

Portanto, a criação da ONG possibilitou, embora não de forma exclusiva, a facilidade de acesso ao crédito para os pequenos empreendimentos, gerou um efeito multiplicador e a formalização de inúmeras iniciativas, contribuiu, sem dúvida, para que o número de empreendimentos solidários na cidade se ampliasse de 40, em 2004, para cerca de 200 no ano seguinte (JORNAL DA ECONOMIA SOLIDARIA, 2ª ED., 2005).

Apesar disto, mesmo havendo espaços de comercialização (lojas e feiras), a atuação da ONG era limitada pela ausência de uma política pública efetiva e consistente. Tal quadro começa a se modificar com a realização da I Conferência Municipal de Economia Solidária, em 2006, que contou com a participação de 500 pessoas e teve, como um dos desdobramentos, o indicativo da necessidade de organização do primeiro mapeamento dos empreendimentos solidários, que viria a acontecer no ano seguinte em todo o Brasil. Essas ações, contaram com a atuação intensa da ONG e foram significativas para a economia solidária, impulsionou seu desenvolvimento e contribuiu para a consolidação da percepção de que esta deveria se tornar uma política pública e poderia ser fundamental para o desenvolvimento local (ASSOCIAÇÃO MULHERES EM MOVIMENTO, 2006).

Este processo se desenvolve de tal forma que foi inaugurada em 2006, com o apoio da prefeitura, a 1ª loja de economia solidária na cidade com a participação de 74 empreendimentos que colocaram seus produtos para comercializar e incluía produtos oriundos dos segmentos de alimentação, confecção, artesanato, produtos de limpeza, prestação de serviços, produtos da agricultura familiar e artesanato indígena. Vale destacar que a administração do espaço era realizada pelos (as) próprios (as) empreendedores (as), que se revezavam para atender o público em dias alternados e gerenciar os valores recebidos, ou seja, promover a autogestão (ASSOCIAÇÃO MULHERES EM MOVIMENTO, 2007).

Em 2007 ocorre a inauguração da 2ª loja na cidade, em um espaço no shopping center que contribui, ainda mais, para sua consolidação. Da mesma forma, ocorreram avanços relacionados à participação das mulheres, pois a primeira microempresa cooperada de economia solidária, a Pirevest, nasce nesse período pelo protagonismo das mulheres que encontraram no setor de confecção (na produção de lingerie, modinha, uniformes em geral, camisetas, moletons, dentre outros) uma alternativa para superação ao desemprego e falta de oportunidade, concretizada devido ao crédito solidário fornecido pelo Banco (O PROGRESSO, 2007).

Nos anos seguintes, a Rede de Economia Solidária de Dourados, procurou ampliar sua atuação, além dos empreendimentos, difundindo entre a população, através das lojas ou até mesmo nas feiras, os princípios norteadores dessa nova economia, a fim de estimular o consumo solidário e consciente de produtos advindos do movimento. Neste sentido, chegou-se a ser realizado, em agosto de 2007, o “1º Seminário Consumo Ético e Solidário – Estratégia para o Desenvolvimento Local”, em parceria com a Câmara de Vereadores e aberto a toda a população da cidade (JORNAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007).

O que para Mance (2002) o consumo solidário significa:

Consumo solidário significa consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: a) realizar o seu livre bem viver pessoal; b) promover o bem viver dos trabalhadores que elaboram, distribuíram e comercializaram aquele produto ou serviço; c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias (MANCE, 2002<sup>20</sup>).

As parcerias entre Mulheres em Movimento, apoiadores e o poder público possibilitaram o surgimento e desenvolvimento da Rede de Economia Solidária em Dourados que, durante os anos de 2001 a 2008, contribuíram significativamente para a manutenção e crescimento da mesma. Com a formação da Rede e a necessidade de sua interlocução com os gestores públicos, foi implantado o Fórum Municipal de Economia Solidária (FMES), do qual fazem parte, representantes dos empreendimentos que compõem a rede, gestores públicos, organizações sociais e universidades, sendo este um espaço de planejamento e diálogo entre os atores. Os avanços desses diálogos e a necessidade de possuir um espaço de encontro dos núcleos produtivos da economia solidária, possibilitou a cessão pela prefeitura de um terreno localizado no Parque dos Coqueiros em contrato para a ONG Mulheres em Movimento no

---

<sup>20</sup> Fonte: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/consumosolidario.pdf> (Acesso em 01/03/2017).

ano de 2007, para implantação da microempresa Pirê Produtos de limpeza e para utilização de outros 30 núcleos de produção.

Outra iniciativa foi à parceria da Rede de Economia Solidária de Dourados e a Secretaria Municipal de Assistência Social promoveram via o Ministério da Saúde e a SENAES, que desenvolveu ações para promoção da saúde, realizando oficinas de bijuterias para os usuários e familiares do centro de atenção psicossocial – álcool e outras drogas<sup>21</sup> em diversos centros atendidos por estas entidades<sup>22</sup>.

Após o ano de 2008, com a mudança de gestão o enfraquecimento da participação do setor público começou a ser visível, surtindo impacto na Rede de Economia Solidária de Dourados, Paulon (2008) destaca que, a cidade possuía cerca de 150 empreendimentos de economia solidária sendo que, destes, 80 participavam diretamente dos produtos vendidos nas lojas de economia solidária e, no entanto, apenas 11 empreendimentos participavam efetivamente das reuniões da rede. Houve uma redução na participação dos empreendimentos nas reuniões e além disso, a participação nas lojas também se reduziu, fato este atribuído pelos participantes desse espaço, causado em muito pelas vaidades dos empreendedores, que consideravam seus produtos mais importantes do que dos seus colegas do movimento, dificultando as vendas nas lojas e as relações interpessoais da rede, ocasionando até em alguns casos, de desistência da participação da rede ou até mesmo da economia solidária.

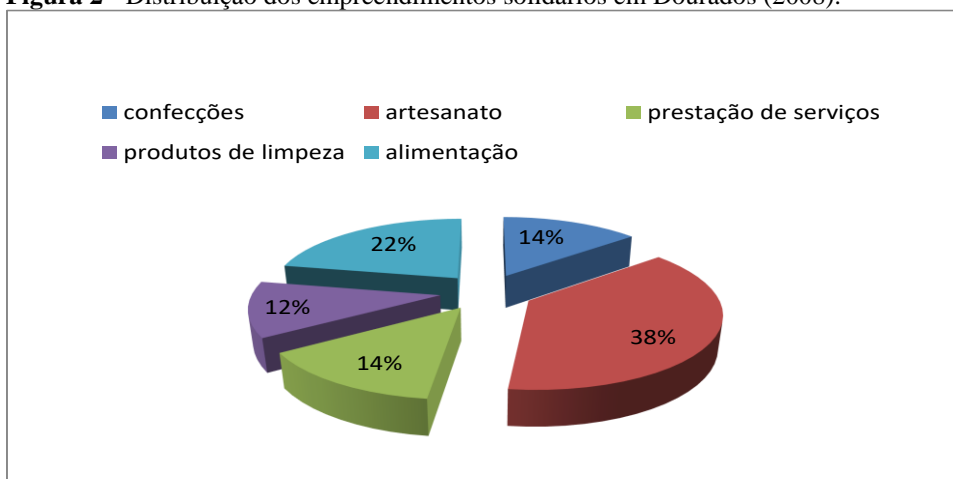
Dentre os principais empreendimentos existentes no levantamento feito por Eberhard (2008), podemos destacar: Pirê Produtos de Limpeza; Pirê Delicias; Pirê Vest; Associação das Mulheres Rurais de Dourados; Ateliê M&D; Feito com Carinho Artesanato; Cozinha Solidária; Loja do Centro da cidade de Economia Solidária e a Loja do Shopping Dourados. Tais empreendimentos estavam distribuídos da seguinte forma:

---

<sup>21</sup> Fonte: Jornal da Economia Solidária, 5ª Edição, 2006.

<sup>22</sup> Fonte: Jornal da Economia Solidária, 5ª Edição, 2006.

**Figura 2** - Distribuição dos empreendimentos solidários em Dourados (2008).



Fonte: EBERHARD, 2008.

Foram criadas algumas ferramentas que ajudariam na circulação da renda dentro dos grupos como, em 2008, o Pirêcred, um cartão de crédito próprio para ser utilizado por consumidores (as) que adquirissem produtos e serviços das lojas solidárias, além da implantação da moeda social Pirapirê, para promover o desenvolvimento local ao fazer circular o dinheiro dentro da comunidade e impulsionar o comércio e serviços.

Ainda assim essas ferramentas foram insuficientes, foi necessário buscar alternativas para fomentar novos empreendimentos e fornecer, de forma contínua, pequenos créditos. Com a divulgação das experiências exitosas relacionadas a Bancos Comunitários de Desenvolvimento, em especial o Banco Palmas, a economia solidária de Dourados juntamente com a ONG Mulheres em Movimento, que já efetuava pequenos empréstimos, buscam conhecer e entender essa nova ferramenta para empreender na economia solidária, participando de seminários e reuniões de capacitação até que, em 2006, foi fundado o Banco Comunitário de Desenvolvimento de Dourados, com o apoio da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e SENAES-MTE.

Com sua fundação, aqueles pequenos empréstimos que eram feitos via a ONG Mulheres em Movimento, começam a contar com a existência do Banco Comunitário Pirê, que passa a ofertar crédito, via pequenos financiamentos e a promover cursos de formação, em diversas temáticas (finanças, gestão, cooperação, dentre outras), agregando conhecimento aos créditos fornecidos (ASSOCIAÇÃO MULHERES EM MOVIMENTO, 2016).

Assim com a fundação do Banco Pirê, pode-se dizer que a economia solidária de Dourados atua em quase todas as frentes possíveis para o fortalecimento do movimento e sua expansão. Em 2010, a economia solidária de Dourados encontrava-se com a seguinte estrutura, conforme destaca o jornal *Circulando Solidariedade* (2010):

- \* **Rede de Economia Solidária** – Que promove a integração de todos os organismos referentes à Economia Solidária;
- \* **Fórum Municipal** – Espaço de discussão e aprofundamento, local onde ocorre deliberações de propostas básicas e práticas para a Rede de Economia Solidária;
- \* **Núcleos de Base** – São espaços coletivos para troca de experiências e formação. São eles: Indápolis, Jokey, Canaã I, João Paulo, Sulmat, Izidro, Cachoeirinha e Flórida;
- \* **Empreendimentos Solidários** – geram trabalho e renda como base nos princípios da economia solidária, no caso 150 empreendimentos;
- \* **Comunicação** – Programa de Rádio Boa Nova (uma hora semanal); o site: [www.bancopire.org](http://www.bancopire.org) e o jornal *Circulando Solidariedade*.
- \* **Banco Pirê** – através do qual se utiliza a ferramenta das finanças solidárias, moeda social, formação, comercialização e legalização dos empreendimentos solidários para a promoção do desenvolvimento local.

Com isso conseguia-se desenvolver mensalmente atividades na cidade envolvendo os empreendimentos e a comunidade. A formação ocorria nos núcleos de base, além de cursos e seminários entre outros; a comercialização se dava em feiras, lojas solidárias e Eventos; as trocas solidárias consistiam em trocar produtos pela moeda social PIRAPIRÊ, espaço este que estimula a comunidade a refletir sobre sua relação com o consumo e a preservação do meio ambiente (ASSOCIAÇÃO MULHERES EM MOVIMENTO, 2016).

Além da organização da atividade econômica e da formação cidadã, a economia solidária de Dourados, através dos espaços (Fórum, Rede, Conselho, Núcleos de Base) conseguiu avançar nas discussões sobre marco legal no município, demandar a construção de uma legislação e de mecanismos que possibilitassem a consolidação e expansão destas práticas. Tal processo conduziu em 2012, a aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária, que possibilitou a criação de um Fundo Municipal de Economia Solidária e de um selo para identificar os produtos oriundos dos empreendimentos

solidários<sup>23</sup>, tal passo representou um avanço para a economia solidária do município, visto que os empreendimentos poderiam concorrer com seus produtos no comércio local.

Quanto ao Fundo Municipal, facilitaria o fomento de novos empreendimentos, tendo assim mais uma opção de financiamentos de microcrédito (até o ano de 2016, importa destacar que se desconhece sua utilização). Tal lei, de número 3530, no artigo 5º inciso II, o incentivo e a viabilização de linhas de crédito especiais, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas à realidade dos (as) trabalhadores (as) da economia solidária, entre outras deliberações. Além disto, delibera sobre a manutenção e o fomento da economia solidária no município para a promoção do desenvolvimento local. De toda forma, embora tenha inúmeros limites, a legislação é fundamental para a ampliação de tais experiências.

Outro avanço do marco legal foi à aprovação, em 2015, da Lei 3913<sup>24</sup> que torna obrigatório a destinação do espaço para comercialização da economia solidária, em cerca de 30%, em eventos e feiras promovidas pela prefeitura e a constituição de uma feira semanal exclusiva da economia solidária<sup>25</sup>, que começa a ocorrer em dezembro de 2015, assim definida:

[...] praça terá 16 pontos de comercialização, com 30% sendo reservados para contemplar o sistema de economia solidária, conforme prevê a Lei nº 3.913, 05/08/15. Caso o número de inscritos aprovados seja superior a esse total será feito sorteio público, com 5 vagas de reserva. Também será por sorteio a barraca a ser ocupada (09/11/2015 12h30 –DOURADOSNEWS, 2015).

Desta maneira, os empreendimentos, através da participação na Rede de Economia Solidária, juntamente com os movimentos sociais tem contribuído para a proposição e a implementação de uma legislação específica. Entretanto existem dificuldades e demandas que persistem tanto no município quanto no âmbito nacional, entre elas a regularização dos empreendimentos, pois somente com a formalização os mesmos poderiam competir nas mesmas condições do mercado comum, para tanto em uma ação promovida pela SENAES, em 2015, criou-se um cadastro dos empreendimentos solidários do Brasil, chamado de CADSOL (Cadastro Solidário). Em Dourados para efetuar o cadastro dos empreendimentos solidários foi firmada uma parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e a Economia Solidária, com o objetivo de identificar os empreendimentos, considerando sua

---

<sup>23</sup> Fonte: Lei nº 3530 de 17 de janeiro de 2012, Diário Oficial - ANO XIV - Nº 3.164 DOURADOS, MS quarta-feira, 18 de janeiro de 2012.

<sup>24</sup> Fonte: Lei nº 3913 de 05 de agosto de 2015, Diário Oficial - ANO XVII - Nº 4.029 DOURADOS, MS quarta-feira, 12 de agosto de 2015.

<sup>25</sup> Fonte: Associação Mulheres em Movimento, 2016. Iniciou-se com a 1ª feira de economia solidária fixa toda sexta-feira na Izidro Pedroso, bairro Parque das Nações – Dourados/MS.

localização, estrutura e situação legal para impulsionar a consolidação efetiva da rede de economia solidária de Dourados<sup>26</sup>.

A partir do cadastro, os empreendimentos eram analisados por uma comissão local e após esse processo, irão receber uma Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (CADSOL)<sup>27</sup>, que pode facilitar o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio à economia solidária como o Sistema Nacional de Comércio Justo, programas de assessoria, fomento e financiamento, dentre outros. Vale lembrar que os empreendimentos mapeados no SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), realizado entre 2009 e 2013, já estavam automaticamente cadastrados neste e podem emitir a declaração, com validade até março de 2016, com atualização anual dos dados para emissão novamente do documento (MTE, 2015).

A economia solidária organizada através dos espaços de discussão e planejamento como a Rede, Fóruns, Conselhos, contribuiu com ganhos potenciais em políticas públicas para o Movimento na cidade, o que reforça o pensamento de que, enquanto estratégia de desenvolvimento econômico local, a organização tem se aprimorado na geração de trabalho e renda através dos empreendimentos garantindo cada vez mais estruturas e ações de comércio e consumo solidário.

Para tanto a maioria dos empreendimentos de economia solidária utiliza as feiras, além do espaço das lojas para a comercialização e em levantamento efetuado em 2016 verificou-se que as duas lojas possuíam 46 empreendimentos com produtos expostos à venda.

Na gráfico 5 observa-se a distribuição dos produtos expostos na loja do centro de Dourados (localizada na Praça Antônio João) com 26 (vinte e seis) empreendedores individuais e 04 grupos, o maior número é de trabalhos manuais executados pelas mãos habilidosas das mulheres, como panos de prato, toalhas bordadas entre outros, e artesanais (trabalhos com reciclagem, pintura em tela, trabalhos em madeira, couro, argila, cerâmica). O espaço de comercialização desta loja é cedido pela prefeitura, o que não acarreta custos aos empreendimentos, motivo este que atrai muitos empreendimentos para expor nela.

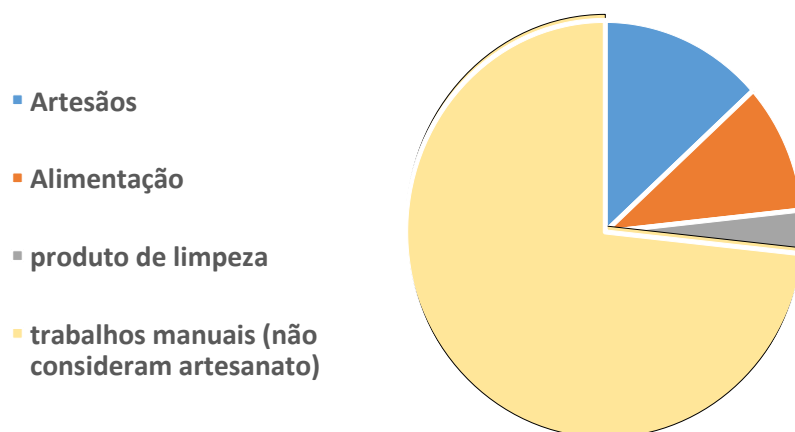
---

<sup>26</sup> Fonte: [www.bancopire.org.br](http://www.bancopire.org.br) (Acesso em 21/11/2015).

<sup>27</sup> Fonte: Portaria nº 1780 de 19 de novembro de 2014. Diário oficial da União. Seção 1 Nº 225, quinta-feira, 20 de novembro de 2014. Disponível em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam> (Acesso em 01/11/2016).



**Gráfico 5** - Distribuição dos EES de Dourados - loja do centro de Dourados (março/2016).



Fonte: SILVA, CAVALCANTE, VIEIRA, CENTENARO, 2016.

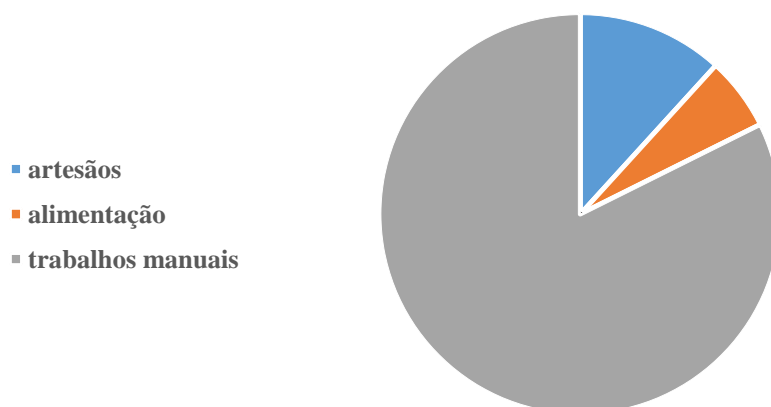
Produtos com características da região ou da cidade são encontrados na loja do centro de Dourados, em sua maioria realizados em argila ou cerâmica, pirogravados em couro ou madeira, pintados em guardanapos ou bordados em toalhas, com destaque ao trabalho dos (as) artesãos (ãs). Existindo ainda produtos alimentícios feitos artesanalmente e produtos de limpeza, portanto, há uma diversidade de produtos expostos na loja.

A loja do shopping Avenida Center (localizado na Avenida Marcelino Pires – Dourados), como demonstra a figura 04, conta com treze empreendimentos individuais, que desenvolvem trabalhos manuais, dois familiares e uma associação que trabalham com artesanato e alimentação, o espaço é alugado pelos empreendimentos o que acaba encarecendo os produtos e limitam o número de empreendimentos que expõem, pois se não venderem o suficiente para o pagamento do aluguel, os mesmos devem desembolsar esse recurso.

No mais os produtos são parecidos com a loja do centro, com o diferencial que nesta além dos produtos comuns, a loja comercializa licores feitos com frutas características do cerrado.

Como pode ser observado na figura abaixo:

**Gráfico 6** - Distribuição dos EES de Dourados – loja do Shopping Avenida Center (março/2016).



Fonte: SILVA, CAVALCANTE, VIEIRA, CENTENARO, 2016.

Importa destacar que esses espaços de comercialização buscam incluir no comércio local a lógica da economia solidária, apresentam produtos artesanais, alimentos, trabalhos manuais, produzidos e comercializados dentro dos princípios solidários.

Assim observou-se neste capítulo que a economia solidária nasce no Brasil, fruto da resistência dos trabalhadores (as) que vivenciaram, nos anos 80 e 90, grave crise econômica, com altos níveis de desemprego e encontraram na produção coletiva e solidária uma das alternativas de reação. Experiências de trabalhos coletivos começam a aparecer por todo o país, contando com o apoio de movimentos sociais, alas da igreja e universidades, a ascensão nos anos 2000 do partido dos trabalhadores no governo central, através da eleição de Lula, possibilitou que o movimento ganhasse novo impulso, com a criação da SENAES, que juntamente com os empreendimentos e apoiadores, realizaram ao longo dos dez anos, dois mapeamentos da economia solidária, possibilitando identificar os desafios e emergências do movimento.

No Mato Grosso do Sul, experiências de economia solidária existiam em alguns municípios, mas de maneira desarticulada em universidades, movimentos sociais como o MST, alas progressistas da igreja, desenvolviam atividades de formação e fomento de empreendimentos solidários. Mas foi a partir dos anos 2000 que o movimento ganhou nova dinâmica, promovida pela SENAES em parceria com o governo do Estado, movimentos

sociais e os empreendimentos solidários, o que ocasionou a formação da Rede Estadual de Economia Solidária, Fórum Estadual.

E em Dourados a economia solidária desenvolveu-se num momento político favorável, com significativo apoio e ações entre os anos de 2001 a 2008 dos agentes públicos, no caso a prefeitura, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), entidades (CPT, CEBI, CÁRITAS), universidades (UCDB, UFMS, UEMS e UFGD). Acertos ocorridos, como a implantação das lojas, criação de uma legislação própria, são conquistas que aconteceram via a Rede de Economia Solidária, Fórum Municipal. Além disto, a atuação dos movimentos sociais, com destaque para a ONG Mulheres em Movimento, foi o elemento determinante para o desenvolvimento da economia solidária e sua institucionalização, através dos mecanismos legais e dos fundos públicos.

A formação do Banco Comunitário de Desenvolvimento PIRÊ, através das ações da ONG Mulheres em Movimento, possibilitou aos empreendimentos uma opção solidária de microcrédito, com a circulação de moeda social contribui para o desenvolvimento local, incluindo a economia solidária do município nas finanças solidárias, se integrando a outros bancos comunitários através da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Com atividades de formação técnica e cidadã integrada aos financiamentos aos empreendimentos. Dificuldades de sustentação dos empreendimentos, a informalidade e a falta de políticas públicas de financiamento da economia solidária demonstram a urgência do aprimoramento das finanças solidárias entre os empreendimentos.

No próximo capítulo será analisado o papel do Banco Comunitário de Desenvolvimento Pirê e sua relação com os empreendimentos, considerando os impactos do acesso ao microcrédito solidário no seu desenvolvimento e a relevância de um Banco Comunitário de Desenvolvimento para a ampliação da economia solidária e da economia local. Desta forma, procura-se o objetivo principal desta pesquisa, o de verificar se o Banco Pirê contribuiu, e de que forma, para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários e seus efeitos no desenvolvimento local.

## **CAPITULO 3 – O BANCO PIRÊ: UM INSTRUMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.**

Este capítulo apresenta a história da formação do Banco Pirê, considera sua relação com a Associação Mulheres em Movimento, sua estrutura organizacional e as ferramentas utilizadas para sua gestão, divulgação e execução das políticas de microcréditos. Por fim, desenvolve a análise de tais dados através dos elementos relacionados à economia solidária, aos mecanismos financeiros e ao impacto no desenvolvimento local.

Nesse sentido, considerando a emergência da busca por alternativas que promovam o bem viver dos cidadãos, bem como sua inclusão social e econômica, através da economia solidária, a análise dessa nova dinâmica torna-se necessária, pois desde as primeiras experiências, tal prática tem se mostrado uma das alternativas para os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho e buscam trabalho e renda.

### **3.1. O Banco Pirê: História e Organização Institucional**

A Economia Solidária tem como alicerce a produção onde todos são iguais e com cooperação entre seus participantes, sendo esta uma das alternativas para a superação das desigualdades criadas pelo mercado capitalista. As ações de Economia Solidária geralmente são encontradas nos locais e com pessoas que foram marginalizadas pela sociedade do capital e ganha nuances e características conforme o local em que ocorrem.

Em Dourados, a economia solidária desenvolveu-se de forma difusa e fragmentada, envolvendo trabalhadores (as) de toda a cidade, que buscavam alternativa de geração de trabalho e renda, inspirados em outras experiências que aconteciam pelo Brasil e no mundo. Neste sentido, tanto no seu aspecto político de materialização de um espaço público voltado às necessidades locais quanto socioeconômico de apoio a produção do território, a economia solidária no município passa a articular o microcrédito produtivo e microcrédito para consumo em moeda social, primeiramente através da Associação Mulheres em Movimento e, posteriormente, através do Banco Pirê.

O Banco surge num momento da história em que os trabalhadores (as) do município já possuíam alguma estrutura com a economia solidária e havia a necessidade de consolidar a produção, circulação e comercialização dos produtos solidários, inserindo-se na dinâmica local e nacional.

A criação do Banco Pirê ocorreu em 2006, período em que surgiram outros dois bancos no estado: em Anastácio emerge o Banco Pantanal e em Ponta Porã, no assentamento Itamaraty, o Banco Ita. Para a emergência destes, fatores como a mobilização popular, a tradição organizativa, o diálogo entre a economia solidária da cidade (empreendimentos) e seus apoiadores como SENAES, Rede Brasileira de Bancos Comunitários e o Fórum Municipal de Economia Solidária foram fundamentais.

Em Dourados, em 2004, nasce a Associação Mulheres em Movimento, a partir de pessoas da comunidade e das religiosas, Lenita Grippa e Neusa Grippa, da Congregação Católica Irmãs Catequistas Franciscanas e contribuiu com apoio e ações de Economia Solidária na cidade. Tais ações concentravam-se em articular e participar da Rede de Economia Solidária, com assessoramento técnico e financeiro, além da formação cidadã aos empreendimentos solidários. Inicialmente os recursos da ONG vieram de uma doação feita por uma das jovens missionárias franciscana, o que mobilizou, posteriormente, outros doadores voluntários. Através desses recursos iniciais foram desenvolvidos os primeiros créditos solidários aos empreendimentos com o intuito de aumentar os empreendimentos na cidade e consolidá-los. Vale destacar que os empréstimos não eram feitos indiscriminadamente já que havia algumas regras importantes para que os empreendimentos pudessem acessá-los, entre estes a participação nas reuniões da Rede de Economia Solidária era fundamental.

A Associação Mulheres em Movimento tem sua ação pautada nos princípios da Economia Solidária e, em 2006, contribuiu na organização do Banco Pirê para continuar e aprimorar a promoção do microcrédito aos empreendimentos, articulou o acesso ao sistema financeiro de trabalhadores (as) considerados excluídos do sistema convencional de crédito e, através deste trabalho, promoveu ganhos sociais e econômicos aos atores daquele local, de maneira que promovessem seu desenvolvimento.

A sobreposição da atuação da Associação com o Banco Pirê, já que ambas utilizavam o mesmo espaço físico e a colaboração das mesmas pessoas, frequentemente tem gerado certa confusão, principalmente para as pessoas externas. O que levou a necessidade de se promover encontros de formação com o intuito de esclarecer, principalmente para os empreendimentos que necessitavam de acesso aos benefícios possíveis do banco.

Após o surgimento do banco, a associação manteve suas atividades voltadas à formação e ao apoio aos empreendimentos de economia solidária com suporte à Rede de

Economia Solidária, agora como articuladora política do Movimento e apoiadora na formação cidadã. A Rede transferiu sua atuação em finanças solidárias para o banco, que passa a atuar com suporte financeiro tanto para empreendimentos solidários, quanto para a comunidade do seu entorno, oferecendo quatro serviços, o fundo de crédito solidário, a moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.

Esses serviços além de promoverem maior dignidade e autoestima aos trabalhadores (as) excluídos permitem que, através do microcrédito, possam comprar, minimamente, alimento, gás, material escolar ou matéria prima, dentre outros. Importa destacar que o banco articula ao mesmo tempo a produção, comercialização, financiamento e capacitação daqueles que buscam crédito.

Para tanto, o Banco Pirê, assim como os demais bancos comunitários, seguem regras de funcionamento que são derivadas das leis do Banco Central do Brasil em virtude de não possuírem um marco regulatório próprio. Neste sentido, tais regras se baseiam em:

[...] Para operar Crédito Produtivo, com uma carteira própria, a entidade Gestora do Banco Comunitário deve ter o título de OSCIP de Microcrédito, ou estar conveniada com uma entidade que já possua esse título. (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMPO/ LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005).

Os Bancos comunitários que não tenham título de OSCIP, só devem operar crédito produtivo com juros no valor máximo de 1% ao mês (Lei da Usura de 07 de abril de 1933).

Alguns bancos comunitários operam crédito produtivo em parceria com os bancos públicos (CAIXA, BB, BNDES, BASA e outros). Nesse caso o próprio banco público esclarece quanto às normas a serem seguidas.

b) A Emissão de Moedas Sociais Locais Circulantes, própria dos Bancos Comunitários, deve ter por princípio as seguintes orientações: i) ser lastreada em moeda nacional (real), ii) ser indexada ao real, iii) permitir o câmbio (moeda social x real x moeda social), iv) ter circulação restrita ao território de atuação do Banco Comunitário (não mais que 60.000 hab.), v) ser de livre aceitação pelos moradores e comércio local. E mais: vi) não deve ser cobrado juros para empréstimo em moeda social, vii) na frente da moeda deve ter o nome e endereço da entidade gestora do banco, viii) no verso da moeda deve ter um texto explicativo de que se trata de um “bônus” que promove o desenvolvimento local e de uso exclusivo para troca de produtos e serviços na comunidade.

c) Migrossseguros só podem ser vendidos se tiverem registro na SUSEP, portanto o Banco Comunitário só pode vender microsseguro em parceria com uma seguradora e uma corretora autorizada.

d) O Banco Comunitário pode atuar, também, como Correspondente Bancário. Para isso deve procurar uma agência mais próxima da CAIXA ou Banco do Brasil. O próprio banco (CAIXA ou BB) dará as orientações necessárias de como proceder para ter acesso ao correspondente e capacita o Banco Comunitário nos serviços que irão ser oferecidos à população (BANCO PALMAS, 2016<sup>28</sup>).

---

<sup>28</sup> Fonte: Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/comoimplantarumbancocomunitario>. (Acesso em 03/04/2016).

Assim pela ausência desse marco regulatório, os Bancos Comunitários possuem a necessidade de se vincularem a uma entidade gestora, que irá responder legalmente pelo funcionamento. No caso do Banco Pirê essa entidade é a ONG Mulheres em Movimento. Esta ligação, ainda que necessária, não retira a autonomia do banco, visto que sua constituição e estruturação se dão de maneira autogestionária, tornando-o responsável direto por suas ações.

A obrigatoriedade desse vínculo não permite que o banco possua um estatuto próprio, existe desta forma um Termo de Referência utilizado por todos os Bancos Comunitários pertencentes à Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Neste termo se destaca as características importantes que devem ser contempladas por esse tipo de organização, dentre elas: a comunidade é gestora e proprietária do mesmo; possuem duas linhas de crédito (uma em reais e outra em moeda social); linhas de crédito que estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; apoiam as estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização, dentre outros); o local de atuação é caracterizado pela exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social; deve estar voltado, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias; e, finalmente, sua sustentabilidade está na obtenção de recursos para a utilidade social de suas práticas (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006).

Este termo de referência orienta a atuação do banco que através de suas ações busca promover o desenvolvimento do bairro no qual está inserido, valoriza a produção e comercialização local, com o fomento à criação de redes de produção e consumo, apoia as iniciativas de economia solidária em diversas áreas: empreendimentos de produção, prestação de serviços, bem como na comercialização, através das feiras, lojas, dentre outras. Essas ações possibilitam gerar uma nova dinâmica capaz de envolver os trabalhadores (as) daquele local, de maneira que “reorganiza as economias do bairro, criando uma rede local de produtores e consumidores, ou seja, estimula as pessoas a produzirem e a consumirem na própria comunidade, criando um círculo financeiro gerador de desenvolvimento local” (SEGUNDO e MAGALHES, 2005, p. 11).

Ao apropriar-se de tal conhecimento, os envolvidos passam a transmitir para aqueles que fazem parte do seu círculo de convívio, ampliando o número de participantes do movimento, ou até mesmo de novos empreendimentos, o que os torna em agentes de desenvolvimento local, ou seja, fortalecem e desenvolvem dimensões que para Mattos (2010) são: a dimensão econômica, pela capacidade de gerar renda e provocar uma organização

local; a dimensão social, quando envolve atividades econômicas num contexto social que possibilita o aparecimento de relações associativas; e a dimensão política, que traz as pessoas da comunidade para discutir e se articular para os problemas do local onde vivem.

E para que essas ações acontecessem de maneira articulada, os princípios de Economia Solidária foram os elementos norteadores do diálogo permanente entre os empreendimentos em que se compartilha a gestão (controle social de todos e mais democracia) e Associação Mulheres em Movimento e o Banco Pirê.

Assim para acompanhar os empreendimentos e fazer a gestão do banco, a organização contava com duas sedes, uma no bairro Vila São Brás e a outra no centro da cidade, na rua Joaquim Teixeira, 2000. A sede do centro estava mais próxima das lojas de economia solidária, o que facilitava o contato com os empreendedores, bem como a participação em reuniões ou eventos de economia solidária que aconteciam na cidade. Já a sede localizada no bairro estava em contato direto com as demandas locais e promovia ações como encontros de formação, cursos técnicos e visitas aos grupos já existentes, bem como a organização e movimentação do banco.

Apesar disto, os representantes do Banco tinham dificuldades em estar presente em todas ações demandadas pelo movimento e em responder às expectativas dos envolvidos com a economia solidária, além de uma sobrecarga de trabalho para as pessoas da gestão (duas pessoas), que possuía a missão de acompanhar os grupos, pois se revezava entre os dois espaços, considerando a atuação do banco e as visitas aos empreendimentos, além da preparação dos encontros de formação e atividades de expansão política do movimento (reuniões do Fórum, da Rede, do Conselho de Economia Solidária, entre outras). Desta forma o que era pra ser uma atuação de referência em economia solidária na cidade, passou a ser somente mais uma atividade, dentre inúmeras outras.

Como princípio, o banco buscava uma gestão participativa, com membros moradores da comunidade, mas a ausência de remuneração não permitia a participação em tempo integral, concentrando o trabalho naqueles que estavam liberados para a gestão.

Além disto, a manutenção do Banco estava condicionada a recursos captados em projetos e doações, o que, em muitos momentos, causou transtornos, pois tal dependência gerou dois agravantes relacionados à redução da equipe e ao fechamento, em 2016, de uma das sedes.



Importa observar que essa limitação de captação de recursos expõe uma fragilidade do banco, pois, devido aos poucos recursos disponíveis, os microcréditos disponibilizados se caracterizam por pequenos valores e em poucas linhas de créditos.

Apesar da existência de recursos escassos as atividades do banco se mantêm devido à solidariedade dos trabalhadores (as) que apoiam a economia solidária, contribuem com pequenas doações e a atuação daqueles (as) que acessam crédito no banco e respeitam os prazos de pagamentos, o que possibilita a continuidade do sistema.

A atuação do banco se caracteriza pela oferta de linhas de crédito para diferentes ações, tais como financiamentos para geração de renda, bem estar e consumo, distribuídas em quatro modalidades de produtos e serviços, como se pode observar no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Políticas e Linhas de Crédito.**

LINHAS DE CRÉDITO	CRITÉRIOS	VALORES	JUROS	PARCELAS
GERAÇÃO DE RENDA	ser morador do território;	até R\$ 1.500,00	2% ao mês	até 12 meses
	Apresentar 2 pessoas como testemunhas;			
	documentos (RG, CPF, comprovante de residência) orçamento do material ou equipamento			
BEMESTAR Pequenas reformas	ser morador do território;	até R\$ 1.000,00	2% ao mês	até 10 meses
	Apresentar 2 pessoas como testemunhas;			
	documentos (RG, CPF, comprovante de residência) orçamento do material de construção feito pelo comercio local.			
CONSUMO EDinheiro Pirapirê	ser morador do território de abrangência do Banco Pirê	1° R\$ 50,00	0%	até 3 parcelas
	documentos (RG,CPF, comprovante de residência)	2° R\$ 100,00		
		3° R\$ 150,00		

Fonte: Banco Pirê, 2016 (Elaboração da autora).

Como se pode observar, a linha de crédito para Geração de Renda é a que possui o maior valor para financiamento, pois pode ser destinado para novos empreendimentos ou para os já existentes que necessitem de recursos para compra de matéria prima, maquinas ou equipamentos, com o prazo de 12 meses para o pagamento.

E a linha de crédito relacionada ao Bem-Estar está disponível tanto para empreendimentos quanto para moradores (as), destinando-se a melhorar as suas condições de moradia ou dos empreendimentos, podendo ser usada para pequenas reformas. Já a linha de crédito para Consumo, consiste em empréstimos para pequenas compras como material escolar, gás, dentre outras, sendo acessível a todos.

Vale destacar que para cada linha existem critérios estabelecidos, entre elas, para amenizar os atrasos e inadimplência é solicitado que aqueles que buscam tais linhas

apresentem um familiar como testemunha para avaliar tal empréstimo, ainda em todas as linhas de crédito é dado um prazo máximo de carência de 30 dias e nas linhas de crédito em real há um acréscimo de 3% por mês em caso de atraso.

Para realizar esses financiamentos nas linhas de crédito acima o banco utiliza-se de quatro modalidades de produtos e serviços financeiros, que se referem à:

- I) Moeda Social circulante local (Pirapirê e E-Dinheiro)
- II) Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- III) Crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros;
- IV) Fundo Solidário;

A circulação da moeda social permite um empoderamento das pessoas do local onde circula, fortalecendo o comércio local, pois os trabalhadores (as) priorizam gastos nesse comércio, o que também pode significar um aumento no número de empregos. Tudo isto pode gerar um ciclo virtuoso, provocando um efeito em cadeia de crescimento da produção e comércio local. Vale observar que mantém uma relação de paridade com o real, ou seja, um (1) pirapirê equivale a um (1) real e como a emissão de novas moedas somente pode ser feito pelo Banco Central, a impressão da moeda social possui um caráter ilustrativo e simbólico da inclusão social que, através de transações financeiras, compartilha os princípios da reciprocidade, solidariedade entre outros.

Nesta mesma modalidade, em 2016, o Banco Pirê passou a operar uma nova ferramenta solidária, a moeda social eletrônica (E-Dinheiro), que se constitui num instrumento criado para incorporar ao sistema os que possuem um aparelho celular com linha ativa, ampliando o público alvo e os limites territoriais do banco comunitário, mas que mantém a riqueza gerada direcionada a sua origem.

O E-Dinheiro foi desenvolvido dentro de uma dinâmica que busca aprimorar as técnicas de gestão dos Bancos de maneira a torná-los mais sustentáveis aprimorando a circulação. Para cada operação de pagamento de boletos bancários efetuados pelo sistema E-Dinheiro, há um acréscimo de tarifa que pode variar entre R\$ 1,00 a R\$ 20,00 dependendo do valor do boleto, este recurso é partilhado em partes iguais entre o Banco Pirê e o gestor do programa, no caso o Instituto Banco Periferia. Como essa nova ferramenta ainda é muito recente, há pouca adesão e não reflete nas finanças do Banco.

Nas modalidades II e III, que se referem a crédito para financiamento de empreendimentos e/ou para o consumo pessoal e familiar, é necessário que o empreendimento ou trabalhador (a) que solicita tal recurso descreva em um projeto no qual indique a finalidade

do recurso, a forma de pagamento e quem será o responsável. Após isto, ocorre a análise de tal solicitação por uma equipe denominada de “CAC” (Comitê de Análise de Crédito), que se encontra mensalmente e é formada por moradores (as) do bairro, e que dá o parecer final sobre tal empréstimo.

Para amenizar os atrasos e a inadimplência, todas as linhas de crédito possibilitam um prazo de carência, permite a rotatividade do financiamento. Vale destacar que, em todas as modalidades, um dos critérios fundamentais é a apresentação de um familiar como testemunha, o que promove o diálogo entre familiares para buscar tais créditos.

Outra modalidade ofertada é o fundo solidário, formado em 2015, com o objetivo de gerar uma poupança comunitária em que a gestão coletiva fortaleça e contribua para a sustentabilidade da comunidade. Como os recursos do banco são escassos, a formação deste fundo passou a ser mais um instrumento importante para arrecadação de fundos, visto que por via deste é possível receber recursos de múltiplas fontes como: doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados, prestação de serviços, dentre outros (BANCO PIRÊ, 2016).

A dinâmica dessa modalidade consiste na participação popular dos associados, que contribuem mensalmente com o valor de R\$ 10,00 (dez reais) e tal recurso serve para manter o fundo e é disponibilizado para todos (as). No caso de inadimplência o/a associado (a) só poderá ter acesso ao crédito no momento em que regularizar suas mensalidades.

A gestão do Fundo Solidário ocorre através do “Conselho Gestor” que discute e administra o fundo, sendo composto por dois representantes do Banco Pirê e três sócios do fundo, eleitos por um período de um ano em assembleia geral da entidade. Os associados tem contato permanente com as ações do fundo, através de reuniões ou assembleias que ocorrem a cada dois meses com o conselho gestor. Ainda nesse espaço democrático a troca de experiências e momentos de formação cidadã contribuem para o fortalecimento do grupo, a transparência e a efetividade do fundo.

No entanto, a participação dos associados nesses encontros ainda é baixa devido a inúmeros fatores relacionados à conscientização, a cultura política, a disponibilidade de tempo e a dinâmica organizacional, dentre outros.

Além disto, vale destacar que a adesão de novos sócios ao fundo somente pode ocorrer através da indicação por um dos sócios integrantes, o que transfere a responsabilidade para o associado, assim a gestão passa a ser participativa, onde todos são gestores, destacando um dos princípios da economia solidária, a autogestão.

Desta forma, nota-se que há, nessas modalidades de serviços ofertados pelo banco, uma relação com os princípios norteadores da economia solidária como a autogestão, reciprocidade, respeito ao próximo, dentre outros, tornando as relações financeiras mais humanas e sensíveis à realidade, com o intuito de promover o desenvolvimento local.

Além disto, deve-se destacar a participação feminina que além de desempenhar o trabalho produtivo, aquele que se refere à produção para o consumo doméstico, ainda desempenha atividades geradoras de rendimentos, como destacam Narciso e Henriques (2008), em ações promovidas pela economia solidária de Dourados e na manutenção das atividades do banco, como apoiadoras ou como empreendedoras. Neste sentido, nas visitas em loco ou nas participações das reuniões, as mulheres sempre são a maioria, o que também pode ser observado nos números analisados na sequência deste trabalho. Isto demonstra a importância da participação feminina no processo de desenvolvimento da economia solidária e local, pois as mulheres possuem uma capacidade incrível em conciliar as atividades de empreendedoras para a geração de renda com as atividades do lar; sendo que tal ação é campo profícuo para novos estudos.

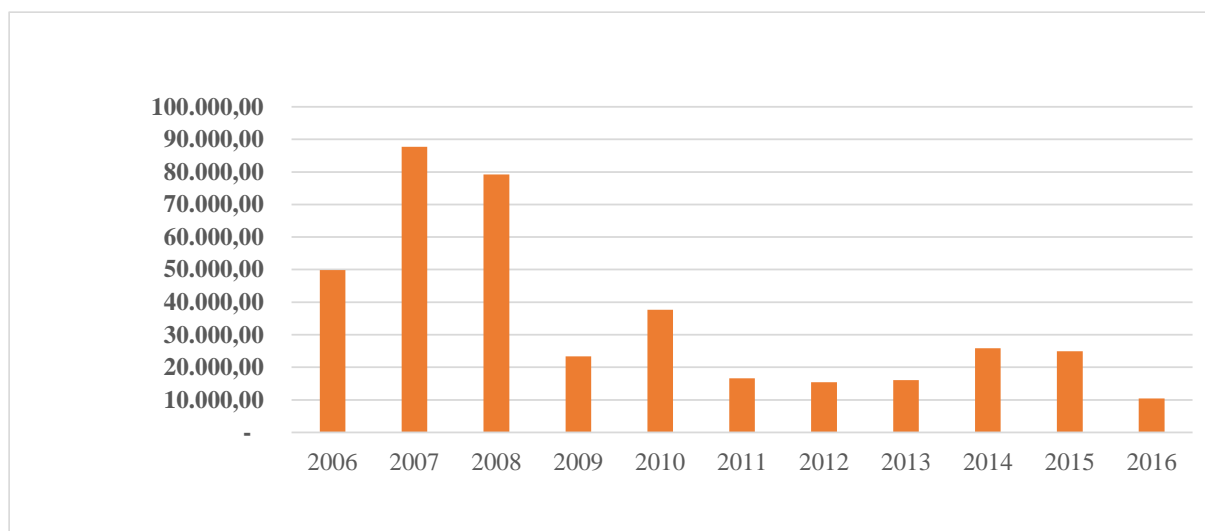
Para dar continuidade ao aprofundamento desse estudo sobre o Banco Pirê, a seguir é apresentada uma nota metodológica com o intuito de promover um entendimento da coleta de dados e da forma como se procedeu a sua análise presente nos gráficos, nas tabelas e no instrumental analítico posterior.

### **3.2. Banco Pirê: uma ferramenta para o desenvolvimento local**

Ao longo de sua existência, o banco Pirê procurou desenvolver e apoiar os instrumentos das finanças solidárias com o intuito de criar novos empreendimentos e contribuir com manutenção dos já existentes. O microcrédito solidário antes oferecido pela Associação Mulheres em Movimento, como destacado em capítulos anteriores, foi incorporado pelo trabalho do Banco Comunitário, que inseriu a cidade na dinâmica nacional de desenvolvimento dos Bancos Comunitários, relacionados à economia solidária e ao crédito.

Neste sentido, reafirma-se o princípio da cooperação como elo para promover o desenvolvimento, como Frantz (2003) já apontava a cooperação nasce da articulação e associação dos trabalhadores (as) que se unem por interesses e necessidades comuns, fortalecem os instrumentos com vistas ao alcance de objetivos e resultados normalmente de ordem econômica. Para tanto, pode-se observar que o banco desenvolveu um importante trabalho de financiamento solidário, cujos valores e sua dinâmica podem ser observados no seguinte gráfico:

**Gráfico 7** - Distribuição de valores financiados pelo do Banco Pirê (2006-2016).



Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração da autora).

Vale destacar, no gráfico acima, que o movimento total de financiamentos do período estudado foi de R\$ 387.351,11 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e onze centavos). O que parece pouco quando leva-se em consideração o tempo de existência do mesmo, os mecanismos de arrecadação de recursos e os critérios de acesso, pois sendo um banco comunitário, sem marco legal, o mesmo consegue financiar empreendimentos para aquisição de máquinas e equipamentos ou mesmo matéria prima, emprestando pouco, o que facilita a devolução. Assim os poucos recursos multiplicam-se no seu papel de apoio e fomento à economia solidária.

Mesmo assim observa-se que, entre 2006 a 2008, foram os anos que tiveram o maior volume de empréstimos, fato este provavelmente ligado ao processo de formação de novos empreendimentos a partir do curso promovido pela prefeitura chamado de “Qualificação para o Trabalho”, com apoio da Associação Mulheres em Movimento, que gerou demanda para compra de equipamentos e matéria prima com o intuito de começar alguma atividade de geração de trabalho e renda.

Surge a opção de recorrer ao apoio da economia solidária, o que para alguns foi fundamental, pois estavam desempregados (as) e não possuíam nem condições e nem recursos para empreender. Há também aqueles que já trabalhavam na economia solidária e não conseguiam apoio financeiro para o aprimoramento e ampliação da produção. A informalidade restringia o acesso aos bancos públicos e privados na busca por financiamentos para tal fim, o que normalmente era difícil e complicado de se conseguir, quando não inviáveis.

Nos anos seguintes o volume de financiamentos vai reduzindo-se consideravelmente, pois muitos empreendimentos que iniciaram motivados pelos cursos, no meio do caminho encontraram dificuldades comuns do mercado na gestão e comercialização, o que fez muitos (as) desistirem e voltarem ao mercado comum de trabalho e os que continuaram acessando o Banco passam a enfrentar critérios mais rigorosos para acessá-los, pois começou a crescer o volume de inadimplência e o com poucos recursos disponíveis, era necessário implantar regras que atenuassem esse problema.

Essa redução demonstra a fragilidade do movimento de economia solidária, bem como da gestão do Banco Pirê no sentido de acompanhamento mais pontual e próximo dos empreendimentos, ao ponto de perceber tais fragilidades e intervir a tempo de salva-los. Ainda transparece uma ausência de participação e diálogo entre os empreendimentos na Rede de Economia Solidária, visto que, a mesma deveria desempenhar o papel de interlocutora desses problemas para os empreendimentos. Pode-se considerar o valor total pequeno, quando se olhado isoladamente, mas devido aos fatores que já foram mencionados, como ausência de marco legal e outras fontes maiores de recursos, o número de 366 empreendimentos que foram beneficiados, para a economia solidária enquanto instrumento de desenvolvimento local foi significativo, apesar de seus impactos ficarem restritos ao fomento da economia solidária, não surtiu efeitos visíveis na infraestrutura dos bairros ou da cidade.

O crescimento no volume de financiamentos destinados ao consumo solidário, em 2010, impacta na qualidade de vida das pessoas do bairro, mesmo que tal aumento tenha ocorrido entre outros fatores, devido à elevação dos níveis de desemprego<sup>29</sup>, ou seja, mesmo que o número de empreendimentos tenha sofrido uma redução, conforme demonstram os mapeamentos, muitos continuaram a utilizar o banco para buscar apoio financeiro para suas famílias.

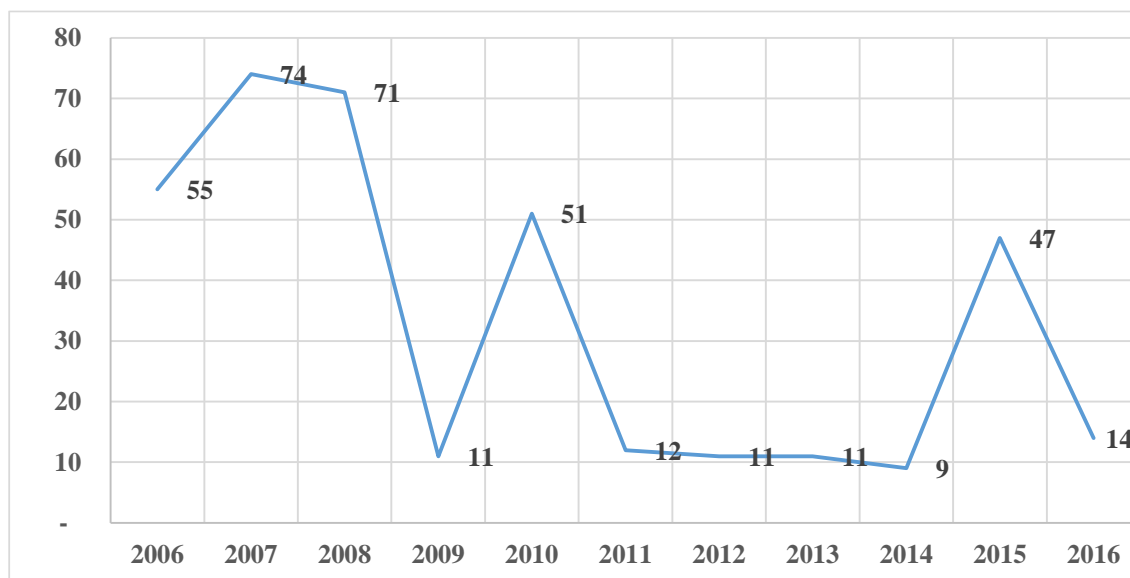
Importa destacar que independente de para qual é o fim desses financiamentos (para matéria-prima, máquinas e equipamentos, consumo) o número de empreendimentos que recorreram denota uma confiança nos produtos e serviços oferecidos pelas finanças solidárias, visto que, os valores das prestações condiziam com sua realidade de pagamento, o tempo para devolver tais empréstimos facilitava o controle das famílias, ainda a relação de confiança entre o Banco Pirê e a comunidade são fatores importantes enquanto mecanismo capaz de promover o desenvolvimento local.

---

<sup>29</sup> Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores>. (Acesso em 03/05/2017).

Neste sentido, o gráfico abaixo nos permite visualizar a dinâmica de acesso e desenvolvimento dos empreendimentos:

**Gráfico 8** - Empreendimentos que acessaram o Banco Pirê (2006-2016).



Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração da autora).

Antes de 2006, os empreendimentos de economia solidária contavam com a Associação Mulheres em Movimento caso precisassem de algum recurso para empreender, com a fundação do Banco Pirê, que coincide com os cursos de qualificação promovidos pela prefeitura e o qual a associação era parceira, fez surgir novos interessados em empreender e como a prefeitura somente fornecia os cursos, muitos foram em busca do apoio financeiro junto ao banco, o que explica tal elevação desses números de empreendimentos entre 2006 e 2007.

Fatores como o momento político da economia solidária, em âmbito nacional, que teve um crescimento significativo, entre 2006 e 2008, incentivaram o surgimento de novos empreendimentos, geraram um boom de empreendimentos solidários, destacado no primeiro mapeamento de economia solidária, que podem ter contribuído para a existência de mais empreendimentos com financiamentos nos anos iniciais do banco.

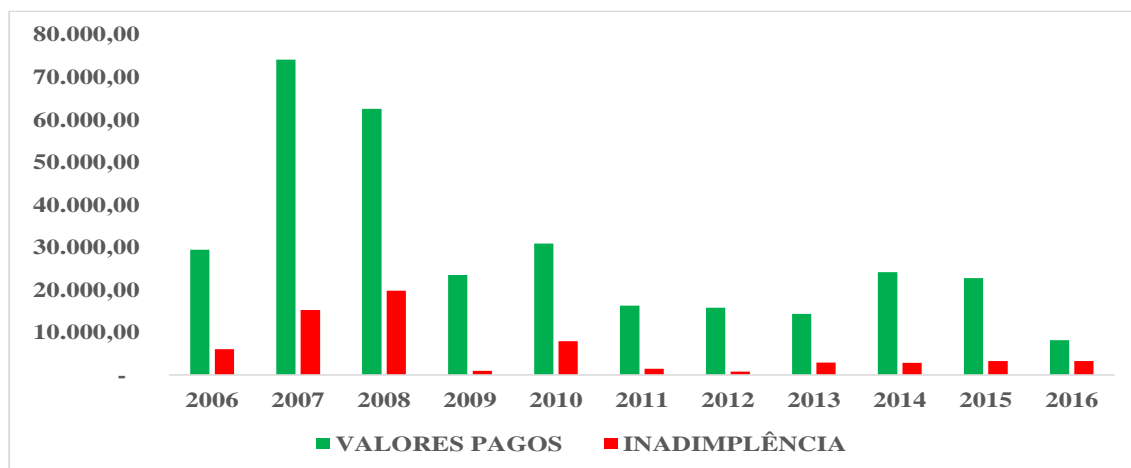
Os outros dois picos no número de empreendimentos que buscaram o Banco ocorreram em 2010 e 2015, podem ser justificados pelo aumento do desemprego nesses períodos e o encerramento de alguns empreendimentos coletivos, o fez com que muitos passassem a produzir individualmente ou em família, aumentando tal financiamento.

Outro elemento refere-se ao montante emprestado, que agora passa a ter valores menores com um grau de liquidez maior, ou seja, os valores retornam mais rápido e possibilitam emprestar para maior número de grupos ou cidadãos, maximizando os valores emprestados, pois se conseguiu atender uma parcela maior de empreendimentos com menos recursos. Neste sentido, houve investimentos desses trabalhadores (as) em seus lares e alguns casos na própria manutenção da família, o que possibilitou um fortalecimento da autoestima de muitos e o não abandono da economia solidária, tal perspectiva impediu esses grupos/cidadãos de ingressarem na fila do desemprego, com impacto no desenvolvimento local, mesmo que pouco significativo.

Desta forma, foi possível constatar que, não houve uma linearidade, ao longo dos anos, no número de empreendimentos que buscava tal apoio, sendo os três primeiros anos os que mais tiveram empreendimentos com acesso ao banco. Isto pode ser justificado pelas políticas iniciadas do governo central e políticas inclusivas da prefeitura de Dourados (cursos de qualificação), que promoveram o surgimento de novos grupos e motivação para a manutenção dos já existentes. Mas as reduções que ocorreram nos anos seguintes, justificam-se pelo encerramento de muitos empreendimentos, como o mapeamento de 2013 demonstra, derivadas da diminuição ou encerramento de apoios vindos tanto do governo central, quanto dos governos locais, para empreender e comercializar.

Como descrito anteriormente, os recursos sempre foram limitados, o que determinava uma preocupação constante com os retornos dos empréstimos, a denominada liquidez. Tal fato é importante por permitir uma rotatividade entre aqueles que buscavam tais serviços, possibilitando um maior usufruto das finanças solidárias. Neste sentido, a liquidez do Banco Pirê pode ser observada no seguinte gráfico:

**Gráfico 9** - Liquidez dos financiamentos do Banco Pirê (2006-2016).



Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração da autora).



Pode-se observar que o volume de devedores é crescente entre 2006 e 2008 e segundo relatório do Banco (2009) e a afirmação de Neusa Grippa, provocou uma série de ajustes nos critérios de acesso com o intuito de reduzir a inadimplência, pois “antes deixávamos mais solto, muitos esqueciam as datas de pagamento, ou não voltavam para devolver” (NEUZA, 2017), o que impactava no saldo para promover novos empréstimos. No gráfico pode-se observar que tais ajustes surtem resultado e a inadimplência se reduz significativamente.

Em 2010, a inadimplência volta a crescer, devido ao crescimento do desemprego, conseguiram honrar empréstimos pequenos naquele ano, pois muitos que buscaram empréstimos possuíam empregos formais e buscaram esses empréstimos para complementar a renda, que foram renegociados nos anos seguintes, fechando o período somente com 17% de inadimplência contra 83% de liquidez.

Neste sentido, convém observar que do total dos financiamentos no período, cerca de R\$ 387.351,11 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e onze centavos), apenas encontram-se inadimplentes atualmente cerca de R\$ 64.968,21 (sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais, vinte e um centavos), devido às inúmeras renegociações ocorridas com um resultado adequado.

Além disto, pode-se destacar o compromisso daqueles que emprestaram do Banco em devolver esse recurso, facilitado pelo fato dos mesmos serem parcelados em pequenos valores o que não dificulta seu pagamento e as cobranças são feitas pessoalmente pelos agentes do Banco, sem correspondências ou ameaças de comprometer o nome. Dos empreendimentos que compõem o saldo devedor, constata-se que quase todos já fecharam, isso dificulta sua localização e a cobrança, existindo casos de empréstimos feitos sem a observância de todas as normas ou que tal dívida tenha atingido familiares que, no entanto, não possuem recursos para sua quitação.

Quanto à finalidade dos empréstimos, pode-se observar uma multiplicidade de razões e atribuições, conforme o gráfico abaixo:

**Quadro 3 - Finalidades de financiamentos do Banco Pirê (2006-2016).**

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	total
REFORMA-CONSTRUÇÃO	0	0	-	0	-	-	1	-	-	8	3	12
MATERIA-PRIMA	24	43	40	5	17	5	1	4	3	4	4	150
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	26	25	28	4	7	-	6	1	3	6	3	109
CAPITAL DE GIRO	0	2	2	1	-	6	2	5	-	6	-	24
RENEGOCIAÇÃO	4	2	1	0	-	-	-	-	-	-	-	7
COMPRA DE MOTO	1	1	0	1	-	-	1	-	-	-	-	4
COMPRA DE CARRO	0	1	0	0	-	-	-	-	2	-	-	3
FORMAÇÃO DE EQUIPE	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	0
CONSUMO SOLIDARIO					27	1	-	1	-	23	4	56
IMOVEL									1	-	-	1
<b>total de empreendimentos</b>	<b>55</b>	<b>74</b>	<b>71</b>	<b>11</b>	<b>51</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>47</b>	<b>14</b>	<b>366</b>

Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração da autora).

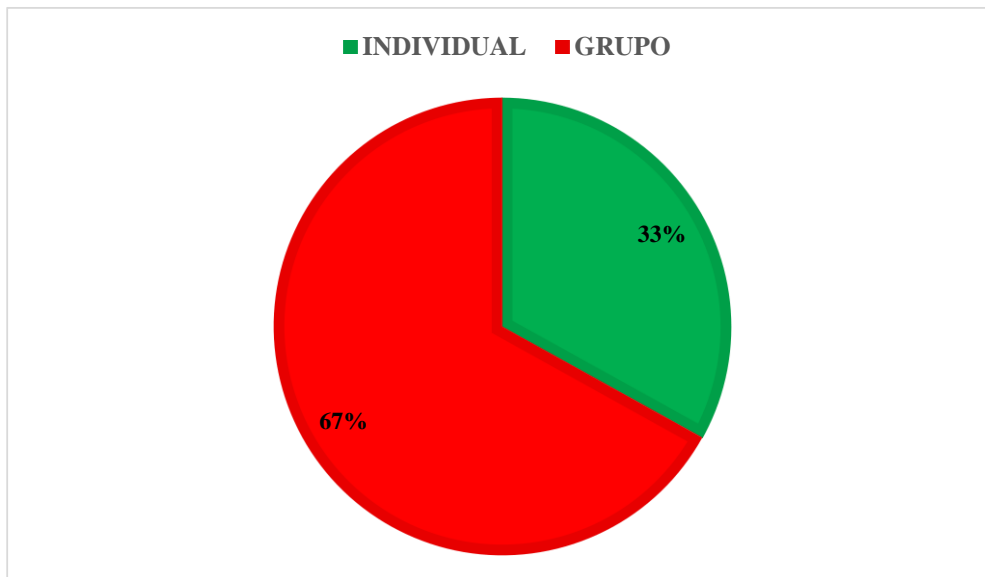
No quadro acima podemos constatar que, entre 2006 a 2008, ocorreu um maior número de financiamentos para a aquisição de equipamentos e matéria-prima, destinados tanto para iniciar uma atividade produtiva como para aumentar o volume produzido. Isto ocorre, provavelmente, pelas dificuldades que os empreendimentos possuem para acessar os bancos tradicionais, pois em sua maioria são grupos informais. Já nos anos seguintes ocorre uma redução de acessos para essas finalidades sem o deslocamento para outros fins, o que pode indicar o fechamento de alguns empreendimentos ou mesmo a desistência na utilização dos serviços do Banco, pois, a partir de 2008, os critérios de liberação de crédito tornam-se mais rigorosos para evitar a inadimplência, desmotivando os mesmos.

Além disto, o aparecimento, em 2010 e 2015, de financiamentos destinados para o consumo, provavelmente demonstra uma mudança no perfil dos usuários do Banco que, como apontava o mapeamento de 2013, ocorre uma redução dos empreendimentos em todo o Brasil e em Dourados. Isto indica que quem emprestava para empreender no coletivo, agora passam a emprestar individualmente tanto para desenvolver alguma atividade produtiva, como para outras finalidades, tais como melhorar as condições de moradia e de vida.

Assim vale destacar que a ocorrência desses empréstimos para consumo não demonstra um enfraquecimento nas atividades de economia solidária, mas uma mudança de perfil, pois muitos trabalhadores (as) continuam a produzir algo (artesanatos, trabalhos manuais), agora não mais em grupos coletivos, mas de forma individual e somente a comercialização passa a ser no coletivo, quando utilizam as lojas solidárias para as vendas, neste caso a gestão dessas lojas acontecem de forma participativa e autogestionária, com a participação de todos que possuem produtos expostos.

Outro aspecto relevante do trabalho do Banco refere-se ao equilíbrio entre o caráter individual ou coletivo dos empréstimos realizados. Neste sentido, o gráfico seguinte demonstra que:

**Gráfico 10** - Distribuição dos financiamentos por grupo (2006-2016).



Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração da autora).

Ao observar o gráfico nota-se que a economia solidária em Dourados possui algumas peculiaridades no perfil dos trabalhadores (as). Dentre estas, está o fato de que a maioria dos empréstimos, cerca de 67% dos contratos, se referem a ações coletivas, indicando o trabalho de cooperativas ou associações de produção ou comercialização. No entanto tais grupos possuem um caráter familiar, pois segundo a equipe gestora do Banco, representada por Neide Castilho, esses grupos são, geralmente, formados por membros da própria família, tendo a participação das mães, filhos, avós e companheiros (as). Assim por serem grupos familiares, a formação de uma associação ou cooperativa torna-se mais difícil, pois não ocorre uma abertura para a participação de outros membros que não sejam da própria família e como são pequenos grupos, os ganhos sempre são pequenos e irregulares, dificultando a formalização.

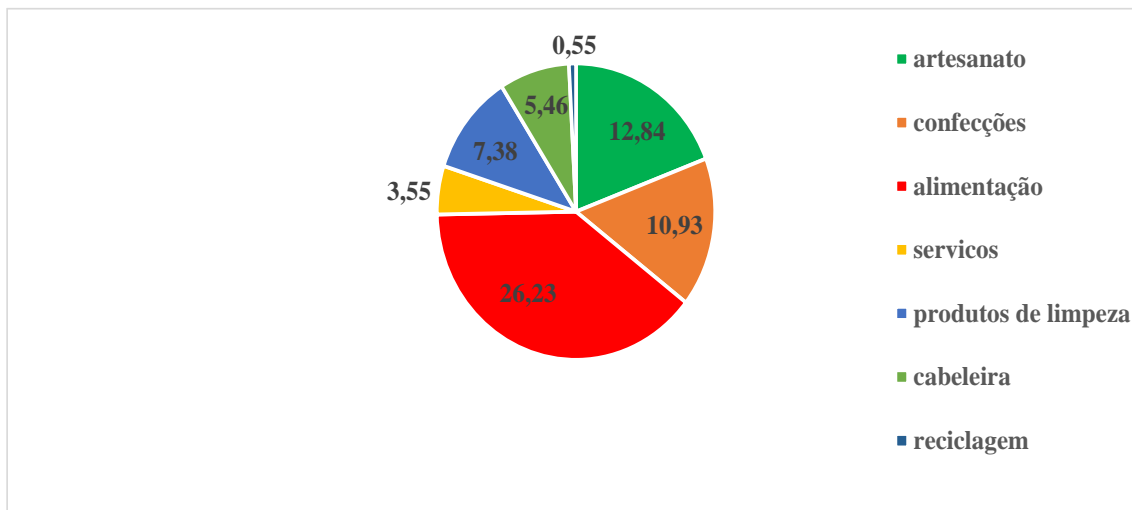
O grupo que desenvolve sua produção individualmente representa 33% do total dos contratos analisados, embora a comercialização possa inseri-los numa perspectiva coletiva. Vale destacar que, nesse grupo, os nomes que aparecem nos contratos solicitados são, em sua maioria absoluta de mulheres que, em muitos casos, fazem trabalhos manuais para comercializar nos espaços solidários, de maneira que conseguem quitar tais empréstimos. Mesmo com a importância que esse grupo possui para o conjunto da economia solidária, a

ausência da prática de alguns princípios solidários demonstra a necessidade da promoção de oficinas de formação técnica, para despertar o carisma pela cooperação ou associação com os demais, como oficinas de formação cidadã, para aflorar e consolidar tais princípios no dia a dia desses (as) trabalhadores (as).

Mesmo com tais especificidades, essa dinâmica, aparentemente, não interfere no desenvolvimento das atividades de manutenção da economia solidária no município, pois os espaços de discussão e construção do movimento continuam existindo com a participação de ambos os grupos (individual e coletivo), tanto na rede como nas atividades e serviços oferecidos pelo Banco Comunitário.

Outro elemento relevante para a compreensão das atividades do banco refere-se aos setores de atuação, considerando os produtos e serviços, daqueles que acessaram o banco. Tais setores podem ser visualizados no seguinte gráfico:

**Gráfico 11** - Financiamentos por setor (2006-2016).



Fonte: Base de dados do Banco Pirê (2006-2016) (Elaboração da autora).

De acordo com o gráfico, os setores que mais utilizaram os produtos e serviços nesse período foram os de alimentação (26,23%), seguido pelo artesanato (12,84%) e confecções (10,93%), havendo pouca variedade de setores, pois os mencionados não necessitam de muita especialização por parte dos empreendimentos, esse fator demonstra uma dificuldade dos mesmos em adentrar em áreas mais especializadas. Demonstra assim uma necessidade de aprimoramento do Banco Pirê em ofertar produtos e serviços necessários para os grupos que gostariam de iniciar uma atividade econômica. Além disto, é necessária uma maior divulgação, através dos espaços de discussão, da pouca variedade dos setores e a necessidade

de ampliá-las com o intuito de promover a geração de trabalho e renda através da economia solidária.

Importa destacar que o gráfico acima retrata uma imagem somente dos setores que buscaram financiamentos do banco, portanto não é um retrato abrangente da economia solidária na cidade, pode existir empreendimentos destes setores ou de outros que nunca buscaram tal apoio.

Outro elemento a ser destacado refere-se ao fundo solidário, que começa a funcionar somente em 2015, portanto, é difícil realizar uma análise sobre o sucesso ou não de tal serviço. Esta modalidade é ofertada pelo Banco, que juntamente com os sócios administram e fomentam a aproximação da comunidade através desta, atraindo-os para conhecer as atividades desenvolvidas pelo mesmo.

Nesta modalidade a participação do empreendimento ou trabalhador (a) é importante, pois ocorre por meio da gestão, ou seja, seu sucesso depende da qualidade da participação dessas pessoas. Seu funcionamento está ligado à participação ativa do associado (a), que além de efetuar a contribuição mensal sem inadimplência, participa dos encontros de formação e discussão referente aos destinos do fundo. Há critérios tanto para aqueles que querem fazer parte do fundo, quanto aos limites de valores para resgate e quem irá acessá-lo, como foi descrito no ponto 3.1 desta pesquisa.

Desde o início até o fim de 2016 o Fundo já beneficiou cinco (5) empreendimentos/trabalhadores (as), somando um total R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que pode ser utilizado para os mais diversos fins, entre estes na melhora da qualidade de vida, ou seja, para reformas de suas casas, compra de material de consumo, como máquinas de lavar, entre outros, resgatando a autoestima desses trabalhadores (as), demonstrando que mesmo num curto espaço de tempo, o mesmo conseguiu contribuir com o bem estar daqueles sócios atendidos, com a possibilidade de ampliar os beneficiados, conforme a participação de seus membros. Portanto vale ressaltar a importância dessa modalidade enquanto instrumento capaz de promover o desenvolvimento local.

### **3.3. Banco Pirê e a Economia Solidária em Dourados: Impactos e desafios.**

A construção das finanças solidárias, em Dourados, emerge em um contexto de ascensão de práticas solidárias em todo país. Além disto, tal construção se fundamenta na atuação prévia de vários grupos de pequenos empreendimentos coletivos que enfrentavam inúmeros desafios relacionados ao financiamento, à produção e comercialização para se consolidar, algo semelhante ao cenário nacional no início do século XXI.

Apesar disto, deve-se apontar o caráter inovador de tal prática que buscava inserir os trabalhadores (as) que precisavam de recursos para empreender nos princípios da economia solidária, mas que não possuíam condições para acessar o crédito nos bancos tradicionais, dada a informalidade e ao tamanho do empreendimento. A criação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, no cenário nacional e local, possibilitou uma oportunidade para essas pessoas e inúmeros grupos dispersos pelo país e contribuiu para o desenvolvimento das finanças solidárias.

Em Dourados tal possibilidade se consolida com a criação, em 2006, do Banco Pirê, que irá contribuir para o movimento de economia solidária, já existente na cidade e tinha relações com o que ocorria no estado, como descrito no capítulo dois. Além dele, surgiram, no período, outros dois (2) bancos comunitários de desenvolvimento, o Ita e o Pantanal, frutos de uma política de expansão promovida pela SENAES em parceria com o Banco Palmas, que possibilitou ao movimento viabilizar o desenvolvimento do microcrédito solidário para fortalecer os empreendimentos.

A preocupação com os mecanismos de apoio financeiro já era uma demanda latente, visto que a maioria dos empreendimentos trabalhava e, ainda hoje, trabalha de maneira informal, ou seja, não possuem documentos que permitam acessar o sistema convencional de crédito. A construção de tais mecanismos demonstrava, também, a possibilidade da Economia Solidária contribuir para com um novo modelo de desenvolvimento, baseado na autogestão, reciprocidade e solidariedade coletiva, utilizando-se das mesmas ferramentas do sistema tradicional de geração de renda.

Esse novo modelo baseia-se no envolvimento direto dos trabalhadores (as), no desejo de mudar o local onde vivem, no desenvolvimento de suas habilidades, conhecimentos e competências, em que o capital humano torna-se fundamental como aponta Paula (2008). Mesmo que existam no interior desse novo modelo princípios norteadores que tentam impulsionar a solidariedade e reciprocidade, pode-se observar que inúmeros empreendedores (as), também em Dourados não incorporaram tal prática.

Ainda assim, essas iniciativas só ocorreram devido ao empenho e à pressão dos empreendimentos que, há muito, reivindicavam políticas públicas mais inclusivas para a economia solidária, sendo a questão financeira uma delas e que ganha impulso com a criação da SENAES, que se tornou parceira do Instituto Palmas para ampliação dos Bancos

Comunitários no Brasil o que culminou com a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

O desejo de se conseguir gerar renda sem ser explorado (a), mesmo que de forma precária e informal, fez muitos (as) acreditarem que com o apoio financeiro para iniciar suas atividades de produção poderiam promover um novo modelo de desenvolvimento, pois como apontava Alves: “[...] a Economia Solidária é uma alternativa ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza” (ALVES, 2004, p. 6).

Apesar dos avanços iniciais, a realização dos mapeamentos em 2007 e 2013, analisados no segundo capítulo, a formação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e, no Mato Grosso do Sul, a inauguração dos Bancos Pirê, Ita e Pantanal, pode-se constatar que, ao cessarem os recursos advindos da SENAES, estes bancos passam a ter dificuldades de financiamento e manutenção, como observado na queda de volumes de empréstimos do banco Pirê ou no fechamento do Banco Pantanal. Isto demonstra a importância de uma política efetiva relacionada à economia solidária e, principalmente, que ela tenha continuidade e aprofundamento.

Em Dourados, procuramos demonstrar que a Associação Mulheres em Movimento já promovia as finanças solidárias antes da implantação do Banco Pirê, através da oferta de microcrédito com recursos oriundos de doações e, após a criação do banco tal prática foi ampliada e consolidada, apesar do refluxo recente. Além da parceria com a SENAES, a participação dos empreendimentos e inúmeros indivíduos, com pequenas doações e o pagamento em dia de seus financiamentos, foram fundamentais para a viabilização de suas atividades.

Além disto, as ferramentas utilizadas pelo banco como o microcrédito, fundo solidário e moeda social, fundamentadas pelos princípios solidários como autogestão, reciprocidade e solidariedade, dentre outros, também foram responsáveis pelo sucesso ou fracasso dessas ações, sempre com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da comunidade, pois são eles que administram tais ferramentas via sua participação coletiva, compartilhando o aprendizado. Como destaca Peruzzo (2006), a importância de empoderar os cidadãos por meio do poder de decisão e controle nos processos sociais, através da autogestão, os (as) trabalhadores (as), podem melhorar os empreendimentos ou até mesmo a comunidade, promovendo um desenvolvimento integral.

Desta forma, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento ocupam um papel importante no processo de desenvolvimento local e, neste caso, o Banco Pirê, busca envolver toda a cidade, fomentam novos empreendimentos solidários, novos saberes e envolvem a sociedade para usufruir de seus produtos e serviços. Neste sentido, como apontava Veiga (2005), é preciso observar que fatores não econômicos devem ser considerados para que ocorra o desenvolvimento local, entre eles a participação na comunidade, algo que ocorre nas ações dos bancos comunitários de desenvolvimento.

Além disto, Amartya Sen (2010) indica que o desenvolvimento não pode ficar restrito aos fatores econômicos, mas deve estar atrelado a melhoria de vida das pessoas e primar pela liberdade. Neste trabalho observou-se que a liberdade passa pelas escolhas de produzir e consumir no local onde mora, sem padrão e de maneira coletiva. Ainda que os ganhos com melhorias no próprio bairro não tenham ocorrido a participação dos moradores do entorno do banco em atividades de formação, bem como o acesso ao microcrédito surtiu efeitos que não são mensuráveis, como a recuperação da autoestima de uma mãe que não conseguia comprar o material escolar de seu filho, por não ter emprego, uma casa reformada, um empreendimento pequeno de alimentação que garante renda pra uma família, são alguns dos exemplos das ações do banco que refletiram significativamente na vida desses trabalhadores (as).

Neste sentido, a atuação do banco Pirê e as novas práticas solidárias provocaram a difusão do consumo e do labor solidários, algo que para Mance (2009) é capaz de gerar laços de realimentação, em que os valores econômicos gerados no interior do movimento passariam a se difundir no processo de produção e consumo, nascendo um bem viver das coletividades e o seu desenvolvimento. Ainda que encontrados no seu interior empreendimentos e empreendedores que simplesmente almejem o sucesso financeiro para seu grupo ou família.

Por certo os números de pessoas atingidas por esses serviços ainda é pequeno, quando se considera o número de habitantes do município, mas, como destacaram Lechat (2002) e Singer (1999), é fundamental que o movimento de economia solidária, mesmo estando no interior do sistema capitalista, contribua para o desenvolvimento de uma nova mentalidade e novas formas de atuação potencialmente anticapitalistas de organização social. Assim sua inserção junto ao público em geral demanda conhecimento e comprometimento com seus princípios, porque se apoia numa economia de sujeitos desiguais.

Podemos constatar que, apesar de partilhar dos elementos comuns presentes nos empreendimentos e bancos solidários do país, os empreendimentos solidários de Dourados



possuem algumas características específicas, dentre as quais podemos destacar a atuação individual dos trabalhadores (as) que produzem seus produtos em seus lares e o caráter informal (que persiste) da maioria dos grupos. Isto nos remete aos elementos apontados por Singer (1999) que destaca a capacidade dos excluídos de organização, de cooperação e construção de alternativas.

Além disto, os princípios de autogestão e mutualismo estão presentes em todos os mecanismos utilizados pelo Banco Pirê, comungando do conceito de Razeto (1993), tornando-se experiências econômicas que compartilham algum traço de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão e que possuem outra racionalidade diferente de outras racionalidades econômicas, embora persista sua marginalidade econômica.

O fato de o Banco Comunitário trabalhar com outra racionalidade na oferta de produtos e serviços, impõe algumas dificuldades, como observados ao longo deste trabalho. Dentre elas a manutenção e ampliação dos produtos e serviços ofertados pelo banco, pois apesar de seus dez anos de existência, seu conhecimento (serviços e critérios) por parte da comunidade é de pouco alcance, possui um número ainda pequeno de clientes e seus recursos continuam limitados ou necessitando de aportes do Estado.

Tal desconhecimento, referente aos princípios da economia solidária, pela comunidade e, inclusive entre os participantes, dificulta sua consolidação e expansão e pode gerar uma desmotivação para realização de novas ações que resultem em desenvolvimento para a comunidade.

No entanto, é preciso destacar que este desconhecimento é resultado da inserção subordinada dos indivíduos e da carência formativa na região, no que se refere às lutas sociais e a atuação de entidades cooperativas.

Outro aspecto relevante apontado nesta dissertação, é a ausência de políticas públicas de apoio aos bancos comunitários, de forma continuada e crescente, com incentivos para produção e com regras próprias que permitam competir com as demais organizações financeiras. Sendo assim, sem recursos públicos ou adequados disponíveis para este fim, a ampliação e consolidação de tal processo e a constituição de um ciclo virtuoso de desenvolvimento local se vê afetada.

O trabalho desenvolvido pelo Banco Pirê, ao longo destes dez anos, é considerado relevante, quando se observa a ausência de recursos financeiros vultosos e externos, pois, mesmo sem um marco regulatório, possibilitou a 366 empreendimentos/empreendedores desenvolverem uma atividade produtiva. Os valores ofertados parecem ínfimos quando

comparados aos bancos tradicionais, mas seu diferencial está no trato com o dinheiro, o emprestar na confiança, com contratos que nem sequer são registrados em cartório, consolidando o grau de confiança entre os seus.

Ao considerar o desenvolvimento local é necessário pensar em atitudes ou ferramentas que envolvam os (as) moradores (as) da comunidade, bairro ou território, de maneira que todos (as) participem e sintam-se importantes nesse processo. Para tanto, os Bancos Comunitários são uma alternativa viável enquanto instrumento para promover o desenvolvimento, considerando a gama de produtos e serviços ofertados que somam articulação entre produtores, comerciantes e consumidores (moeda social) em que todos, nesse circuito, são importantes e valorizados.

O crédito fornecido com parcelas e valores pequenos, em contratos de confiança, desperta o interesse e a segurança desses trabalhadores (as) em acessá-los, elevando a autoestima daqueles (as) que em algum momento foram oprimidos pelo sistema financeiro tradicional. As modalidades ofertadas para geração de renda, bem estar e consumo, resumem seu compromisso com o desenvolvimento da comunidade, pois promove o crédito para aqueles (as) que querem empreender em alguma atividade econômica, promove qualidade de vida quando beneficia via financiamento uma reforma de casa, ou uma compra de material escolar, dá ao trabalhador (a) a possibilidade de garantir num momento de desemprego uma alternativa de renda para consumo, às vezes sendo esta a única alternativa para garantir o alimento de sua casa.

Mas mesmo com esses benefícios que a implantação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento possa promover, tal iniciativa ainda é considerada incipiente, frágil e de pouca aderência pela população. Provavelmente, um dos fatores responsáveis por isso esteja na ausência de um marco regulatório, que daria poderes e status de banco tradicional ao um novo modelo de gestão do dinheiro e na ausência de uma política pública efetiva de apoio e financiamento. Tal ausência dificulta a ampliação das modalidades de financiamentos, bem como o valor dos empréstimos, fato este que impacta diretamente no apoio aos empreendimentos / empreendedores, visto que não conseguindo emprestar valores altos, tais iniciativas também não crescem e se mantêm na informalidade, pois não conseguem adentrar nos bancos tradicionais, mantendo-se um círculo vicioso de falta de oportunidades.

Além disto, a economia solidária em Dourados possui uma carência formativa de seus (as) participantes, refletindo-se nas relações interpessoais dos grupos, provocando brigas e discussões sobre temas (lucro, espaço de loja e quem manda no grupo, dentre outros).

Percebe-se dificuldades para a vivência das premissas da Economia Solidária, tais como o diálogo constante sobre temas e encaminhamentos primordiais para a gestão democrática dos empreendimentos. Essas dificuldades, que poderiam estar superados, causam desânimo, descrédito e isolamento ou, até mesmo, afastamento definitivo de algumas pessoas. Tal fato pode explicar a pouca participação e o relativo desconhecimento das ferramentas ofertadas pelo Banco Pirê.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou analisar o Banco Pirê, discutir sua atuação, os impactos desta no desenvolvimento local e inserir tal atuação na dinâmica de desenvolvimento da economia solidária no país e na região.

Para tanto, foi apontada a importância das relações econômicas fundamentadas pela solidariedade, discutindo o advento e a dinâmica da economia solidária relacionados à multiplicidade de experiências e ações nas diversas áreas da economia como a produção, comercialização e, mais recentemente, o crédito solidário. Neste sentido, foi apontado como esta nova forma de relações financeiras diferencia-se das formas tradicionais, com destaque para a participação recíproca dos atores envolvidos e da ajuda mútua característica das relações solidárias que reatam e fortalecem os laços comunitários e podem contribuir para a inclusão e o desenvolvimento local.

Como discutido, inúmeros autores apontam a importância da economia solidária como instrumento para o desenvolvimento local, devido seu potencial dinamizador das relações econômicas associado à circulação de uma moeda social, a produção coletiva, a incorporação de desempregados e ao desenvolvimento do empreendedorismo solidário e cidadão. Desta forma, tal processo pode ser um projeto estratégico capaz de reestruturar a economia e que através do cooperativismo e associativismo autogestionários, que incorpora elementos sociais, culturais e políticos à dimensão econômica possa contribuir para o desenvolvimento e bem-estar.

Sendo assim, um dos elementos fundamentais para a consolidação desse processo relaciona-se às finanças solidárias que podem promover o acesso financeiro aos grupos excluídos. Estas emergem, recentemente, no cenário nacional e contribuíram para o surgimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e a constituição da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, na busca por democratizar o acesso ao crédito, adequando produtos financeiros às necessidades básicas da população e o fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando aqueles (as) que são excluídos do sistema financeiro tradicional.

Tal dinâmica, como analisamos, esteve associada ao trabalho histórico de inúmeros movimentos sociais, universidades, da ala progressista da Igreja Católica e sindicatos, dentre outros. E ao novo contexto político nacional, na primeira década deste novo século, com a ascensão de um governo central associado a tais iniciativas e que procurou constituir uma

política pública voltada ao setor. Neste sentido, foi criada a SENAES, secretaria que possibilitou um maior diálogo entre os atores e culminou com a realização dos mapeamentos de economia solidária que contribuíram para o início de políticas públicas mais inclusivas e relacionadas à economia solidária.

No âmbito regional, tal processo ocorreu de forma concomitante à dinâmica nacional e inúmeras ações foram desenvolvidas por movimentos sociais e outros atores e incidiram sobre o poder público estadual e municipal, com a criação de mecanismos e elementos pontuais de política pública, culminado com a criação de três Bancos Comunitários de Desenvolvimento, dentre eles o Banco Pirê. No entanto, vale destacar que um dos principais desafios enfrentados, além dos recursos escassos, continua sendo a ausência de um marco legal para estes.

A criação do banco, em 2006, contou com a atuação decisiva da ONG Mulheres em Movimento e permitiu que tais empreendimentos, a maioria informal, contassem com uma estrutura criada para contribuir com financiamentos de microcrédito, a constituição de um fundo solidário, promovendo a moeda social e fortalecendo os laços entre o banco e a comunidade, trazendo uma nova dinâmica para o movimento na cidade e o desenvolvimento de certas regiões e grupos.

Sendo assim, buscou-se aprofundar a atuação do Banco Pirê, analisando sua atuação entre 2006 e 2016, apresentou e discutiu-se sua organização, inúmeras variáveis associadas a sua ação econômica e solidária considerando, entre outros, os aspectos relacionados ao volume de financiamento, finalidade, eficiência, público e setores atingidos e impactos.

Neste sentido, foi possível constatar que, no período de 2006 a 2016, o banco financiou 366 empreendimentos, somando R\$ 387.351,11 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e onze centavos) em empréstimos utilizados na promoção de trabalho e renda. Além disto, pode-se destacar que apesar do impulso inicial, favorecido pela atuação dos movimentos sociais e pela conjuntura política (nacional, estadual e local), tal dinâmica foi se retraindo, considerando os valores e a quantidade de empreendimentos solidários, e sua continuidade permanece incerta, dependendo da retomada da ação de tais movimentos e da constituição de uma política efetiva, abrangente e permanente.

Outro elemento que emerge desta análise é que tal desenvolvimento depende de acompanhamento técnico e, principalmente, da formação cidadã continuada, para a

manutenção dos empreendimentos e dos princípios que orientam a construção da economia solidária no país.

Neste sentido, foi observado que, no Banco Pirê, as políticas de crédito são pensadas em três linhas de crédito: promoção da geração de renda, bem-estar e consumo na economia solidária, com um caminho bem definido para utilização dos recursos, a maioria para compra de matéria-prima ou máquinas e equipamentos, o Banco possui pouca inadimplência e, apesar disto, continua com uma abrangência limitada e um desconhecimento relativo.

A circulação da moeda social, que já ocorria antes da formação do Banco Pirê, foi ampliada e aprimorada, dentro da política de manutenção e expansão dos produtos e serviços, com a criação de uma nova modalidade, a moeda eletrônica E-Dinheiro, promovida juntamente com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Além disto, a formação, em 2015, do fundo solidário pode se constituir num novo instrumento para o desenvolvimento local, ampliando a capacidade da atuação do banco e seus efeitos.

Apesar disto, pode-se observar que há pouco conhecimento dos participantes da economia solidária, bem como dos que buscam os produtos e serviços do banco, sobre os princípios solidários e como inseri-los na vivência diária. Tal desconhecimento também se relaciona aos produtos e serviços oferecidos pelo movimento, em especial pelo Banco Pirê, por boa parte da sociedade local. Além disto, a ausência do envolvimento de outros atores (movimentos sociais, sindicatos e poder público, dentre outros) se constitui num fator limitador da atuação do banco, assim como sua relação com a Associação Mulheres em Movimento, pois, para muitos, esta parecer ser a única organização responsável pelo seu sucesso ou fracasso, quando, na verdade, o fortalecimento do banco é fundamental para a construção da economia solidária na cidade.

Sendo assim, pode-se concluir que as perspectivas em relação ao movimento de economia solidária na cidade de Dourados - MS dependem do comprometimento desses atores, que devem lutar pela ampliação e implementação da legislação, manter os espaços políticos de discussão e construção da economia solidária, valorizar e apoiar a participação, principalmente dos empreendimentos. Além disto, é necessário inserir a economia solidária da cidade nas ações desenvolvidas pelos sindicatos, movimentos sociais e universidades, envolver e priorizar a utilização de produtos feitos pelos empreendimentos e divulgar seus eventos e feiras na mídia. Em suma, é fundamental que tal processo se amplie e se desenvolva uma efetiva política pública, que incorpore e fortaleça a atuação dos bancos comunitários de

desenvolvimento, pois a Economia Solidária continua sendo uma alternativa viável, capaz de impulsionar a solidariedade nas relações mercantis e, principalmente, promover o desenvolvimento, efetivo e integral, para todos (as).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI – Alianza Cooperativa Internacional. Disponível em: < <http://www.ica.coop>.> Acesso em: 21/09/2016.

ALBUQUERQUE, Francisco. ZAPATA, Tania. A importância das estratégias de desenvolvimento local/territorial. IN: DOWBOR, Ladislau. POCHMANN, Márcio. (Org.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Editora FPA, 2008.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Associativismo. In: CATTANI, David. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ALVES, Roberto Marinho. A Economia Solidária e os novos Paradigmas de Desenvolvimento: Sustentabilidade, Solidariedade e Territorialidade. Brasília: SENAES, 2004.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. Microfinanças, democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. Brasília: BCB, 2006.

ANJOS, Eliene dos. As Singularidades das Cooperativas Autênticas. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Dimensão da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Orgs). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A Desconstrução do trabalho e a exploração do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. Porto Alegre: Colección CLACSO-CROP, CLACSO, 2007.

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferencia sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: \_\_\_\_\_ e BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99], Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania,



organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

ASSOCIAÇÃO MULHERES EM MOVIMENTO. Relatório de atividades (anos 2006 a 2016).

ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Dados do segundo mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). SENAES, 2013. Disponível em: <<http://atlas.sies.org.br>> Acesso em: 12/06/2016.

BANCO ETICA POPULARE. Disponível em: < <http://www.bancaetica.it/chi-siamo>> Acesso em: 24/09/2016.

BANCO PALMAS. O poder do Circulante Local. Fortaleza: Banco Palmas, 2005.

BANCO PIRE. História da economia solidária em Dourados. Dourados, 2015. Disponível em: < <http://www.bancopire.org.br> > Acesso em: 25/11/2015.

BANCO SOL S.A. História do Banco Sol. Disponível em: < <https://www.bancosol.com.bo/secciones> > Acesso em: 24/09/2016.

BARBOSA, Jefte Fernando de Amorim; SANTOS, Maria Salett Tauk. Comunicação, economia criativa e desenvolvimento local: a experiência do 'Núcleo de Comunicação Bombando Cidadania'. São Paulo: Revista Brasileira Ciências Comunicação. vol.38 n. 2, jul./dez, 2015.

BARONE, Francisco Marcelo (et all). Introdução ao microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARQUERO, Antonio Vasquez. Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Édi Augusto. “O processo de construção da autogestão nas experiências de economia solidária: Elementos de alienação e condições de emancipação”. In. MORETTI, Edvaldo Cesar; PINTO, João Onofre Pereira; Mariani, Milton Augusto Pasquotto

(Orgs.). Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da serra da Bodoquena e do Pantanal. Campo Grande: UFMS, 2015.

BIELSCHOWSKY, R. “Two studies on transnational corporations in the Brazilian manufacturing sector: the 1980s and early 1990s”. Santiago, Chile: CEPAL, 1994. Apud encontro da ANPEC no ano de 2003. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/D25.pdf>> Acesso em: 15/10/2016.

BRASIL, Walena. Mulheres, desenvolvimento local e sucesso. As feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

CAILLÉ, Alain. In: CATANNI, Antonio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean Luis Dicionario de la outra economia: lecturas sobre economia social. 1ª edição. Buenos Aires: Altamira, 2009.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. \_\_\_\_\_; Economia plural. In: CATTANI, Antonio David (orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

CAVALCANTE, L. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. 2011. Disponível em: <[http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/Producao\\_Teorica\\_.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/Producao_Teorica_.pdf)> Acesso em: 10/02/2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CHAVES, Bruno. CAMPOGRANDENEWS. Economia, 03/06/2014. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/economia/fundacao-do-trabalho>> Acesso em: 31/10/2016.

COELHO, Franklin Dias. Finanças solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CORRÊA, João Guilherme de Souza. Sindicalismo cidadão e economia solidária: Uma análise da experiência política da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília: UNESP, 2014.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako; TRINDADE, Marcelo. Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. DAKUZAKU, Yoneko. In: Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo: Contexto, 2003.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Site oficial. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/> > Acesso em: 15/10/2016.

DEFOURNY, Jacques. Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d'Études Sociales. Liège: CESL, 15 jun. 2001.

DIAS, D.; SELTZER, Y. Incluindo milhões hoje e amanhã: políticas e ações viáveis para um sistema financeiro inclusivo no Brasil. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. V. B. (Coord.). Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

DOURADOS NEWS. Inscrições para praça de alimentação do Dourados brilha termina hoje. 20.11.2015. Disponível em: < <http://www.douradosnews.com.br/dourados/inscricoes-para-praca-de-alimentacao-do-dourados-brilha-termina-hoje> > Acesso em: 05/03/2017.

EBERHARD, Gezeli. O setor de confecções na “Rede de Economia Solidária” em Dourados-MS. Dissertação de Mestrado em Geografia. Aquidauana: UFMS, 2008.

FEES, Fórum Estadual de Economia Solidária. Disponível em: < <http://fbes.org.br/> > Acesso em: 15/10/2016.

FERLA, Ledi. Assistência Social, Economia Solidária e Política de Gênero: garantindo direitos em Dourados (MS). Dourados: Nicanor Duarte, 2008.

FERNANDES, Mariluce. Rede de economia solidária e o papel da moeda social no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Dissertação de mestrado em desenvolvimento local. Campo Grande: UCDB, 2010.

FOGUEL, Flávio. Henrique. Santos. Redes de Colaboração Solidária: um estudo sobre a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza/CE. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antonio David et al. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto, GARIBE, Roberto. “Políticas institucionais para o fomento ao desenvolvimento local”. IN: DOWBOR, Ladislau. POCHMANN, Márcio. (Org.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Editora FPA, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto. & LAVILLE, Jean Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? Caderno EBAPE.BR vol.2 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512004000100004> > Acesso em: 05/11/2016.

FRANÇA FILHO, Genauto. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). Organizações & Sociedade, Salvador: EA/ UFBA, v. 8, n. 20, jan./abril 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto. Rede Brasileira de Bancos Comunitários: Documento de trabalho – Papel da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento na visão da sua rede. Salvador: UFBA, 2010.

FRANCO, Augusto de. O lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Projeto DLIS. Sistema AED – agência de educação para o desenvolvimento. Brasília: Editora AED, 2004.

FRANTZ, Walter. Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: *Perspectiva Econômica*, vol. 38, nº 121, Série Cooperativismo nº 53. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

FUNTRAB – Fundação do Trabalho do Mato Grosso do Sul. Economia Solidária. Disponível em: < <http://www.funtrab.ms.gov.br/> > Acesso em: 20/10/2016.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional, II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais. Florianópolis: UFSC, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista crítica de ciências sociais*. Coimbra-PT, 2007. Disponível em: < [http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/revista\\_critica.pdf](http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/revista_critica.pdf) > Acesso em: 10/10/2016.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. Brasília: *Revista Sociedade e Estado*, volume 21, número 2, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. Ijuí: *Contexto e Educação*, ano 13, nº 50, Ijuí, 1998.

GAIGER, Luiz. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER. São Paulo: Contexto, 2000.

GERMER, Claus. A Economia solidária: Uma crítica com base em Marx. 4º Colóquio Marx e Engels. Campinas: IFCH. UNICAMP, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Harbra, 1997.

GÓES, Karla de. “O microcrédito e as mulheres: a experiência da casa da mulher do Nordeste – Recife/Pe”. In: ZART, Laudemir et al. *Educação e Socioeconomia Solidária*. Cáceres: UNEMAT, 2009.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa. Projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

GRIPA, Neusa. Trajetória da Economia Solidária e Banco Pire em Dourados. Dourados, 2015. Disponível em: < <http://www.bancopirê.org.br>> Acesso em: 01/07/2016.

GUÉLIN, André. L'invention de l'économie sociale. Paris: Econômica. In: LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Porto Alegre: Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.2, n.1, 1998.

HEGENBERG, Leônidas. Etapas da investigação científica. São Paulo: EDUSP, 1976.

HENDERSON, Hazel. A informação: verdadeira moeda corrente do mundo não está escassa. In: Construindo um mundo onde todos ganhem. A vida depois da guerra da economia global. São Paulo: Cultrix, 1996.

HINTZE, Susana. La política es un arma cargada de futuro: la economia social y solidária en Brasil y Venezuela. Buenos Aires: CICCUS/CLACSO, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. A estratégia de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOLLIS, Aidan. SWEETMAN, Arthur. Microfinance and Famine: The Irish Loan Funds during the Great Famine. 2003. Disponível em: < <http://www.microfinancegateway.org/sites/default/files/mfg-en-paper-microfinance-and-famine-the-irish-loan-funds-during-the-great-famine>. > Acesso em: 07/11/2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/censo2012> > Acesso em: 03/05/2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores> > Acesso em: 03/05/2017.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Dados dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios>> Acesso em: 16/10/2016.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Dados dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Disponível em: < <http://www.institutobancopalmas.org/como-implantar-um-banco-comunitario> > Acesso em: 03/04/2016.

INSTITUTO PALMAS & NESOL USP. Banco Palmas 15 anos Resistindo e Inovando. São Paulo: A9 editora, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Relatório de pesquisa. Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: notas metodológicas e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. 2016. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal> > Acesso em: 26/10/2016.

JORNAL CIRCULANDO SOLIDARIEDADE. Dourados: Rede de Economia Solidária, 2010.

JORNAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Prefeitura Municipal de Dourados. Dourados: JORNAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ano 1 Edição 01, 02. Abril de 2005.

JORNAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Prefeitura Municipal de Dourados. Dourados: JORNAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ano 2. Edição 2, 2006.

JORNAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, Prefeitura Municipal de Dourados. Dourados: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS. Ano 2. Edição 5, 2006.

JORNAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, Prefeitura Municipal de Dourados. Dourados: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS. Ano 3. Edição 1, 2007.

JORNAL O PROGRESSO. Empresa centraliza empreendedores da confecção. Dourados, MS, 26 de janeiro de 2007.

JÚNIOR, Jeová Torres Silva; GONÇALVES, Sarah Maria da Silva; CALOU, Ângela Lima. Os Bancos Comunitários como Instrumento de Desenvolvimento Socioeconômico de Territórios: Investigando as Singularidades destas Experiências de Finanças Solidárias XXXI ENCONTRO DA ANPAD, RIO DE JANEIRO, RJ 22 A 26 DE SETEMBRO DE 2007. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2557.pdf> > Acesso em: 24/09/2016.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica. Teoria da ciência e prática da pesquisa. 18ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1993.

LAVILLE, Jean Luis (org.), L'économie solidaire: une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, Jean Luis e ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY e outros. Economie social au Nord et au Sud. Bruxelles: Deboeck, 1999.

LAVILLE, Jean Luis; GAIGER, Luiz. Economia solidária. In: GAIGER, Luiz et al. (Org.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

LECHAT, Noelle Marie Paule. Apud. RECMA. Editorial de 2001. Disponível em: < <https://recma.erudit.org>. > Acesso em: 23/09/2016.

LECHAT, Noelle Marie Paule. Economia Solidária volume. 1 – As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Unicamp. São Paulo, 2002. Disponível em: < <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf> > Acesso em: 27/08/2016.

LECHAT, Noelle Marie Paule. Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2004.

Lei 3039 de 05 de julho de 2005, publicado no Diário Oficial nº 6.520 de 06 de julho de 2005. Disponível em: < <http://base.socioeco.org/docs/estado-do-mato-grosso-do-sul-lei-pefes.pdf> > Acesso em: 22/10/2016.

MACEDO JUNIOR, J. S. Teoria do Prospecto; uma Investigação Utilizando Simulação de Investimentos. 2003. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2003.

MONTINGELLI, N. Jr.; FARIAS, A. A. A pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookmann, 2001.



MANCE, Euclides André (org). Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro: DP & A, Fase, IFIL, 2003.

MANCE, Euclides. A revolução das redes. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANCE, Euclides. Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil. Curitiba: IFIL/Gráfica Popular, 2004.

MANCE, Euclides. Consumo Solidário. Disponível em: < <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca>. 2002 > Acesso em: 01/03/2017.

MANCE, Euclides. LAVILLE, Jean Louis e GAIGER, Luiz. Os desafios da economia solidária. Portugal: Revista Crítica de Ciências Sociais, edição 84. Editora: Centro de Estudos Sociais, 2009.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? Rev. Bras. Econ. vol.65 no. 3, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402011000300003> > Acesso em: 04/03/2017.

MARX, Carl. O capital. Tradução de J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Coimbra: Centelha, 1974.

MASCARELLO, Magda Luiza. Entre a fé, a família e a política: A economia solidária em Dourados/MS. Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba: UFPR, 2012.

MASCARELLO, Magda Luiza. Entre a fé, a família e a política: A economia solidária em Dourados/MS. São Leopoldo: Revista Otra Economia – Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidaria, vol. 10, n. 18, pág. 125-136, 2016.

MATTOS, Alice Helena Girwood, Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimentos da Bahia: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional. Dissertação de Mestrado – Administração. Salvador: UFBA, 2010.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim. Le Monde Diplomatique; 04.01.2009. Entrevista concedida aos jornalistas David Friedlander e Ricardo Grinbaum. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,fabio,2009> > Acesso em: 01/10/2016.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade. Fortaleza: Instituto Palmas, 2006.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas de ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito. Uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. Campinas: Revista Economia e Sociedade. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, vol. 37, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Plano Nacional de Economia Solidária. 2015. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria>.> Acesso em: 31/10/2016.

MOREIRA, Bruno Cesar de Melo. E PACHECO, Ana Flavia Almeida. Um resgate epistemológico do conhecimento em finanças. I Colóquio de epistemologia e sociologia da ciência da administração. Florianópolis, 2011. Disponível em: < <http://www.coloquioepistemologia.com.br/ANE/ANE018c.pdf> > Acesso em 16/09/2016.

MORESI, Eduardo. Metodologia de pesquisa. Brasília: PRPG – UCB, 2003.

MORETTI, Edvaldo Cesar; LOMBA DE FARIAS, Marisa de Fátima. “Incubadora de tecnologias sociais e solidárias da UFGD: Diálogos entre economia solidária e turismo comunitário”. In: MORETTI, Edvaldo Cesar; PINTO, João Onofre; PASQUOTTO, Milton Augusto. Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da Serra da Bodoquena e do Pantanal. Campo Grande: UFMS, 2015.

MUÑOZ, Ruth. “Finanzas solidarias”. In: CATTANI, Antonio David; CORRAGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis. Diccionario de la otra economia. Buenos Aires: CLACSO/Altamira, 2009.

MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1960.

NARCISO, Vanda; HENRIQUES, Pedro Damião de Sousa. O papel das mulheres no desenvolvimento rural: Uma leitura para o TIMOR-LESTE.CEFAGE. Universidade de Évora-PT: CEFAGE-UE Working Paper, 2008.

NASCIMENTO, Cláudio. A Autogestão e o Novo Cooperativismo. SENAES-MTE. Brasília, 2004. Disponível em: < <http://base.socioeco.org/docs.>> Acesso em: 01/11/2016.

NESOL – Núcleo de Economia Solidária – USP. São Paulo: Publicações, 2013.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal? Soc. estado. vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100007> > Acesso em: 05/10/2016.

NUNES, Kelma; COELHO, Meyre. Economia Solidária: uma economia para as mulheres? Disponível em: < <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=31136> > Acesso em: 05/05/ 2017.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo. Os princípios da Economia Solidária. Campo Grande News, 2011. Disponível em: < <http://www.campograndenews.com.br/artigos/os-principios-da-economia-solidaria> > Acesso em: 21/08/2016.

PASSOS, Ósia A. V. D. Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade. Dissertação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007.

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento Local: como fazer? Brasília: SEBRAE, 2008.

PAULON, Grazihely Berenice Fernandes dos Santos. Rede de Economia Solidária no Município de Dourados-MS: uma análise sobre a participação das mulheres. Florianópolis: Revista Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 2008.

PAULON, Grazihely Berenice Fernandes dos Santos. Tecendo a Igualdade: Reflexões sobre gênero e trabalho na rede de economia solidária em Dourados-MS (2000-2008). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2010.

PAULON, Graziely Berenice Fernandes dos Santos. “Economia Solidária: Reflexões sobre gênero e trabalho na construção de alternativas para a geração de renda”. In: MORETI, Edvaldo Cesar; PINTO, João Onofre; PASQUOTTO, Milton Augusto. Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da Serra da Bodoquena e do Pantanal. Campo Grande: UFMS, 2015.

PEREIRA, Maria Cecília. Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação. Campinas: Unicamp, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. K. Revisando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF. INTERCOM/UnB. Brasília: INTERCOM/UnB, setembro, 2006.

PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária e crédito popular. In: ARROYO, João Claudio Tupinambá (Org.). Solidariedade e Sucesso: a experiência do banco do povo de Belém. Belém: Prefeitura Municipal de Belém. 2002.

PRANDINI, Edmar Roberto. Blog do microcrédito, microfinanças e finanças solidárias. Disponível em: < <https://edmarrp.wordpress.com/financas-solidarias/financas-solidarias-ii> > Acesso em: 04/10/2016.

PREFEITURA DE DOURADOS. Prefeitura doa terreno a ONG Mulheres em Movimento. Disponível em: < [http://www.dourados.ms.gov.br/comunicacao/not\\_preview](http://www.dourados.ms.gov.br/comunicacao/not_preview). 21 de dezembro de 2007.> Acesso em: 01/11/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. Lei nº 3530 de 17 de janeiro de 2012, Diário Oficial - ANO XIV - Nº 3.164 DOURADOS, MS quarta-feira, 18 de janeiro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. Lei nº 3913 de 05 de agosto de 2015, Diário Oficial - ANO XVII - Nº 4.029 DOURADOS, MS quarta-feira, 12 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS. JORNAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ano 1. Edição 1. 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/idh> > Acesso em: 24/09/2016.

RAFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: ÁTICA, 1993.

RAZETTO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993.

ROCHA, Angela da. E MELLO, Renato Cotta. O Desafio das Micro finanças. Coleção Estudos COPPEAD, UFRJ. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

SÁ, Carlos Augusto Pereira. Economia Solidária em Mato Grosso do Sul: Desafios e Possibilidades. Monografia em Gestão Empresarial. Campo Grande: UNAES, 2005.

SACHS, Ignacy e VIEIRA. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SALLUM JR, Brasílio; KUGELMAS. Eduardo. Trabalho apresentado no seminário “Estados, Mercados e Democracias”, organizado pela Área de Política e Economia do IEA, com o apoio dos Departamentos de Sociologia e Ciência Política da FFLCH-USP e do Departamento de Economia da FEA-USP, de 28 a 31 de julho de 1991, em São Paulo. ESTUDOS AVANÇADOS 5(i3), 1991. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a09.pdf> > Acesso em: 15/10/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: Os caminhos da produção capitalista. Reinventar a emancipação social para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHEFER, Luiz Fernando Nieuwenhoff. Políticas de geração de trabalho e renda: implantação do consórcio social da juventude na região de Florianópolis. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas - Departamento de Ciências Econômicas, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto; MAGALHÃES, Sandra. Economia Solidária e Políticas Públicas. Mercado de Trabalho, vol. 41. Brasília: IPEA, 2009.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia de bolso. São Paulo: Schwarcz, 2010.

SENAES. Política Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2006.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: impactos pessoais no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Record, 1999.

SERVET, Jean Michel. “Microcrédito”. In: CATTANI, Antonio David; CORRAGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis. Dicionario de la otra economia. Buenos Aires: CLACSO/Altamira, 2009.

SILVA, Lucimara; CAVALCANTE, Simone; VIEIRA, Rosele; CENTENARO, Moisés. “Rede de economia solidária: Estratégia de desenvolvimento em Dourados/MS”. Anais Evento: ESARD 2016 – Políticas públicas para a agricultura pós 2020. Coimbra: Apdea, 2016.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão de governança. In: DOWBOR, Ladislau. POCHMANN, Márcio. (Org.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Editora FPA, 2008.

SINGER, Paul. “A experiência brasileira da SENAES”. In: França Filho et al. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SINGER, Paul. Conferência - A economia solidária como alternativa. IEA - Instituto de Estudos Avançados-USP, 2008. Disponível em: < <http://eventos.gvces.com.br> > Acesso em 10/04/2017.

SINGER, Paul. É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres? 2005. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/> > Acesso em: 03/02/2017.

SINGER, Paul. Economia solidária (entrevista). São Paulo: Revista de Estudos Avançados, USP, vol. 22, n. 62, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020> > Acesso em: 04/03/2017.

SINGER, Paul. Economia solidária se aproxima das origens do socialismo. Entrevista para Brasil Debate, por Joel dos Santos Guimarães e Paula Quental publicado 24/12/2014 16h15. < <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho> > Acesso em: 22/05/2017.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Finanças solidárias e moeda social. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: FPA, 2002.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOARES, Cláudia Lucia Bisaggio. Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. 2006. 251 f. Tese de Doutorado em Ciências Humanas - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

SOARES, Marden. M; SOBRINHO, Abelardo. D. M. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, Helaine Pereira de; SANTOS, Francisca de Paula. As mulheres e desenvolvimento local: A experiência do grupo Cultarte. Anais I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento local: diálogo Brasil Cuba, Feira de Santana, 2016.

TERCEIRO SETOR. Disponível em: < <http://terceiro-setor.info/o-que-e-terceiro-setor.html> > Acesso em: 28/09/2016.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

UNISOL BRASIL. Jornal e Revista da Unisol Brasil, 2015. Disponível em: < <http://www.unisolbrasil.org.br/jornal-unisol-brasil-listagem> > Acesso em: 03/12/2016.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, Fabiano Mourão. Coerência e aderência da economia solidária: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST no Mato Grosso do Sul. São Paulo: USP, 2005.

VILPOUX, Olivier; LEITE, Rosamaria. Economia solidária e desenvolvimento sustentável: Experiência no Mato Grosso do Sul. Educação, Política e Economia Solidária. Disponível em: < <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol> > Acesso em: 31/10/2016.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C.(org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. Revista Katálysis, v.11, n.1, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC jan./jun, 2008.

WOCHLER, Regiane Vieira. O BancoSol- do microcrédito a banco comercial: singularidades das microfinanças na Bolívia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009.

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZART e VAILANT, Laudemir e Clovis. Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres: UNEMAT, 2014.